

Emanoela Carolina Vogel

**O REUNI E AS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
CAMPUS DE CURITIBANOS DA UFSC**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Vania Maria
Manfroi.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vogel, Emmanoela Carolina

O REUNI e as condições da Educação Superior no Campus de
Curitiba da UFSC / Emmanoela Carolina Vogel ;
orientadora, Vania Maria Manfroi - Florianópolis, SC, 2016.
203 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação
Multidisciplinar em Saúde.

Inclui referências

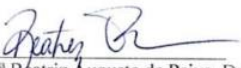
1. Saúde. 2. Educação Superior. 3. REUNI. 4.
Interiorização. I. Manfroi, Vania Maria. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
Multidisciplinar em Saúde. III. Título.

Emanoela Carolina Vogel

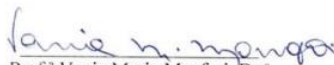
**O REUNI E AS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
CAMPUS DE CURITIBANOS DA UFSC**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina.

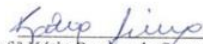
Florianópolis, 02 de setembro de 2016.


Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva, Dr.^a
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof.^a Vania Maria Manfro, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a Ana Maria Baíma Cartaxo, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a Kátia Regina de Souza Lima, Dr.^a
Universidade Federal Fluminense


Prof. Mauro Tilton, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

O percurso percorrido durante os anos de mestrado foi muitas vezes sinuoso e com vários percalços. Só se fez possível concluir essa trajetória devido àqueles que caminharam comigo. Por isso agradeço:

Ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pelo apoio institucional durante o mestrado. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudo durante o primeiro ano.

À minha orientadora Vania, que didaticamente permitiu que eu me aventurasse em temas incertos para conseguir ter mais clareza de meus objetivos. Pelo acompanhamento constante, fins de semana de orientação, indicações bibliográficas, e inúmeros e-mails respondidos até mesmo de madrugada. Pelas caronas, compartilhamento da vivência serrana e inúmeros incentivos.

Aos membros da banca, Ana, Kátia e Mauro, pelas contribuições na qualificação do projeto e indicações que contribuíram com a realização de todas as modificações necessárias. Pela disponibilidade em participar também da banca de defesa.

Ao Campus de Curitibanos da UFSC e todos os sujeitos que o constroem historicamente: estudantes, colegas técnico-administrativos, docentes e trabalhadores terceirizados. Pela acolhida, pelo compromisso e luta cotidiana por melhores condições de trabalho e de estudo. Pelas belezas propiciadas: o branco da geada no início do dia e o "lusco fusco" exuberante no início da noite.

Aos curitibanenses Breno, Aldo e Vanderlei (Guga) pelas informações históricas pré-Campus de Curitibanos da UFSC e detalhes dos primeiros anos de atividades.

Aos meus colegas (e amigos) de turma, com os quais me surpreendi por tamanha capacidade de discussão e abstração. A admiração por vocês é inenarrável: Nalá, Ellen, Samuel, Jennifer, Joana, Débora R. Débora M., Flademir e Thiago. Grata pelos abraços, caronas, mates, palavras de conforto e incentivo e lágrimas compartilhadas. À Hilda, que contribuiu imensamente na reta final.

As *menines* dos *campi*, Michele, Marjori, Rosane, Aline, Nídia, Maiana e Glauco, pelas ligações diárias, pelos risos, choros, angustias, músicas, séries e all stars. À Patricia em especial, que não dividiu comigo apenas análises socioeconômicas, mas também o dia-a-dia, os sonhos, os medos. Pela paciência nesse eterno aprendizado e com todas

as minhas limitações. Por todas as vezes que me alimentou e dividiu experiências automobilísticas.

E claro... aos meus pais Rute e Waldemar pelo aconchego e incentivo durante os bons momentos, mas principalmente nas situações de crise. Pelo entusiasmo com o Contestado, da coragem imigrante à resistência cabocla. Por todo o apoio emocional e financeiro, porque "quem tem, mói, quem não tem, mói também". À minha irmã Dalila, por deixar tudo mais leve e pelo olhar "de exatas" que tranquilizou e solucionou meu conflito com gráficos e planilhas.

Grata!

“[...] a realização é sempre inferior, e [...] a obra feita é sempre a sombra grotesca da obra sonhada”.

Bernardo Soares/Fernando Pessoa

RESUMO

Esta dissertação pretende descrever e analisar elementos constituintes do Campus de Curitibanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) enquanto parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual se constitui em um dos principais aspectos da mais recente etapa da contrarreforma da Educação Superior brasileira, reflexo da contrarreforma dentro do próprio Estado e das transformações no capitalismo contemporâneo. Para isso, problematizar-se-á inicialmente esse processo no contexto da acumulação flexível, com enfoque no REUNI, para então apresentar as principais características do processo de adesão da UFSC ao programa e a proposta de interiorização, com consequente criação do Campus de Curitibanos. Explanar-se-á também sobre as articulações locais para a criação da referida unidade acadêmica no município de Curitibanos, assim como as principais características do espaço histórico e geográfico onde este está inserido e suas particularidades no comparativo com as regiões catarinenses que também contam com *campi* da UFSC. Apresentados esses aspectos, buscar-se-á descrever as principais características da atual infraestrutura do Campus de Curitibanos, de seu quadro funcional, dos cursos de graduação e de sua inserção dentro da instituição UFSC, problematizando-as com o que é considerado o necessário pela comunidade universitária. Por fim, também serão analisados dados referentes ao corpo discente do Campus, a partir de informações relacionadas ao ingresso, permanência e o perfil desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Superior. Reuni. Interiorização.

ABSTRACT

This thesis intends to describe and analyze certain elements that are components to the Curitibanos' Campus of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) as part of the Supporting Program of Restructuration and Expansion of the Federal Universities (REUNI), which is a section of one of the main aspects of the most recent reform in Brazilian College Education, that is, in itself, a reflection of the reform of the State and the transformations in contemporary capitalism. To achieve the proposed goal, the initial issue targeted is the process of reforms within the context of flexible accumulation, focusing on REUNI as to present the key characteristics of the program adhesion process undertaken by UFSC, and the internalization proposition that resulted in the creation of Curitibanos' Campus. It will be attempted, as well, to shed light over the local assertions regarding the creation of said academic unit at Curitibanos' county, as well as the main characteristics of the historical and geographical zone that it is inserted at, and its peculiarities whilst compared to other regions of the Santa Catarina State that are also home to other UFSC campuses. Having introduced these aspects, it will be endeavored to describe the leading characteristics of the present infrastructure of Curitibanos' campus, of its personnel, the undergraduate courses and its immersion inside UFSC's institution, confronting them against what is considered to be necessary by the academic community. To conclude, the data regarding the student body will also be analyzed, correlating the information gathered about admission, abidance and the student's profile.

Key-words: College Education. REUNI. Internalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa dos municípios que possuem <i>campi</i> da UFSC – Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville – Santa Catarina	65
Figura 02: Mapa da mesorregião Serrana, da microrregião e do município de Curitibanos - Santa Catarina.....	75
Figura 03: Figura 03: Mapa aproximado da região onde ocorreu a Guerra do Contestado, destacando-se o município de Curitibanos – Santa Catarina.	76
Figura 04: Tipo de curso de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC.....	141
Figura 05: Tipo de curso de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC.....	142
Figura 06: Tipo de curso de Ensino Médio dos estudantes de graduação da UFSC – por Campus.....	142
Figura 07: Tipo de curso de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.....	143
Figura 08: Tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC.	144
Figura 09: Tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC – por Campus.	144
Figura 10: Tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.	145
Figura 11: Histórico do tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC (2009-2015).....	146
Figura 12: Histórico do tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC (2009-2015).	147

Figura 13: Histórico do tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC (2004-2015).....	148
Figura 14: Realização de curso pré-vestibular pelo estudante de graduação da UFSC – por Campus.	149
Figura 15: Realização de curso pré-vestibular pelo estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.	150
Figura 16: Número de vezes que o estudante de graduação da UFSC prestou vestibular na instituição – por Campus.	151
Figura 17: Número de vezes que o estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC prestou vestibular na instituição – por Curso de Graduação.	151
Figura 18: Motivo principal que levou o estudante de graduação da UFSC a optar pelo vestibular da instituição – por Campus.	152
Figura 19: Principal motivo pela escolha do curso de graduação do estudante da UFSC – por Campus.	154
Figura 20: Principal motivo pela escolha do curso de graduação do estudante do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.	155
Figura 21: O que o estudante de graduação da UFSC espera obter em um curso superior – por Campus.	156
Figura 22: Conhecimento do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC sobre as atividades que irá desenvolver na profissão escolhida – por Curso de Graduação.	157
Figura 23: Estudantes de graduação da UFSC que já iniciaram algum outro curso superior – por Campus.	160
Figura 24: Número de pessoas que compõe o grupo familiar do estudante de graduação da UFSC – por Campus.	161
Figura 25: Renda bruta do grupo familiar do estudante de graduação da UFSC – por Campus.	162

Figura 26: Renda bruta do grupo familiar do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.....	163
Figura 27: Nível de instrução da mãe do estudante de graduação da UFSC – por Campus.	166
Figura 28: Nível de instrução do pai do estudante de graduação da UFSC – por Campus.	166
Figura 29: Nível de instrução da mãe do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.....	167
Figura 30: Nível de instrução do pai do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.....	167
Figura 31: Principal responsável pelo sustento da família do estudante de graduação da UFSC – por Campus.....	168
Figura 32: Principal responsável pelo sustento da família do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Cursos de Graduação.	170
Figura 33: Principal ocupação do responsável pelo sustento da família do estudante de graduação da UFSC – por Campus.....	171
Figura 34: Principal ocupação do responsável pelo sustento da família do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.	172
Figura 35: Ocupação do estudante de graduação da UFSC no momento em que se inscreveu no vestibular da instituição – por Campus.	173
Figura 36: Ocupação do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC no momento em que se inscreveu no vestibular da instituição – por Curso de Graduação.	174
Figura 37: Idade com que o estudante de graduação da UFSC começou a exercer atividade remunerada – por Campus	175
Figura 38: Idade com que o estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC começou a exercer atividade remunerada – por Curso de Graduação.	175

Figura 39: Principal meio de comunicação que o estudante de graduação da UFSC utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais.176

Figura 40: Principal meio de comunicação que o estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais.177

Figura 41: Principal meio de transporte que o estudante de graduação da UFSC utiliza para se locomover – por Campus.178

Figura 42: Principal meio de transporte que o estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC utiliza para se locomover – por Curso de Graduação.178

Figura 43: Atividade de cultura e/ou lazer que o estudante de graduação da UFSC mais se identifica – por Campus.....179

Figura 44: Atividade de cultura e/ou lazer que o estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC mais se identifica – por Curso de Graduação.180

Figura 45: Esporte predileto do estudante de graduação da UFSC – por Campus.181

Figura 46: Esporte predileto do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.182

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Estrutura Fundiária do Brasil, do estado de Santa Catarina e da Microrregião de Curitibanos no ano de 2006.....	85
Tabela 02: Estrutura Fundiária das Microrregiões dos <i>Campi</i> Interiorizados da UFSC – Curitibanos, Araranguá, Blumenau e Joinville – no ano de 2006.	86
Tabela 03: População e Extensão Territorial das Microrregiões dos <i>Campi</i> Interiorizados da UFSC – Curitibanos, Araranguá, Blumenau e Joinville – no ano de 2006.	87
Tabela 04: Infraestrutura do prédio CBS 01 do Campus de Curitibanos da UFSC.	96
Tabela 05: Infraestrutura do prédio do CEDUP utilizado pelo Campus de Curitibanos da UFSC.	97
Tabela 06: Tabela do número de docentes, discentes, TAEs e trabalhadores terceirizados alocados no Campus de Curitibanos da UFSC por semestre (2009.2-2015.1).	105
Tabela 07: Tabela do número de discentes, docentes e TAEs da UFSC (1995 a 2015).	106
Tabela 08: Situação das matrículas dos cursos de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC no semestre 2015.2.....	124
Tabela 09: Formas de Evasão nos Cursos de Graduação do Campus de Curitibanos no período de 2009.2 a 2014.2.....	125
Tabela 10: Forma de ingresso dos estudantes de graduação regularmente matriculados no Campus de Curitibanos da UFSC no semestre 2015.2.....	127
Tabela 11: Taxa da Ocupação das Vagas por semestres nos Cursos de Graduação do Campus de Curitibanos da UFSC.....	128
Tabela 12: Categoria de ingresso dos estudantes de graduação regularmente matriculados no Campus de Curitibanos da UFSC no semestre 2015.2.....	131

Tabela 13: Raça/Cor dos estudantes de graduação regularmente matriculados no Campus de Curitibanos da UFSC no semestre 2015.2.132

Tabela 14: Tabela 14: Estudantes inscritos e contemplados nos Programas Bolsa Permanência e Bolsa Estudantil no Campus de Curitibanos da UFSC – 2010.1 a 2015.1.135

Tabela 15: Estudantes inscritos e contemplados no Programa Auxílio Moradia no Campus de Curitibanos da UFSC – 2010.1 a 2015.1.136

Tabela 16: Microrregiões de origem do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC.153

Tabela 17: Renda média mensal *per capita* dos domicílios rurais e urbanos nos municípios sede de *campi* da UFSC.164

Tabela 18: Pessoas com 10 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto; e com superior completo nos municípios sede de *campi* da UFSC.169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGECOM – Agência de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
BIs – Bacharelados Interdisciplinares
CAE – Coordenadoria de Acessibilidade Educacional
CAGR – Sistema de Controle Acadêmico de Graduação
CBE – Conferências Brasileiras de Educação
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CEDUP – Centro de Educação Profissional
CNE – Congresso Nacional de Educação
CoAEs – Coordenadoria de Assistência Estudantil
COPERVE – Comissão Permanente do Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina
CUMULO – Comando Unificado de Mobilização Universitária Local
CUn – Conselho Universitário
DAE – Departamento de Administração Escolar
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FGs – Funções Gratificadas
FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FS – Fundos Setoriais
FURG – Fundação Universidade do Rio Grande
GATS – Acordo Geral de Comércio e Serviço
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
HHAO – Hospital Hélio dos Anjos Ortiz
HU – Hospital Universitário
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituição de Educação Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIT – Lei de Inovação Tecnológica
MEC – Ministério da Educação

PAA – Política de Ações Afirmativas
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas
PPP – Parcerias Público-Privadas
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU – Restaurante Universitário
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SETIC – Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação
SINTUFSC – Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
TAEs – Técnicos Administrativos em Educação
TPE – Todos Pela Educação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFFS – Universidade Federal Fronteira Sul
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFESP – Universidade Federal do Estado de São Paulo
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia
UVERES – União dos Vereadores da Região Serrana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. CAPÍTULO I – O REUNI NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	35
2.1 A Contrarreforma da Educação Superior no Brasil contemporâneo: primeiros indícios.....	35
2.2 As Contrarreformas Educacionais no Contexto da Acumulação Flexível	39
2.3 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).....	51
3. CAPÍTULO II - O REUNI NA UFSC: O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO.....	63
3.1 Proposição e criação do Campus de Curitibanos da UFSC enquanto unidade interiorizada.....	63
3.2 Características regionais da localização histórica e geográfica do Campus de Curitibanos da UFSC	75
4. CAPÍTULO III – O CAMPUS DE CURITIBANOS DA UFSC: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	89
4.1 O processo de “institucionalização”	89
4.2 Infraestrutura.....	96
4.3 Quadro Funcional	104
4.4 Cursos de graduação	109
5. CAPÍTULO IV – O ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS DE CURITIBANOS DA UFSC.....	123
5.1 Ingresso e Permanência	123
5.2 Perfil do Estudante de Graduação.....	138
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como preocupação central a descrição e análise das condições da Educação Superior no Campus de Curitibanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) enquanto parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), considerado um dos elementos marcantes dos processos atuais de contrarreformas¹ das políticas de Educação Superior brasileira.

Busca-se analisar tais políticas como integrantes das contrarreformas do Estado, relacionando-as às transformações empreendidas no modo de produção capitalista. Como afirma Mészáros (2008), os processos educacionais e o processo de produção estão intrinsecamente ligados desde o surgimento do capitalismo, e o que se altera desde a acumulação primitiva até os dias atuais, são as formas de impacto, ou seja, as “modalidades de imposição” (MÉSZÁROS, 2008) na relação entre a educação e o processo de produção.

A educação em si, para além de sua função no modo de produção capitalista, é apontada por Saviani (2013) como um fenômeno próprio do ser humano, portanto, para compreender a educação é necessário compreender as características da natureza humana. O que diferencia o ser humano dos demais animais é sua capacidade de transformar a natureza para sua sobrevivência, por meio do trabalho, a partir de uma intencionalidade/finalidade. Para Marx (2013) o trabalho é produtor de valor de uso, logo ele é fundamental em qualquer formação social:

¹ A utilização do termo “contrarreforma” deve-se às configurações dadas a esse processo neoliberal em curso no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990. Segundo Behring (2009) a ofensiva burguesa a partir das décadas de 1980 e 1990 teve como objetivo a recuperação das taxas de lucro com três direções centrais: reestruturação produtiva; mundialização do capital; e contrarreforma neoliberal dos Estados nacionais. No Brasil, com o documento “Plano Diretor da Reforma do Estado de 1995”, criaram-se orientações para mudanças no Estado brasileiro, o que para a autora caracteriza uma clara contrarreforma do Estado, pois há um explícito direcionamento neoliberal, que apresenta um aspecto regressivo, observado nos impactos sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Portanto, um processo que realiza a desestruturação do Estado e a perda de direitos, sem preocupação alguma com aspectos de proteção social, caracterizando-se mais como uma contrarreforma do que reforma.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p.255).

O processo de trabalho que nos constitui em seres sociais nos difere dos outros animais por nossa capacidade teleológica, ou seja, de prévia ideação. Marx (2013) criou o clássico exemplo de diferenciação entre o arquiteto e a abelha para abordar essa capacidade teleológica, característica própria e exclusiva do ser humano.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa [...] (MARX, 2013, p.255-256).

Lukács (2013, p.12, grifos meus) afirma que para Marx, fora do trabalho não há teleologia, pois “[...] o trabalho *não é uma das muitas formas* fenomênicas da teleologia em geral, mas o *único lugar* onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro *pôr* teleológico como momento efetivo da realidade material”.

Assim, a teleologia é por sua própria natureza uma categoria *posta*, ou seja, todo processo teleológico implica em uma finalidade, onde a consciência dá início a um processo real, portanto, é um *pôr* teleológico. Por isso o autor reforça a centralidade do trabalho ao analisar o ser social, afirmando que só é válido falar do ser social com base no trabalho, ou seja, na realização de prévias ideações pelo homem, no *pôr* teleológico da sua relação com a natureza.

Portanto, para sua sobrevivência, o homem transforma a natureza, como afirma Saviani (2013) *ativa e intencionalmente* e, nesse processo, cria o mundo humano, o mundo da cultura. “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2013, p.11).

O autor caracteriza a educação como *trabalho não material*, que “não é outra coisa senão a forma pela qual o homem apreende o mundo, expressando a visão daí decorrente de distintas maneiras” (SAVIANI, 2013, p.07). Saviani (2013) afirma que o trabalho não material pode ser definido como a produção do saber, dividido em duas modalidades: aquelas em que o produto se separa do produtor, existindo um espaço de tempo entre a produção e o consumo, como os livros e as obras de arte; e aquela em que o produto não se separa da produção, sendo que a produção e o consumo acontecem ao mesmo tempo, como no caso da educação. O autor exemplifica essa segunda modalidade por meio do ensino, que seria uma das expressões da educação:

a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos) (SAVIANI, 2013, p.12).

Saviani (2013) afirma ainda que é por meio da educação que os seres humanos assimilam os saberes construídos historicamente e socialmente,

pois a natureza humana não é dada aos seres humanos, mas produzida por eles mesmos. Assim, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013, p.13).

O caráter formal, institucionalizado da educação, que resulta na escola é resultado das progressivas transformações dos processos educativos. A passagem da escola à forma dominante de educação se dá quando “o saber metódico, sistemático, científico, elaborado, passa a predominar sobre o saber espontâneo, ‘natural’, assistemático [...]” (SAVIANI, 2013, p.07). Assim, a escola possui como papel a socialização do saber sistematizado, ou seja, o saber elaborado, metódico. “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2013, p.14).

Segundo o autor, a etapa histórica em que o caráter institucionalizado da educação passa a ser o predominante coincide com o surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista (SAVIANI, 2013). Retomando a afirmação de Mészáros (2008) de que os processos educacionais na sociedade capitalista sempre receberam o impacto da lógica do capital, alterando, conforme seu estágio, apenas as formas dessa incidência, cabe realizar uma breve aproximação da relação entre os processos educacionais e os processos sociais no capitalismo contemporâneo.

No entanto, tendo em vista que o recorte dessa dissertação é descrever e analisar o processo de criação e implantação do Campus de Curitiba da UFSC, enquanto parte do REUNI, embora se entenda que os processos educacionais passaram por diferentes configurações desde o surgimento do modo de produção capitalista até a contemporaneidade, o enfoque teórico se centrará no capitalismo contemporâneo, a fim de explicar a relação e as conexões existentes entre a criação dessa unidade de ensino e as contrarreformas educacionais empreendidas no capitalismo imperialista em seu estágio atual.

Cabe destacar que a construção dessa dissertação passou por diversas modificações. O projeto de pesquisa que daria o direcionamento para esta dissertação teve o seguinte problema de pesquisa: “Quais as condições da Educação Superior no Campus de Curitiba da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)?”. O instrumental de pesquisa proposto inicialmente constituía-se em

formulário on-line a ser respondido pela comunidade universitária – professores, estudantes e Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) – com perguntas abertas e fechadas que buscavam descrever a atual situação do Campus.

A definição do objeto de pesquisa como as condições da Educação Superior no Campus de Curitibanos da UFSC enquanto parte do REUNI, se deu a partir da vivência universitária enquanto Assistente Social no Setor de Assistência Estudantil, questionando-se em relação ao processo de criação e implementação do Campus enquanto parte do REUNI e as condições da Educação Superior nesse espaço.

O processo de reorganização do projeto de pesquisa após a banca de qualificação se deu em meio à intensificação dos cortes orçamentários na educação pública brasileira. Com o novo corte no final do mês de julho de 2015, a redução das verbas públicas investidas na educação federal chegou a R\$ 12 bilhões (ANDES-SN, 2015b). Contra os cortes, por melhorias salariais e de carreira, por melhores condições de trabalho e pela garantia de permanência, dezenas de universidades paralisaram com a adesão de docentes, TAEs e estudantes, com pautas nacionais e locais².

A banca de qualificação ocorreu em uma data já bastante significativa: deflagração da Greve dos TAEs da UFSC, no dia 01 de junho de 2015, conforme encaminhamentos da Assembleia do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (SINTUFSC), ocorrida no dia 28 de maio de 2015, a qual deliberou pela adesão dos TAEs da UFSC ao movimento de greve nacional (SINTUFSC, 2015). Tanto a greve dos TAEs quanto a dos docentes foi deflagrada nacionalmente no dia 28 de maio de 2015.

A partir de meados de junho, quando os TAEs lotados no Campus de Curitibanos da UFSC aderiram ao movimento nacional da greve, iniciaram-se os primeiros questionamentos acerca do instrumental de pesquisa a ser utilizado para a construção dessa dissertação, pois aos poucos as dificuldades encontradas pelos TAEs no desenvolvimento de

² De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) 50 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tiveram atividades docentes paralisadas durante os quatro meses de greve da categoria (ANDES-SN, 2015a). A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) contabilizou 65 IFES com atividades de TAEs paralisadas (FASUBRA, 2015).

suas atividades iam sendo apontadas. Ainda no primeiro semestre de 2015, parte dos docentes do Campus de Curitiba decidiu discutir questões relacionadas à representação sindical, plano de carreira e cortes orçamentários, optando também pela paralisação das atividades; e estudantes, sobretudo do curso de Medicina Veterinária, declararam greve estudantil devido às deficiências de estrutura nos cursos, ocupando o prédio do Campus, reivindicando melhorias, incentivando professores e outros estudantes à adesão e realizando intervenções artísticas.

A partir da mobilização das três categorias criou-se o Comando Unificado de Mobilização Universitária Local (CUMULO), com representantes dos TAEs, docentes e discentes. O grupo se reuniu para discussões, propondo e organizando uma semana de mobilizações no Campus, na qual entre diversas atividades, ocorreram debates sobre a atual situação do Campus de Curitiba, com apontamentos realizados pelas três categorias sobre as deficiências existentes para o exercício de suas atividades, assim como proposições de resoluções de questões que poderiam ser resolvidas pela comunidade acadêmica e aquelas que precisariam de encaminhamentos da gestão.

Diante desses fatos que foram sinteticamente expostos, percebeu-se que o instrumental de pesquisa proposto inicialmente, ou seja, a aplicação de um formulário direcionado à comunidade universitária sobre as condições da Educação Superior no Campus de Curitiba não tinha mais sentido. O problema de pesquisa em si foi sendo explicitado e respondido durante as semanas de paralisação das atividades e mobilização das categorias de TAEs, docentes e discentes, porém de uma forma inesperada no momento em que o projeto de pesquisa fora elaborado e qualificado.

Não havia mais sentido perguntar a um professor se ele possuía todos os meios necessários para lecionar suas disciplinas; ou se um TAE possuía espaço adequado para a realização de suas atividades laborais; ou ainda se um estudante tinha garantido sua permanência na universidade. Questões como essas foram respondidas no ato de paralisar as atividades, de ocupar o prédio, de mostrar à comunidade de Curitiba e à gestão universitária as condições do Campus, de se organizar enquanto categorias e elencar pautas reivindicatórias.

Essa situação demonstrou a importância da realização da pesquisa, pois o objeto se evidenciou atual e de necessária discussão. Percebe-se aquilo que afirma Minayo, de que *“nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto,

relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionados. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos” (MINAYO, 2009, p.16, grifos da autora).

Porém, foi também a mesma situação que demonstrou a necessidade de adaptar a pesquisa, pois os sujeitos que seriam partícipes da investigação demonstraram que a dinâmica da realidade não se faz no mesmo tempo da pesquisa institucionalizada. Florestan Fernandes, quando analisou as obras de Marx e Engels apontou que os precursores do materialismo histórico viam “os seres humanos não como ‘objeto’ ou matéria-prima, mas literalmente como *os produtores da história*” (FERNANDES, 2012, p.75, grifos do autor). Ou seja, os próprios sujeitos da pesquisa, aqueles que produzem historicamente o Campus de Curitibanos da UFSC, explicitaram por meio de ações que o questionamento colocado inicialmente como problema de pesquisa e que eles ainda não tinham conhecimento, era uma questão real e urgente.

Dessa forma, o desenvolvimento desta pesquisa demonstrou-se acadêmica e socialmente relevante por abordar questões postas na realidade e de necessária reflexão. Pela brevidade do Campus de Curitibanos, poucas produções acadêmicas foram produzidas em torno dessa unidade acadêmica, portanto, se faz importante essa pesquisa na perspectiva de produzir um retrato do Campus, descrevendo suas principais características e analisando os elementos que as constituem. Além disso, coloca-se como um material importante para o reconhecimento institucional dos servidores que nele atuam.

Diante disso, reformulou-se a proposta de pesquisa para a elaboração dessa dissertação, buscando-se ainda descrever e analisar as condições da Educação Superior do Campus de Curitibanos da UFSC enquanto parte do REUNI, porém por meio de outro instrumental de pesquisa. Para o desenvolvimento dessa dissertação foi utilizada a *pesquisa bibliográfica* para caracterizar a região onde se localiza o Campus de Curitibanos, assim como para analisar teoricamente essa unidade de ensino enquanto parte do REUNI.

Além disso, a *pesquisa documental* também se fez presente, buscando-se em documentos institucionais e do movimento de mobilização elementos que pudessem descrever a história do Campus, assim como a atual conjuntura. Utilizaram-se documentos como leis; decretos; portarias; resoluções; editais; atas; relatórios, orientações, projetos e pareceres institucionais e técnicos; cartas; dossiês; e notícias e comunicados jornalísticos. Aliado a esse tipo de pesquisa, utilizou-se também a *análise de dados secundários*, sobretudo os disponibilizados pela Comissão Permanente do Vestibular da UFSC (COPERVE) com a

finalidade de caracterizar e analisar o perfil do estudante de graduação do Campus em questão, assim como dados censitários.

Inicialmente, também se optou pela utilização do instrumental de *observação participante*, porém, no decorrer da pesquisa constatou-se que este se fazia insuficiente. Segundo Minayo (2009), a observação participante é:

um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (MINAYO, 2009, p.70).

Porém, como a pesquisadora não se constituiu em um sujeito externo que passou a integrar o ambiente da pesquisa – o Campus de Curitibanos da UFSC –, mas fez parte dele desde o início da elaboração do projeto de pesquisa até o momento de conclusão desse trabalho, entendeu-se que esse não era mais um instrumental possível, pois a pesquisadora também era um dos sujeitos inseridos nessa realidade.

Essa proximidade com o *locus* da pesquisa propiciou que elementos não presentes nas produções bibliográficas, nos documentos oficiais e nos dados estatísticos fossem captados. Apesar da participação da mestrandia nos movimentos grevistas e reivindicatórios ocorridos no final do semestre 2015.1 e começo do semestre 2015.2 não se dar com o interesse de coletar dados, mas sim por melhorias salariais, melhores condições de trabalho e em defesa da universidade pública, esta participação propiciou também o acompanhamento desse processo e melhor apreensão de elementos que constam nessa dissertação.

Entretanto, essa inserção também dificultou o processo de distanciamento do objeto para a construção analítica, pois a maioria dos acontecimentos são recentes e próximos da pesquisadora. Fernandes (2012) realiza alguns apontamentos sobre a dificuldade de abordar-se essa história que, em suas palavras, “transcorre aos nossos olhos”. Para o autor:

A história da vida cotidiana e do presente em processo, encarada da perspectiva do materialismo histórico, propõe-se lidar, simultaneamente, com os fatos históricos que permitem descrever tanto o “superficial” quanto o “profundo” na cena histórica. No plano descritivo, ela busca a reconstrução da situação histórica total; no plano interpretativo, ela se obriga a descobrir a rede (ou as redes) de causação histórica, associando reciprocamente as transformações das relações de produção às transformações da sociedade e das superestruturas políticas, jurídicas, artísticas, científicas, religiosas etc. (FERNANDES, 2012, p.80).

Aponta-se assim, que apesar da importância da aproximação da pesquisadora com o local da pesquisa, esse mesmo elemento também correspondeu a determinadas dificuldades, pois o necessário distanciamento do pesquisador com seu objeto de estudos precisou ser reafirmado constantemente para que não ocorresse a perda da objetividade na pesquisa. Porém, ressalta-se a diferenciação entre *objetividade* e *neutralidade*, pois há a impossibilidade de construção de um pensamento neutro, sendo que a própria defesa da neutralidade já é um posicionamento. Porém, como afirma Tonet (2013, p.109) “[...] ser objetivo é capturar a lógica própria do objeto. Ser neutro é não tomar partido, isto é, não permitir que julgamentos de valor interfiram na produção do conhecimento”. Segundo o autor, aparentemente tomar partido implicaria na não apropriação integral do objeto de estudo, mas que na realidade, é justamente a postura de neutralidade que leva a uma visão parcial do objeto:

Na medida em que existe uma vinculação entre conhecimento e perspectiva de classe, então, nenhum conhecimento pode ser produzido sem estar marcado, de alguma maneira, por essa vinculação. Independente da consciência e/ou aceitação do pensador, os pressupostos e as categorias por ele utilizadas já implicam, em si mesmas, essa vinculação. O equívoco na afirmação da neutralidade científica está exatamente na rejeição da relação entre conhecimento e perspectiva de classe, na suposição de que o pensador é o sujeito único do

conhecimento. Esse equívoco também se manifesta na confusão entre objetividade e neutralidade, como se esses conceitos fossem sinônimos (TONET, 2013, p.110).

Assim, no processo de construção, desconstrução e reconstrução do projeto de pesquisa, foi possível também aproximar-se, mesmo que timidamente, da diferenciação elaborada por Marx (2013) entre o processo de investigação e de exposição. Apesar da enorme distância existente entre uma dissertação de mestrado e uma obra da magnitude de grandes pensadores do materialismo histórico-dialético, minimamente foi possível uma experimentação desse método.

Para Marx (2013, p.90) “a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que pode expor adequadamente o movimento real”. Assim, apesar da presente investigação não se apropriar de todos os detalhes do objeto – devido ao tempo destinado à pesquisa e aos limites da própria pesquisadora – foi possível avançar em diversos aspectos que não cabiam ser expostos nessa dissertação. Portanto, para além da exposição sintetizada nesse trabalho, o processo de pesquisa possibilitou o conhecimento de diversos outros temas adjacentes e permeou todo o processo com a sensação de incompletude, surgindo diversos pontos a serem estudados futuramente.

Descritos os procedimentos metodológicos para a elaboração dessa dissertação, os quais não se apresentaram de maneira linear durante todo o percurso, e necessitaram de adaptações e modificações; o presente trabalho se desdobrará em quatro capítulos com seus respectivos itens.

No primeiro capítulo, intitulado “O REUNI enquanto parte da contrarreforma na Educação Superior”, será abordada a contrarreforma na Educação Superior brasileira no contexto da acumulação flexível, com enfoque a um dos seus principais elementos no início do século XXI: o REUNI. Para tal utilizar-se-á de autores como Mészáros (2008), Harvey (1992), Antunes (1997), Iamamoto (2014), Behring (2008) e Marx (2010) para abordar questões centrais do processo de acumulação capitalista por meio da acumulação flexível; e autores como Chauí (1999), Netto (2011), Silva Junior e Sguissardi (2013); Leher (2014), Lucas e Leher (2001), Lima (2009; 2012), Léda e Mancebo (2009), Lisboa (2013) e Silva (2014) para questões relacionadas ao processo de contrarreforma na Educação Superior.

Realizada essa primeira aproximação, no segundo capítulo, “O REUNI na UFSC: o processo de interiorização” serão apresentadas as principais características do processo de adesão da UFSC ao programa e a proposta de interiorização e consequente criação do Campus de Curitibanos. Além disso, explanar-se-á sobre as articulações locais para a criação dessa unidade acadêmica no município de Curitibanos, assim como as principais características regionais do espaço histórico e geográfico onde está inserido o Campus e como ele diferencia-se das demais regiões de Santa Catarina e dos outros *campi* da UFSC.

Já no terceiro capítulo, nomeado de “O Campus de Curitibanos da UFSC: principais características” o enfoque será na descrição das principais características da atual infraestrutura do Campus, de seu quadro funcional, dos cursos de graduação e também do processo de inserção dos *campi* no Regimento Geral da UFSC. Para tal, utilizar-se-ão de informações disponíveis nas páginas institucionais, nas atas do Conselho de Unidade do Campus e do Conselho Universitário (CUn) da UFSC, e de documentos produzidos durante as mobilizações realizadas no ano de 2015, estes últimos sobretudo no comparativo entre o existente e o necessário.

No quarto capítulo, “O estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC” serão expostas as principais características do corpo discente do Campus de Curitibanos, relacionadas ao processo de ingresso e permanência, assim como elementos relacionados ao seu perfil. Para a construção desse capítulo utilizou-se de dados secundários do Sistema de Controle Acadêmico de Graduação (CAGR) e da COPERVE. Para finalizar, breves considerações finais sobre o conteúdo apresentado e analisado nessa dissertação.

2. CAPÍTULO I – O REUNI NO CONTEXTO DA CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 A Contrarreforma da Educação Superior no Brasil contemporâneo: primeiros indícios.

As contrarreformas em âmbito educacional no Brasil contemporâneo tiveram seus primeiros sinais, segundo Leher (2014), com a instauração da Ditadura Militar ainda na década de 1960. O autor afirma que se iniciou a implementação da Teoria do Capital Humano – elaborada por autores neoclássicos da Universidade de Chicago e legitimada por prêmios Nobel –, que considera a educação como estratégica para a reprodução do capital, no sentido de “adestramento profissional” aliado aos interesses do capitalismo. No Brasil foi instituída como um antídoto para os movimentos em prol de uma educação e cultura popular que afloravam na década de 1960 e o “perigo” que o marxismo representava nas universidades brasileiras. A contrarreforma avançou com a Lei 5.540/68 que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e articulação com a escola média, e a Lei 5.692/71 que criava as diretrizes e bases para o 1º e 2º grau, com propostas de profissionalização massiva, tecnicismo e despolitização da educação (LEHER, 2014).

Netto (2011) realiza uma relação analítica entre a política educacional e a ditadura militar brasileira – por ele chamada de regime autocrático burguês. O autor aponta que a maioria dos especialistas sobre a temática reconhecem dois principais momentos nos quais a educação foi utilizada como enfrentamento pelo regime: a primeira entre 1964 e 1968, buscava acabar com as iniciativas democratizantes; e a segunda a partir de 1968 e 1969 com intervenções diretas para adequar o sistema educacional institucionalizado conforme as estratégias do governo militar. Netto (2011) ainda ressalta que as estratégias foram colocadas em práticas pós 1969 não porque foram definidas nesse momento – elas já estavam claras desde o golpe de abril de 1964 – mas sim porque as condições permitiram colocá-la em prática. As condições se deram principalmente a partir de:

[...] três feixes de problemas, *todos derivados da alteração na estrutura da demanda social por educação institucional*: o agravamento da crise do sistema educacional, as incidências político-

sociais imediatas desse agravante e o descompasso entre o tal sistema e os objetivos globais (bem como os métodos políticos e da gestão) do regime e do Estado emergente no pós-64 (NETTO, 2011, p.55).

Segundo o autor, o aumento da demanda social por educação institucional surge a partir da metade da década de 1950 e com maior expressividade na segunda metade dos anos 1960, da necessidade de qualificação para a força de trabalho decorrente do processo de industrialização e da crescente urbanização. Além disso, a demanda pelo nível superior do ensino institucionalizado apresenta traços peculiares: “a universidade ganha, para as camadas médias urbanas [...], a *centralidade* nas suas possibilidades de mobilidade social vertical ascendente” (NETTO, 2011, p.55). Com o aumento e alterações da demanda, a crise no sistema educacional se agravou, trazendo também incidências político-sociais.

Entre 1964 e 1968, enquanto o movimento operário e sindical do campo e da cidade era oprimido pela ditadura reacionária, o movimento estudantil, principalmente das universidades, despontava na contestação do regime. Este, por sua vez, não se preocupou propriamente com a vanguarda estudantil, mas sim com o poder catalisador de condensar a oposição, a qual poderia trazer problemas ao regime. Nesse contexto é que a política educacional se colocou como questão prioritária para o regime autocrático burguês, com a intenção de *refuncionalizá-la*. Portanto, se entre 1964 e 1968 o regime promoveu o aniquilamento das iniciativas, propostas e movimentos democratizantes da política, dos processos e do sistema educativo; a partir de 1968 e 1969 o regime passa a dar um novo direcionamento às funcionalidades da educação. De ditadura reacionária para Estado militar fascista, o regime instaurou o seu modelo educacional em sintonia com seu modelo econômico, primeiramente no nível superior, para em seguida, incidir sobre o ensino básico. Para refuncionalizar a educação, o sistema tinha como requisito a eliminação de todas as fontes aparentes de resistência à ditadura, sendo que a reformulação estrutural do sistema de ensino (como por exemplo, a Lei nº. 5.540/68 já citada por Leher) não pode ser pensada desarticulada do terrorismo de Estado (como no próprio AI-5) (NETTO, 2011).

Entre os principais traços da contrarreforma educacional empreendida pela autocracia burguesa está a adequação da função educacional ao modelo econômico do regime, reproduzindo no sistema

educacional os mecanismos excludentes da sociedade e inserindo-o no sistema de financiamento operado pelo grande capital; a burocratização da vida acadêmica, com a introdução da lógica empresarial no ensino superior, por meio, por exemplo, da “departamentalização, regime de créditos, instituição do ciclo básico, vestibular unificado, fragmentação do grau acadêmico de graduação, institucionalização da pós-graduação” (NETTO, 2011, p.62). Para além disso, a política educacional da autocracia burguesa se submeteu aos ditames do grande capital, transformando:

o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis – a educação superior, sob a autocracia burguesa, transformou-se num “grande negócio”. A assim chamada livre iniciativa encontrou aí um dos seus vários paraísos, estabelecendo *suas* universidades – o que não impediu, por vários canais, que nelas fossem injetados vultuosos recursos públicos – preferencialmente frequentadas (e pagas) por alunos oriundos e/ou situados dos/nos níveis socioeconômicos inferiores (NETTO, 2011, p.62-63).

Assim, a ditadura militar criou uma expansão “esvaziada” do acesso ao Ensino Superior dos contingentes mais baixos da classe trabalhadora, pois, esse processo teve um direcionamento profissionalizante e sem garantias de permanência dos estudantes na universidade, oferecendo ao capital força de trabalho qualificada e semiqu qualificada, além de força de trabalho excedente para o exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que garantiu a neutralização e o esvaziamento científico, cultural, político da universidade (NETTO, 2011).

Sem condições de construir – em função do que historicamente representou para a sociedade brasileira – uma universidade ativamente legitimadora, o regime autocrático burguês teve o *seu* sistema universitário (como, de fato, todo o sistema educacional) conformado num ensino superior asséptico, apto a produzir quadros qualificados afeitos de racionalidade formal-burocrática. Em larga medida, o regime conseguiu o que pretendia: cortou com os laços vivos, tensos

e contraditórios que prendem a universidade ao movimento das classes sociais: oclusas, obturados pela repressão e pela gestão “modernizadora”, os seus condutos com a vida e os processos sociais, a universidade foi insulada: perdeu o dinamismo crítico (e, pois, criativo) que só lhe garante o rebatimento, no seu interior, das tensões entre distintos projetos societários, e consequentemente viu exauridos os seus processos específicos e particulares de elaboração *produtiva*. Nela, hipertrofiou-se o procedimento *reprodutivo*, com a decorrência inevitável da *degradação do seu trabalho intelectual* (NETTO, 2011, p.65).

O autor afirma que essa universidade esvaziada teve como elemento fundamental a redução do trabalho acadêmico aos limites da academia, rompendo com a intrínseca relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, uma “universidade neutralizada, esvaziada, reprodutiva e asséptica” (NETTO, 2011, p.66), funcional ao regime militar.

Leher (2014) também aponta que ocorreram lutas e resistências a essas contrarreformas – ou *refuncionalização* da universidade nas palavras de Netto (2011) – com a criação de organizações associativas nas Conferências Brasileiras de Educação (CBE) e Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com a entrada nos anos 1980 houve avanço nas lutas com intelectuais críticos como Demerval Saviani e as referências marxistas que adentraram a pós-graduação. Teria ainda um importante papel na articulação das lutas educacionais o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) criado em 1987 que interferiu na constituinte garantindo vitórias na Constituição de 1988. O movimento foi também amplificado com os Congressos Nacionais de Educação (CNE) ocorridos a partir de 1996 a fim de elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). (LEHER, 2014). Segundo o autor, apesar dos ganhos na Constituição de 1988, ocorreram derrotas significativas para o movimento em prol da educação pública e crítica com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Entremeio a esses primeiros processos da contrarreforma na Educação Superior no Brasil contemporâneo, que iniciaram com o golpe ditatorial e se alastraram pelas décadas seguintes, o capitalismo mundial passava também por intensas modificações. Essas transformações tornaram-se elementos fundamentais na consolidação e na continuidade das contrarreformas educacionais, promovendo a flexibilização, financeirização, mundialização e precarização dos processos

educacionais, por meio do novo processo produtivo pautado na acumulação flexível.

2.2 As Contrarreformas Educacionais no Contexto da Acumulação Flexível

Retomando a afirmação de Mészáros (2008) de que os processos educacionais na sociedade capitalista sempre receberam o impacto da lógica do capital, alterando, conforme seu estágio, apenas as formas dessa incidência, cabe realizar uma breve aproximação da relação entre a educação e os processos econômicos, políticos e sociais no capitalismo contemporâneo.

A partir da década de 1970 o capitalismo experimentou mudanças significativas, que apesar de não alterar sua base, induziu a profundas mudanças nos processos produtivos. Para Harvey (1992), a transição do fordismo para a acumulação flexível marca fortemente a história recente. O autor salienta que apesar de todos os eventos ocorridos a partir da década de 1970 e 1980, com intensa reestruturação econômica, transformações também sociais e políticas, as regras básicas do capitalismo continuam valendo. A instauração de um novo processo produtivo, dentro do modo de produção capitalista, deve-se à “rigidez” do modelo fordista-taylorista, por isso a necessidade de um regime de acumulação mais flexível.

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que eu

chamarei de ‘compressão do espaço-tempo’ no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado” (HARVEY, 1992, p.140, grifos do autor).

Com as transformações no processo produtivo, Antunes (1997) afirma que são estabelecidos novos padrões de produtividade, adequando a produção à lógica do mercado, substituindo ou combinando a produção em série e de massa com a flexibilização da produção. De acordo com o autor gera-se uma desconcentração industrial; novos padrões de gestão da força de trabalho – círculos de controle de qualidade, gestão participativa, qualidade total, envolvimento – o toyotismo mescla-se ou substitui o fordismo; promove-se a desregulamentação e a flexibilização; e há intensos cortes dos direitos trabalhistas.

Portanto, o padrão fordista-taylorista convive ou é substituído por outras formas de organização da produção de elevado padrão tecnológico, como no caso do toyotismo e seu caráter de flexibilidade, incorporando os avanços científicos, porém retrocedendo no que se refere aos interesses dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2014).

Esses elementos de inovação tecnológica e de novas modalidades de gestão do trabalho são considerados por Harvey (1992) como propulsores *da aceleração do tempo de giro na produção*, que contribuem significativamente com a lucratividade capitalista. Nessa perspectiva é também que o autor afirma que a acumulação flexível se caracteriza como uma recombinação simples de duas categorias de Marx: a *mais-valia absoluta* e a *mais-valia relativa*³. Aliada a essa

³ Marx (2013, p.390, grifos meus) diferencia a mais-valia absoluta da mais-valia relativa da seguinte forma: “O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de *mais-valor absoluto*; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de *mais-valor relativo*”. Netto e Braz (2012) didaticamente interpretam essa conceituação afirmando que se entende por *mais-valia absoluta* o aumento do tempo de trabalho excedente por meio da ampliação da jornada de trabalho sem o aumento do salário do trabalhador. Já a produção de *mais-valia relativa* ocorre quando não existe a possibilidade de aumentar a jornada de trabalho e o capitalista busca reduzir o tempo referente ao trabalho necessário por meio do

aceleração do tempo de giro da produção está a *redução do tempo de giro do consumo*, implementada pela obsolescência programada das mercadorias e novas concepções estéticas.

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1992, p.148).

É nesse sentido que o autor também aponta o crescimento do mercado de serviços, pois nesse ramo há a possibilidade de que o tempo de giro de produção e de consumo sejam praticamente instantâneos. Por isso há o crescimento de setores como o de seguros, finanças, imobiliário ou mesmo na crescente mercantilização de serviços de saúde e – o que mais nos chama atenção nessa dissertação – na definição da educação como um serviço a ser vendido (HARVEY, 1992). Essa flexibilidade, mobilidade e desenvolvimento tecnológico e informacional que fortemente marca o capitalismo contemporâneo, terá interferência também nos processos educacionais, inclusive nas contrarreformas empreendidas na educação brasileira nas últimas décadas, como veremos mais adiante.

Outra característica central dessa fase de desenvolvimento do capitalismo é o processo de financeirização do capital. Iamamoto (2014) discorre sobre esse processo:

[...] o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. A gestão desses monopólios converte-se em *dominação da oligarquia financeira*, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras,

desenvolvimento das forças produtivas com a implementação de inovações tecnológicas.

dentre outros mecanismos. Desdobra-se na monopolização da renda da terra pelo monopólio bancário e industrial, espalhando-se o domínio dessa oligarquia financeira para todas as dimensões da vida social, independente dos regimes políticos (IAMAMOTO, 2014, p.101, grifos da autora).

Harvey (1992) considera que o capital financeiro tem na acumulação flexível um poder coordenador, e que é central na organização do capitalismo contemporâneo, juntamente com o acesso e controle da informação – uma mercadoria hoje muito valorizada – e o acesso ao conhecimento técnico e científico, sendo que o próprio saber tornou-se uma mercadoria, de acordo com o autor. Por isso, a educação institucionalizada, a qual possuía como papel a socialização do saber sistematizado, construído coletiva e historicamente pelo conjunto da humanidade, passa a ser também uma mercadoria no mercado financeiro.

Juntamente com a financeirização, pode-se considerar ainda como uma característica marcante do capitalismo contemporâneo, a mundialização da economia. Segundo Iamamoto (2014, p.107), a mundialização é conduzida pelos grupos transnacionais articulados ao mundo financeiro. Essa aliança “tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juro (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento)”.

Mas como esse processo de mundialização, financeirização e flexibilização da economia capitalista interfere nos processos educacionais? Com a íntima relação entre os processos educacionais e os processos sociais, a educação passa também a ganhar novos recortes com as transformações no modo de produção e reprodução capitalista. Assim, os processos educacionais tornam-se mais flexíveis e inseridos nas dinâmicas dos novos recursos informacionais e tecnológicos; a educação que já era entendida como mercadoria torna-se também finança no mercado de ações; fusões e aquisições por grandes corporações internacionais passam a fazer parte das instituições educativas; e os novos padrões de gestão da força de trabalho são também implementados junto aos trabalhadores da educação.

Portanto, articuladas às transformações ocorridas no capitalismo mundial nas últimas décadas, estão também as contrarreformas nos processos educacionais. Silva Junior e Sguissardi (2013) afirmam que a

mundialização da economia, conduziu a contrarreformas no Brasil – impulsionadas pelos organismos multilaterais – que levaram à incorporação de avanços tecnológicos, nova qualificação da força de trabalho e diminuição de seu custo, abertura dos mercados aos investimentos estrangeiros, desregulamentação, internacionalização da estrutura produtiva, ajustes fiscais, privatizações, diminuição dos gastos estatais em setores básicos para a sociedade. “Essa nova racionalidade de reprodução do capital levou a mudanças de paradigmas tecnológicos, à flexibilização do trabalho, à reestruturação produtiva e à difusão das tecnologias de informação e comunicação” (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013, p.123). Mesmo a universidade, uma instituição que outrora além de oferecer formação profissional também se ocupava da produção de conhecimento, está se transformando em uma organização que oferece produtos educacionais conforme as demandas do capital financeiro mundializado.

A partir da década de 1990 ocorreram novas mudanças significativas na cultura institucional universitária no Brasil, sobretudo após uma série de contrarreformas ocorridas principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013). Essas contrarreformas neoliberais são marcadas pela busca da rentabilidade capitalista por meio da “reestruturação produtiva e da mundialização: atividade, adaptação, flexibilidade e competitividade” (BEHRING, 2008, p.59).

Além disso, possuem como outra de suas características a privatização, as quais, no governo FHC, segundo Lucas e Leher (2001, p.261) foram realizadas a partir de dentro “enredando os professores em sua lógica operacional, por meio de sufocante arrocho salarial, deslocando, deste modo, a universidade para a esfera privada como um serviço voltado para o mercado”. Além disso, o autor complementa que fazem parte das estratégias privatizantes da década de 1990 a subordinação das universidades aos modelos de gerenciamento e produção do capital, e também a disputa do território universitário pelos interesses privados de fundações.

Somado às privatizações observou-se também o início do movimento de fusões e aquisições empresariais na educação, com grupos educacionais que possuem capital acionário na Bolsa de Valores, buscando por meio de atividades educacionais a valorização do capital. Em 1995 o Acordo Geral de Comércio e Serviço (GATS) incluiu a educação – básica, fundamental, superior e de adultos – como um serviço a ser comercializado no mercado mundial, por meio da educação à distância; da mobilidade acadêmica; das fusões e aquisições; e da

prestação de serviços educacionais, como as consultorias acadêmicas (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2013).

Observa-se assim que no processo de contrarreforma do Estado os direitos sociais são transformados em serviços, os quais deixam de ser exclusividade do Estado. “Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado, não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados” (CHAUI, 1999, p.03). Percebe-se assim o estreitamento na tomada de decisões entre o público e o privado apontado por Harvey (1992), já sinalizado anteriormente. A educação enquanto um serviço, e não um direito social, se expressa também na retórica de que a universidade pública deve ser paga para garantir a “justiça” de que os ricos paguem pelos pobres:

De fato, a cantilena “os ricos devem pagar pelos pobres” significa, em primeiro lugar, que os ricos são vistos como cidadãos (pagam impostos) e os pobres não (mesmo que saibamos que neste país, os ricos justamente não pagam impostos); em segundo lugar, que a educação não é vista como um direito de todos, mas como um direito dos ricos e uma benemerência para os pobres; em terceiro lugar, que a cidadania reduzida ao pagamento de impostos e mensalidades, e o assistencialismo, como compaixão pelos deserdados, destroem qualquer possibilidade democrática de justiça (CHAUI, 1999, p.05).

Chaui (1999) ainda aponta que a universidade ao passar por contrarreformas, deixando de ser um direito e passando a ser um serviço, deixa também de ser uma instituição para ser uma organização. Para a autora, a organização possui outra prática social, outra instrumentalidade:

[...] é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe. [...] A instituição aspira à universalidade. A

organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária, ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais (CHAUI, 1999, p.06).

Na década de 2000 iniciam-se o que Silva Junior e Sguissardi (2013) chamam de segunda e terceira etapa das mudanças na educação superior brasileira – a primeira, como já apresentada, seriam as contrarreformas do governo FHC da década de 1990. A segunda etapa, relacionada ao governo Lula, seria o aprofundamento dos novos traços da cultura institucional inaugurada pela contrarreforma do Estado, com cursos aligeirados, uso de novas tecnologias de informação e comunicação, regulação e controles externos, gradativa perda da autonomia universitária e nova relação entre a educação superior e o setor empresarial; e a terceira etapa, ainda no governo Lula, de expansão da educação superior com o REUNI, ampliação do Ensino à Distância – com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) –, e crescimento do setor privado com incentivos do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Podemos citar como algumas das principais mudanças na política educacional no Brasil durante os governos Lula a criação do Todos Pela Educação (TPE), uma coalização entre bancos e grandes grupos empresariais, que convocaram para o movimento o Conselho de Secretários de Educação, União dos Dirigentes Municipais de Educação e o Ministério da Educação (MEC) que prontamente somaram ao TPE; a incorporação desse movimento na agenda governamental por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que também foi batizado como Compromisso Todos pela Educação; a criação do Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), também uma conquista do empresariado, possibilitando um sistema de avaliação e de imposição de metas, às quais as escolas são obrigadas a alcançar para que participem de programas federais, além de tornar o professor um refém de índices e esvaziar o caráter científico-filosófico da educação (LEHER, 2014).

No que diz respeito à universidade, Lima (2012, p.443) afirma que particularmente no período entre 2003 e 2010 o governo federal implementou uma série de medidas que conduziram a mais uma etapa da contrarreforma na educação, intrinsecamente alinhadas com o estreitamento das fronteiras entre o público e o privado, a mudança nos processos e controle do trabalho dos servidores públicos federais, e novos contratos de gestão, como por exemplo, o próprio REUNI. Entre as principais Medidas Provisórias, Leis e Decretos estão:

o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) – Lei nº 10.861/2004; (ii) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas; (iii) a Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004) que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; (iv) o Projeto de Lei nº 3.627/2004 que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas; (v) os projetos de lei e decretos que tratam da reformulação da educação profissional e tecnológica; (vi) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) (Lei nº 11.079/2004) que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais, (vii) o Programa Universidade para Todos (ProUni) – Lei nº 11.096/2005 – que trata de “generosa” ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior; (viii) o Projeto de Lei 7.200/06 que trata da Reforma da Educação Superior e se encontra no Congresso Nacional; (ix) a política de educação superior a distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil e, mais recentemente (2007), (x) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais/REUNI e o Banco de Professor-Equivalente (LIMA, 2009, p.02).

Nesse aspecto que Silva Júnior e Sguissardi (2013) apontam que nas últimas décadas o Estado conduziu o processo de privatização, como na contrarreforma previdenciária e na abertura para o capital na universidade pública. Esse processo, chamado de mercantilização da educação superior pública, foi legitimado, por exemplo, por meio das Parcerias Público-Privadas (PPP), Fundos Setoriais (FS) e Lei de Inovação Tecnológica (LIT). Desse movimento, destacam-se duas dimensões:

a) a pesquisa passa a seguir nova diretriz orientada para o atendimento da demanda econômica crescente de valorização do capital; b) os diversos segmentos de trabalhadores são preparados técnica e socialmente por meio de programas como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013, p.125).

Léda e Mancebo (2009) afirmam que essas iniciativas demonstram o andamento da contrarreforma universitária “em fatias” e a continuidade no governo Lula das medidas iniciadas por FHC, tanto porque muitas das ações que se tornaram leis e decretos na década de 2000 tiveram início durante os anos 1990, quanto pela caracterização ideológica dessas iniciativas. O REUNI, um dos principais elementos que compõem os processos de contrarreformas na Educação Superior brasileira nos últimos anos se faz central nessa dissertação pela sua íntima relação com a proposição e criação do Campus de Curitiba da UFSC. Tanto o referido programa, quanto o Campus, serão abordados de forma mais específica nos próximos itens desse capítulo.

Portanto, essa contrarreforma universitária que vem sendo realizada na educação dissemina um projeto de universidade atrelado aos interesses do mercado. O Estado vem sendo reduzido no financiamento da universidade pública por meio do estímulo aos contratos de prestação de serviços, convênios com empresas e instituições privadas, no financiamento de pesquisas, laboratórios e bolsas de estudos. A subordinação da educação ao capital, “compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública, gera o

desfinanciamento do ensino público superior, desvaloriza e desqualifica a docência universitária ante as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e a extensão das funções precípuas da universidade” (IAMAMOTO, 2014, p.436-437). Segue a autora:

As entidades contratantes passam a beneficiar-se não apenas nos resultados das pesquisas, mas a interferir na definição de temas e no seu processamento, imprimindo um caráter imediatista e instrumental à investigação e à produção de conhecimentos. O cientista-pesquisador torna-se prisioneiro de sua própria atividade criadora e do resultado encomendado, a ele estranho, mas cujo processo afirma seu consentimento (IAMAMOTO, 2014, p.449).

Assim como afirmado por Iamamoto (2014), percebe-se que o trabalho intelectual do cientista/pesquisador/docente, torna-se também um trabalho estranhado, pois o objeto que o trabalhador produz, fruto da atividade de pesquisa, se torna para ele um “[...] ser estranho, com um poder independente do seu produtor” (MARX, 2010, p.80-81). Se o objeto de trabalho é estranho ao trabalhador, ou seja, não lhe pertence, este objeto pertence a *outro*. E quem seria esse outro? “Não os deuses, não a natureza, apenas o homem pode ser este poder estranho sobre o homem” (MARX, 2010, p.86). Continua Marx:

Através do trabalho estranhado, exteriorizado, o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho. A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo (MARX, 2010, p.87).

Portanto, ao passo em que a produção de conhecimento dentro das universidades passa a ser propriedade privada de fundações e empresas, ou seja, ocorre a apropriação privada da produção científica, o pesquisador passa também a ser estranho ao seu objeto, pois este não lhe pertence. A ampliação desse estranhamento ocorre também com a

intensificação da precarização das relações de trabalho dos docentes, que segundo Silva Junior e Sguissardi (2013) tendem a agravar-se, principalmente aos professores vinculados ao ensino, pesquisa e orientação na pós-graduação. Além disso, segundo os autores, a tendência é a ocorrência de perdas para a carreira docente; redução salarial; adoção de formas organizacionais e gerenciais, pautadas na organização e eficiência empresariais para o professor/pesquisador; aumento do total de alunos de graduação e pós-graduação, com consequente ampliação da relação professor/aluno, ou seja, a evolução das matrículas supera claramente a evolução dos quadros docente e técnico-administrativo.

Nesse sentido é que Harvey (1992) relaciona a intensificação do individualismo, da competição e do empreendedorismo marcantes do processo de flexibilização econômica com a produção científica. Para o autor, estes elementos se tornaram danosos para a maioria da população mundial e o “emprendimentismo” adentrou não só as relações de negócios, mas outros espaços da vida dos sujeitos, impregnando também “a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística” (HARVEY, 1992, p.161).

Lima (2012), ao realizar uma análise das consequências do REUNI no trabalho docente, afirma que a intensificação do trabalho dos professores da Educação Superior, resulta principalmente da certificação em massa, pois há um número excessivo de estudantes para cada professor, o que incide “na autonomia intelectual do docente em sua tarefa de produção e socialização do conhecimento crítico e criativo, fragilizando a contribuição deste trabalhador para a superação da histórica heteronomia cultural que atravessa e constitui a história da educação superior no Brasil” (LIMA, 2012, p.450).

Chaui (1999, p.07) afirma que esse processo transforma a universidade em uma organização, passando por duas fases. A primeira quando tornou-se uma *universidade funcional*, “voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho [...], a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais a docência da pesquisa”. A segunda fase ocorreu na transição para uma *universidade operacional*, “estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional[...], inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que

ocupam seus docentes e curvam seus estudantes às exigências exteriores ao trabalho intelectual” (CHAUI, 1999, p.07).

Iamamoto (2014, p.449-450) aponta que todas essas ofensivas levam à negação do conhecimento enquanto livre produção do saber. “O seu fim deixa de ser a descoberta da verdade histórica, a busca do saber universal, passando a ser dominada pelo ‘saber pragmático e instrumental’, ‘operativo’, ‘internacionalizado’, produzido sob encomenda para que as ‘coisas funcionem’”. A partir das atuais configurações da Educação Superior no Brasil, a autora ainda aponta que um “amplo empreendimento ideológico invade o saber científico”.

Essa crise, com tendências positivistas e a-históricas, influencia uma expansão irracional das especializações; reduz os procedimentos e a teoria a instrumentos de ações orientados pelos interesses daqueles que financiam as pesquisas; e metamorfoseia o cientista em técnico, tornando-o incapaz de decifrar o significado da sua atividade de pesquisador relacionada com a realidade social mais ampla. Decorrentes disso também estão a negação das metanarrativas, a recusa da história, a tendência à fragmentação, à superficialidade e ao particularismo, negando as contradições e as desigualdades entre classes (IAMAMOTO, 2014).

E entremeio a essas mudanças na produção do conhecimento e de organização da educação no país, completamente atreladas às transformações operadas pelo capital em nível mundial, encontram-se os jovens, que se constituem em um dos sujeitos que estão inseridos nos processos educacionais, entre eles os da universidade brasileira. Segundo Leher (2014), há uma busca pela simplificação da educação por parte do capital, que busca converter as instituições educacionais em espaços de “educação minimalista”, sendo assim, os setores dominantes entendem que a juventude trabalhadora não necessita de uma formação permeada por complexidades científicas e culturais, pois para eles a maior parte dos postos de trabalho não requer uma escolarização sofisticada, não necessitando assim de conhecimento aprofundado sobre a natureza e a sociedade. Assim, se constrói, segundo Chaui (1999), uma universidade que “[...] não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem do sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (CHAUI, 1999, p.08).

Nesse conjunto de transformações nos processos produtivos e consequente mudanças nas formas de incidência do capital sobre os processos educacionais, que acarretaram no conjunto de contrarreformas

apresentadas, encontra-se então a criação do REUNI, que num processo de expansão possibilitou a criação dos *campi* interiorizados da UFSC, entre eles, o Campus de Curitibanos. A partir desses pressupostos que se buscará no próximo item apresentar as principais características do referido programa.

2.3 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

Como apontado anteriormente, o REUNI está entre os principais elementos que compõe os processos de contrarreformas na Educação Superior brasileira nos últimos anos. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, como parte do PDE, lançado na mesma data.

A criação do REUNI remete-se ao processo de expansão da Educação Superior planejada e executada durante o governo Lula. Silva (2014) aponta que um dos primeiros elementos constituintes desse processo foi a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no ano de 2003⁴, o qual deveria analisar a situação do Ensino Superior no Brasil e “apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” no prazo de sessenta dias” (BRASIL, 2003).

No documento publicado como resultado do GTI aponta-se que, decorrente da crise fiscal do Estado, as universidades públicas vivenciavam problemas no que se refere aos recursos humanos, manutenção e investimento; e as universidades privadas estavam ameaçadas pela inadimplência dos estudantes. O relatório aponta que essa realidade demandava um alteração estrutural na Educação Superior brasileira, e para isso se fazia necessário “(i) um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais e (ii) uma contrarreforma universitária mais profunda” (BRASIL, 2003).

⁴ Decreto de 20 de outubro de 2003, que “Institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” (BRASIL, 2003). O GTI foi coordenado pelo MEC, e contou com representantes também da Casa Civil da Presidência da República; da Secretaria-Geral da Presidência da República; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Ministério da Ciência e Tecnologia; e do Ministério da Fazenda.

Silva (2014) afirma que decorrente deste documento do GTI, no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) criou-se uma série de leis, decretos e medidas provisórias, as quais, sistematizadas por Lima (2009) já foram citadas no início desse capítulo. Ainda no ano de 2003, segundo informações do governo federal, deu-se início ao processo de interiorização dos *campi* das universidades federais (REUNI, 2010). No segundo mandato do governo Lula (2007-2010) as propostas tiveram continuidade, entre elas a instauração do Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 que criou o REUNI, o qual deu continuidade ao processo de expansão e interiorização iniciado em 2003.

Léda e Mancebo (2009) recuperam o histórico de instauração do supracitado Decreto, apontando que no segundo semestre de 2006 se deu início a uma campanha contra o formato de ensino das universidades, demonstrando por meio de dados estatísticos, por exemplo, a relação das vagas nas universidades públicas e as altas taxas de evasão. Segundo as autoras, iniciou-se assim a divulgação de uma proposta que se opunha ao modelo de ensino que se tinha, a nomeada Universidade Nova⁵, que se colocava como alternativa ao modelo tradicional de universidade. Ainda no final do ano de 2006 e início de 2007 circulou um documento não-oficial do MEC que já previa o nome de Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que após discussões internas ao MEC e com outras entidades – como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES) – foi constituído o texto final do Decreto (LÉDA, MANCEBO, 2009). Silva (2014) descreve que este foi construído:

[...] pelo poder executivo, com apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação (MEC), sua implantação foi justificada com vista a cumprir a meta de expansão da oferta de “Educação Superior” expressa no *Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001

⁵ Universidade Nova foi um programa idealizado pelo reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Naomar Monteiro de Almeida Filho. Em artigo produzido pelo próprio, este assinala que a proposta de Universidade Nova serviu para o MEC implantar o REUNI (ROCHA; ALMEIDA FILHO, 2016). Entre as principais alterações estaria a criação dos Bacharelados Interdisciplinares, os quais serão analisados no item 4.4 do capítulo três dessa dissertação.

(BRASIL, 2001), do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O objetivo central expresso no *Decreto nº 6.096/2007*, foi a criação de “condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). Duas metas tiveram ênfase no *Decreto 6.096/2007* (BRASIL, 2007) (BRASIL, 2007) as quais deveriam ser alcançadas durante os cinco anos de vigência do Reuni (2007-2012), após a adesão pelas universidades federais. Intituladas “metas globais”, a primeira pretendia a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%. A segunda objetivava a elevação da relação “professor-aluno” na graduação em cursos presenciais para um [professor] por dezoito [estudantes] (BRASIL, 2007) (SILVA, 2014, p.29).

Segundo o autor a adesão das universidades ao REUNI foi massiva, sendo que das 54 universidades federais existentes em 2007, 53 aderiram ao programa. Porém, esse processo foi permeado por manifestações contrárias de estudantes, docentes e técnico-administrativos organizados, sendo que “reitorias foram ocupadas, atos públicos foram realizados e outras formas de mobilização foram deflagradas a fim de impedir a adesão ao Programa pelas universidades federais” (SILVA, 2014,p.78). O autor ainda cita exemplos de resistência à adesão por parte da comunidade universitária em instituições como Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), assim como a própria UFSC, sendo que as formas de resistência à adesão serão abordadas no próximo item.

Léda e Mancebo (2009) apontam que muitos Conselhos Universitários aprovaram a adesão ao programa sem análises e discussões tão rigorosas quanto necessárias. Diante disso as autoras apontam:

O Decreto nº 6.096, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), exposto para apreciação nas IFES nasce “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (Art. 1º). Trata-se de um ‘convite’ à reestruturação e expansão, com um apelo sedutor, sintetizado no Artigo 6º que determina: “A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas”. No entanto, o Parágrafo 3º do Artigo 3º claramente condiciona o atendimento das propostas à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. Haverá recurso novo ou apenas uma disputa entre as IFES pelos poucos recursos existentes? De todo modo, o que se pode prever é que, daqui por diante, o repasse de recursos estará vinculado à assinatura de um contrato de metas, a serem atingidas dentro de determinados prazos pelas instituições, o que incluirá, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos, criação de arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão, dentre outros mecanismos que levem à expansão do sistema de educação superior (LÉDA; MANCEBO, 2009, p.54).

Para as autoras, quem viria a pagar a conta do REUNI seriam as universidades, os estudantes e os professores. As reflexões construídas ainda nos anos iniciais do REUNI previam que a universidade pagaria a conta de duas formas, a primeira pela perda da indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão, pois apesar dessa relação estar prevista na Constituição Federal (Art. 207) e na LDB (Art. 52), não há a referência à pesquisa nem no Decreto nº. 6.096/2007 que cria o REUNI, nem nas Diretrizes Gerais que normatizam o programa, e a extensão é citada uma única vez nas Diretrizes.

A segunda forma de a universidade pagar a conta do REUNI seria em relação à perda de sua autonomia, já bastante débil. Se as Diretrizes do REUNI apontavam a possibilidade de modelos diversificados de instauração do programa nas IFESs e que, portanto, respeitaria a autonomia universitária, as autoras apontam que a autonomia dificilmente seria poupada, tendo em vista que os gestores e conselhos universitários deveriam, em um curto espaço de tempo, planejar e promover a instauração de um programa de grande magnitude, pois este previa a reestruturação das universidades (LEDA, MANCEBO, 2009).

No documento de Diretrizes Gerais do REUNI, no item que descreve as recomendações dadas às universidades, consta que “as universidades devem exercer sua autonomia institucional para propor cursos novos, flexibilidade curricular, caminhos de formação adaptados a cada realidade local” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p.11-12). Porém, segundo Lima (2012), essa autonomia universitária é ferida de diferentes maneiras com as transformações inseridas por meio do REUNI:

(i) Foi apresentado na forma de Decreto Presidencial; (ii) Operacionalizou um contrato de gestão entre o MEC e as universidades federais, condicionando a alocação de verbas públicas para investimento e custeio ao alcance das metas divulgadas pelo Decreto e pelo documento intitulado *Diretrizes Gerais do REUNI* (BRASIL, 2007b); (iii) Impediu, de fato, qualquer projeto próprio de expansão, na medida em que todos os termos de pactuação entre as universidades federais e o MEC indicava que o processo de acompanhamento da execução das metas seria realizado pela plataforma PingIFES [...]; (iv) Foi aprovado de forma acelerada e antidemocrática, com reuniões de conselhos universitários suspensas ou realizadas em locais alternativos [...]

(LIMA, 2012, p.443-445).

A autonomia universitária, segundo Chaui (1999), foi uma das principais bandeiras de luta da universidade durante a ditadura militar, para que as universidades decidissem sobre os assuntos que lhe envolviam, ou seja:

Sob suas múltiplas manifestações, a ideia de autonomia, como a própria palavra grega indica –

ser autor do *nomos*, ser autor da norma, da regra, da lei –, buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas por seus órgãos representativos, mas visava, ainda, assegurar critérios acadêmicos para a vida acadêmica e independência para definir a relação com a sociedade e com o Estado. Numa palavra, autonomia possuía sentido sócio-político e era vista como uma marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e regulação (CHAUI, 1999, p.05).

Porém, com a transformação da universidade em um órgão administrativo, a autonomia teve seu significado transmutado. Léda e Mancebo (2009) também apontam que o que resta de respeito à autonomia da universidade está relacionado apenas à possibilidade de adesão a uma “nova” autonomia, que apregoa apenas a liberdade de cumprir as metas estabelecidas e competir com as outras universidades pela alocação de recursos. Chai (1999) continua:

A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas. Não só isso. Como tem explicado a ANDES [Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior], o MEC tende a confundir autonomia e autarquia e, por conseguinte, a pensar a universidade pública como um órgão da administração indireta, gerador de receitas e captador de recursos externos (CHAUI, 1999, p.05).

Já em relação à conta paga pelos estudantes, Léda e Mancebo (2009) citam principalmente a instauração dos Bacharelados Interdisciplinares (BIs), os quais serão abordados no próximo item, quando apresentada a instalação dessa modalidade de curso de graduação no Campus de Curitiba. Lima (2009) afirma que a proposta apresentada pelo REUNI de diversificação curricular não é novidade, mas uma nova roupagem de políticas já propostas pelo Banco

Mundial para os países de capitalismo periférico, com base em experiências já implementadas:

Analisando as bases de fundamentação teórica e política do REUNI, encontramos como referência a reformulação da educação superior europeia denominada “processo de Bolonha” que tem seu início em 1999 e prossegue no início do novo século com a finalidade de construir um espaço europeu de educação superior até o ano 2010, através da adoção de sistema de graus comparável; de um sistema baseado, essencialmente, em ciclos e da promoção da mobilidade de estudantes. Um processo que vem sofrendo duras críticas, pela fragmentação da formação profissional que realiza e pelo indicativo de formação de um promissor “mercado educacional” europeu, facilitando a ação das empresas educacionais (Rosa, 2003). Simultaneamente, o Programa REUNI é uma face do Projeto Universidade Nova (UFBA, 2007). Apesar do REUNI e do UniNova apresentarem as mesmas argumentações e a mesma proposta de elaboração de uma “nova arquitetura curricular” para as universidades públicas através da organização de bacharelados interdisciplinares/BI (ciclos básico - comum a várias áreas de conhecimento – e ciclos profissionalizantes), o UniNova na medida em que centralizou sua proposta nesta “nova arquitetura curricular” gerou um conjunto de críticas de reitores e demais administradores das universidades federais que reivindicavam financiamento público para a realização das metas de expansão e reestruturação destas instituições. O Programa REUNI, portanto, é o UniNova com (pouco) financiamento público condicionado ao estabelecimento de metas expressas em um *contrato de gestão*” (LIMA, 2009, p.04).

No que diz respeito ao ônus pago pelos docentes, Léda e Mancebo (2009) citam como principal consequência a instauração do banco de professores equivalentes, previsto nas Portarias Interministeriais nº. 22/MEC-MPOG/2007 e nº. 224/MEC-MPOG/2007:

A Portaria Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30 abril de 2007, instrução normativa com base na qual se deve dar a expansão da oferta de ensino superior prevista no REUNI, dá um retoque final à lógica produtivista e empresarial, que perpassa toda essa reforma, afetando em cheio o segmento docente. [...] Em síntese, o banco de professores-equivalente corresponde ao total de professores de 3º grau efetivos e substitutos em exercício na universidade, no dia 31 de dezembro de 2006, expresso na “unidade professor-equivalente”. Para chegar a essa unidade, a Portaria toma como referência a equivalência salarial entre um professor efetivo e um professor substituto, atribuindo um fator (peso) diferenciado a cada docente segundo sua condição de trabalho. Assim, um docente adjunto, em dedicação exclusiva, por exemplo, vale um pouco mais (1,55) que três professores efetivos em regime de 20 h (0,5) e um pouco menos do que quatro professores substitutos com 20 h (0,4) e tais fatores deverão ser considerados por ocasião da contratação de professores substitutos. [...] mesmo com as modificações introduzidas na Portaria Interministerial nº 224, de 23 de julho de 2007, considerando no cálculo a pós-graduação, o banco de professores equivalentes permanece um mecanismo ágil que força um aumento de produtividade institucional, em detrimento da qualidade, necessariamente, resultando na precarização das condições de trabalho (LÉDA, MANCEBO, 2009, p.58-59).

Além disso, a criação do banco de professores equivalentes ocasionaria a extensão da carga horária para além das oito horas diárias – que traz também como consequências doenças físicas e psicológicas – e o sobretabalho com o aumento da quantidade de estudantes que cada professor seria responsável. Lima (2012) aponta que a certificação em larga escala, uma das prerrogativas do REUNI, conduz a uma intensificação do trabalho docente e da quebra da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Os professores que ingressam na universidade por meio de concurso público com vagas do Banco de Professor Equivalente do REUNI, precisam lecionar em turmas com número

excessivo de estudantes. Observa-se mais um alinhamento das propostas e consequências do REUNI com as transformações ocorridas no modo de produção e os ditames de organismos multilaterais. “O aumento do número de alunos em cada sala de graduação, somado ao aumento do número de cursos de graduação e da relação professor/aluno na graduação está configurando o *professor de ensino terciário*⁶, conforme expressão do Banco Mundial/BM” (LIMA, 2012, p.445).

Bosi (2007) aponta que a precarização do trabalho docente passa tanto pela flexibilização dos direitos e contratos trabalhistas, quanto pela intensificação da rotina de atividades acadêmicas – de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, além do aumento do trabalho docente na quantidade, ocorre também na intensidade. O autor aponta que a precarização do trabalho docente ocorre principalmente por meio do aumento no número de professores no setor privado; da flexibilização dos regimes de trabalho, com redução dos professores com dedicação exclusiva; da utilização de estudantes de pós-graduação como professores substitutos; da contratação de professores horistas.

Em relação à intensificação do trabalho docente, Bosi (2007) aponta como principais causas as gratificações pela quantidade de horas-aula semanais; o aumento na quantidade de estudantes por docente, devido ao represamento dos concursos públicos; os índices de produtivismo que preza pela quantidade e não pela qualidade; a canalização dos recursos disponíveis para a pesquisa em áreas que constroem tecnologias rentáveis ao capital; a privatização dos meios de produção do trabalho docente com as parcerias com empresas privadas

⁶ Segundo Leher e Barreto (2008), a expressão “ensino terciário” apareceu pela primeira vez no documento do Banco Mundial de 2002 “Construindo sociedades do conhecimento: novos desafios para a educação terciária”. Assim, desloca-se a centralidade do Ensino Superior/Universitário para o Ensino Terciário. A concepção de ensino terciário não cria a obrigação de instituições universitárias, mas sim de ensino terciário, portanto, sem a necessidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, proliferam-se os centros universitários, em instituições isoladas e integradas e faculdades tecnológicas, que não possuem pesquisa institucionalizada; ampliam-se as instituições privadas, com fins lucrativos; a expansão da educação à distância; a criação de novas modalidades curriculares – como os Bacharelados Interdisciplinares que serão abordados no capítulo três, sobretudo no item 4.4. “O crescimento exponencial das graduações à distância, o esvaziamento do conceito de universidade e a imensa proliferação de diversas instituições radicalmente distintas do “modelo europeu” são partes desse processo” (LEHER; BARRETO, 2008).

para o desenvolvimento de pesquisas; a proliferação dos cursos de especialização pagos; a venda de serviços por meio das fundações; a mercantilização da extensão universitária; as avaliações institucionais, mensurando e classificando quantitativamente o trabalho docente; e a competitividade entre colegas de profissão. Elementos como esses conduzem a frequentes situações de adoecimento e frustrações dos docentes da Educação Superior pública.

Outro elemento marcante do REUNI foi o processo de interiorização. Segundo informações do governo federal, de 114 municípios que abrigavam *campi* de universidades federais em 2003, esse número aumentou para 237 até o final de 2011, sendo que no mesmo período foram criadas 14 novas universidades e 100 novos *campi* (REUNI, 2010). Na nossa visão, o processo de interiorização se faz positivo no sentido de propiciar a criação de *campi* e de novas universidades em municípios não atendidos por instituições de educação superior públicas e gratuitas. No caso de Santa Catarina, a única Universidade Federal no Estado permaneceu por quase cinquenta anos “ilhada” no extremo leste⁷. Assim, a interiorização promovida pelo REUNI possibilitou a criação dos *campi* da UFSC nos municípios de Curitiba, Araranguá e Joinville⁸, assim como a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com sede em Chapecó.

No entanto, o que se questiona é como se deu o processo de planejamento, implementação e as atuais condições desses novos *campi* e Universidades. A compilação construída por Lisboa (2013) denuncia algumas das condições das unidades universitárias criadas ou ampliadas a partir do REUNI em âmbito nacional, após mais de cinco anos da instauração do Programa. Segundo a autora:

Enquanto o governo passa para a sociedade a falsa ideia de que as demandas do ensino superior estão sendo atendidas, a comunidade universitária sofre as consequências de uma expansão desordenada e com interrupção. Em todo o país, a constatação é a mesma: da forma como foi implantado, o Reuni [...] não cumpriu as metas que o próprio governo

⁷ A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) já possuía centros de ensino em outros municípios além de Florianópolis: Chapecó, Balneário Camboriú, Ibirama, Joinville, Lages, Laguna, Palmitos, Pinhalzinho e São Bento do Sul (UDESC, 2016b). Apesar de ser uma universidade pública, esta não é uma instituição federal.

⁸ O Campus de Blumenau não foi criado dentro da pactuação do REUNI.

determinou e ainda agravou as condições de funcionamento das instituições federais de ensino superior (LISBOA, 2013, p. 09).

Para ilustrar a precarização dessa expansão, Lisboa (2013) cita exemplos como o caso do Polo Universitário Rio das Ostras, um *campi* da UFF, que após o fim da verba do REUNI em 2010 e sem a conclusão das obras de infraestrutura, alocou as salas de aula, salas de professores e almoxarifados em espaços improvisados e inadequados, com a locação de contêineres. Essa “alternativa” resulta em espaços insalubres e inadequados para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, há a falta de laboratórios, Restaurante Universitário (RU), moradia estudantil, iluminação e segurança. “A precariedade da infraestrutura em Rio das Ostras se reflete na qualidade da formação profissional e no adoecimento de professores por não conseguirem realizar suas atividades dentro da qualidade esperada” (LISBOA, 2013, p.10).

Outros exemplos citados pela autora são da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) que em 2013 estava com nove obras paradas, ou porque as empresas contratadas faliram, ou porque não tiveram condições de conclusão do contrato. Dessa forma, moradias estudantis, laboratórios, salas de aula, de professores e administrativas e até mesmo reservatório de água estão inacabados, sendo que as atividades acadêmicas são diretamente prejudicadas, assim como as condições de trabalho – uma mesma sala de professores chega a abrigar 30 docentes. Áreas experimentais, RU e espaço de convivência inexistem, além de precário serviço de biblioteca, transporte e comunicação, com falta até mesmo de telefones e ramais, além de problemático serviço de informática e falta de TAEs. Outro elemento é a falta de espaço adequado para o armazenamento de materiais de consumo e permanentes, os quais têm sua vida útil diminuída ou são inutilizados pela forma precarizada de estoque (LISBOA, 2013).

Na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) várias obras iniciadas a partir do REUNI foram embargadas por falta de licença ambiental, além de problemas estruturais nas obras entregues, com infiltrações, materiais de baixa qualidade, rachaduras etc. Já na Universidade Federal de Sergipe (UFS) há sérios problemas de planejamento na execução de melhorias de infraestrutura, sendo que partes das novas construções foram interditadas. Além da falta de salas para professores, RU e bibliotecas, a Universidade sofre ainda com salas de aulas lotadas e insuficientes – algumas em funcionamento em

contêineres –, falta de materiais de laboratório para as aulas práticas e pesquisas, reduzido número de obras no acervo da biblioteca, falta de segurança e iluminação, terceirização das atividades administrativas, número elevado de estudantes por professor e burocracias que incidem também no adoecimento dos docentes (LISBOA, 2013).

Por meio da apresentação realizada por Lisboa (2013) percebe-se que a implementação do REUNI na educação superior pública brasileira se deu de maneira aligeirada, sem o devido planejamento e sem continuidade de alocação de recursos, refletindo atualmente nas precárias condições para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como administrativas. Essas condições interferem diretamente na vida acadêmica dos estudantes, assim como nas condições de trabalho dos docentes e TAEs. Diante desse cenário nacional, nos próximos capítulos serão apresentados os principais elementos desse processo de expansão na UFSC, sobretudo a partir da criação de um campus interiorizado no município de Curitibanos, primeiramente apresentando-o enquanto um desdobramento do REUNI e as particularidades que compõe a região onde está instalado e, posteriormente, as atuais configurações desse Campus.

3. CAPÍTULO II - O REUNI NA UFSC: O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO

3.1 Proposição e criação do Campus de Curitibanos da UFSC enquanto unidade interiorizada

Segundo Silva (2014), o REUNI foi anunciado na UFSC pela primeira vez no dia 11 de setembro de 2007 durante a Sessão do CUn quando definiu-se um calendário para as discussões de adesão ou não da UFSC ao programa, as quais deveriam também ocorrer nos Colegiados dos Departamentos e Unidades.

Já a aprovação da adesão da UFSC ao REUNI ocorreu no dia 27 de novembro de 2007 na Sessão Ordinária do CUn (UFSC/CUn, 2007a). Apesar da adesão ao REUNI ter sido aprovada pela maioria dos conselheiros, consta também na Ata da Sessão do CUn em questão posições e manifestações contrárias à aprovação da adesão. Após solicitação por parte dos representantes discentes de que a sessão fosse aberta à comunidade e votação contrária do CUn à essa solicitação, os estudantes retiraram-se da reunião alegando:

1º - entendimento de que todas as reuniões do Conselho Universitário, por ser uma instância pública, devem ser abertas à comunidade [...]; 2º - que houve infração do inciso I do artigo 13 do Regimento Interno do atual Conselho Universitário que estabelece a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, agravado pelo fato de que a reunião anterior havia deliberado sobre o ponto de pauta em questão, a saber, o REUNI; 3º - considerando que cabe ao Conselho Universitário seguir o Regimento integralmente (UFSC/CUN, 2007a).

Silva (2014) afirma que a aprovação do REUNI na UFSC não se deu de maneira tranquila, pois ocorreram manifestações contrárias e resistências não só à adesão, mas também à maneira como o processo foi encaminhado no interior da instituição, de “forma arbitrária e impositiva [...], resultando na ocupação estudantil da reitoria no segundo semestre de 2007” (SILVA, 2014, p.79).

As mobilizações realizadas por estudantes, docentes e técnico-administrativos num primeiro

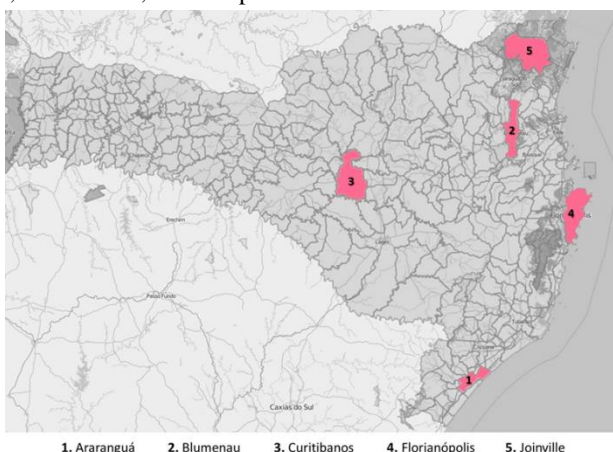
momento tiveram um resultado positivo para a comunidade universitária na UFSC no sentido de garantir a suspensão da sessão do CUn realizada no dia 23 de outubro de 2007 que tinha na pauta a votação para a adesão ao *Programa*. Mas em 27 de novembro de 2007 a adesão da UFSC ao Reuni foi aprovada pelo Conselho Universitário (CUn). Segundo notícia publicada pela Agência de Comunicação da UFSC (Agecom), do lado de fora da sessão continuavam os protestos não apenas por parte dos estudantes, mas também de docentes e técnico-administrativos, representados naquele momento pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e as representações sindicais dos docentes e técnico-administrativos. Eles reivindicavam não somente para que a sessão fosse aberta, mas principalmente que houvesse mais tempo para discutir amplamente a adesão ou não da UFSC ao Programa. De acordo com a nota divulgada pela Agecom, a apresentação do *Reuni* à comunidade universitária da UFSC iniciou em meados de junho de 2007. Segundo consta na notícia, nove dos 11 centros de ensino após promover discussões de forma particularizada, apresentaram seus projetos de adesão ao *Reuni* (UFSC, 2007) (SILVA, 2014,p.79-80).

Mesmo com a resistência existente durante o processo, a aprovação da adesão da UFSC ao REUNI foi concretizada no final do ano de 2007. O projeto foi encaminhado ao MEC ainda no mesmo ano, sendo que no formulário de apresentação de propostas já constava a implementação de três *campi* avançados: em Araranguá, Curitibanos e Joinville (UFSC, 2015a) (Figura 01).

A aprovação da criação desses *campi* pelo CUn ocorreu na Sessão Extraordinária realizada no dia 18 de novembro de 2008. Segundo a Ata da referida Sessão, aprovou-se na mesma data por unanimidade o deferimento dos Pareceres nº 28/CUn/2008, nº. 29/CUn/2008 e nº. 30/CUn/2008 que criavam respectivamente os *campi* de Joinville, Curitibanos e Araranguá (UFSC/CUn, 2008a). A criação do Campus de Curitibanos em específico formalizou-se por meio da Resolução nº. 026/CUn/2008 de 18 de novembro de 2008 a qual descreve:

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou este Conselho, em sessão realizada nesta data, conforme Parecer nº. 031/CUn/2008, constante do processo nº. 23080.053502/2008-51 resolve: aprovar a criação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Curitibanos-SC (UFSC/CUn, 2008b).

Figura 01: Mapa dos municípios que possuem *campi* da UFSC – Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville – Santa Catarina



Fonte: Mapas do estado de Santa Catarina e dos municípios de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville criados pelo IBGE (2016b) com adaptações da autora.

Já o credenciamento para as atividades como *campi* fora de sede ocorreu apenas em 2010, por meio do Parecer CNE/CES 204/2010 aprovado por unanimidade pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação no dia 07 de outubro de 2010 e publicado no Diário Oficial no dia 25 de julho de 2011. O documento aprova o credenciamento de noventa novos *campi* fora de sede das Universidades Federais, os quais “integrarão o conjunto das respectivas Universidades e não gozarão de prerrogativa de autonomia” (BRASIL, 2011). O mesmo documento prevê a criação de três cursos em Araranguá (Tecnologias da Informação Comunicação-Diurno; Tecnologias da Informação Comunicação-Noturno; Engenharias de Energia) totalizando a disponibilidade de 280 vagas anuais; um curso

em Joinville (Engenharia de Mobilidade) com 400 vagas anuais; e um curso em Curitiba (Ciências Rurais) com 360 vagas anuais (BRASIL, 2011)⁹.

A criação de um Campus da UFSC no município de Curitiba contou com a participação da comunidade local que reivindicava a instalação de uma universidade pública na região central do estado catarinense. O primeiro registro localizado data de julho de 2006, quando ocorreu uma reunião coordenada pela Associação Cultural Dom José Gomes, para discutir as possibilidades de envolvimento da comunidade curitibanense:

Conforme explicou o presidente da Associação Breno José Loebens, o principal objetivo é a viabilização de projetos e estudos para o desenvolvimento regional através da educação. “A partir disso temos o projeto de conseguir uma Universidade Federal nessa região. Pública, gratuita, no primeiro momento, em conversa com o Reitor da UFSC seria uma extensão. Este seminário veio com o objetivo de debater essa proposta”. [...] “Estamos debatendo este projeto há mais de quatro anos. A evolução aconteceu agora porque conseguimos reunir um maior número de lideranças. Na quarta-feira 21 tivemos uma reunião com o reitor da Universidade Federal. No início foi difícil, quase desanimamos. O reitor colocou alguns obstáculos, mas conforme fomos explicando a necessidade e exploramos a localização dessa região, conseguimos sair animados e acreditando que é quase certo”, destacou Breno. [...] Curitiba seria a região indicada por possuir o índice de desenvolvimento humano baixo e um nível salarial minimizado (PEREIRA, 2006).

Posteriormente constituiu-se uma Comissão Pró-Campus, que buscou articulação política para a instalação do Campus em Curitiba.

⁹ Atualmente o Campus de Curitiba conta com os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária. Está em processo de extinção o curso de Ciências Rurais e em fase de planejamento a criação do curso de Medicina. A descrição e análise dos cursos de graduação serão realizadas especificamente no item 4.4 do próximo capítulo.

Em fevereiro de 2007 essa comissão encaminhou documento à reitoria da UFSC demonstrando compromisso em buscar recursos e soluções necessárias para viabilizar a instalação do Campus, com assinatura de 33 organizações empresariais e da sociedade civil. No documento em questão as razões apontadas para a instalação são relacionadas à localização estratégica do município, que facilitaria o acesso de estudantes de diversos municípios; o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Curitibanos e dos municípios próximos; a não existência de projetos de desenvolvimento sustentável na região; a necessidade de especialistas e mão-de-obra qualificada; o êxodo para as grandes cidades; o baixo poder aquisitivo da população dificultando o pagamento de mensalidades em instituições de ensino superior comunitárias e particulares; e a necessidade de pesquisas regionais que acarretassem resultados para a população (COMISSÃO PRÓ-INSTALAÇÃO UNIDADE UFSC, 2007).

A definição pelo município de Curitibanos para a instalação de um Campus da UFSC ocorreu após Audiência Pública em maio de 2007, conforme notícia publicada pela AGECON, na qual se oficializou a decisão de que um novo Campus da UFSC seria construído no local, na época, com recursos do PDE:

Uma audiência pública realizada esta semana em Curitibanos, no meio-oeste catarinense, deu prosseguimento ao processo de implantação de um campus da Universidade Federal de Santa Catarina naquela região. Cerca de 800 pessoas, entre autoridades municipais, empresários, agentes comunitários e de clubes de serviço, parlamentares e representantes de partidos políticos, estiveram presentes. “Foi uma participação absolutamente admirável”, disse o reitor da UFSC, Lúcio Botelho, que coordenou o encontro. [...] Em seguida, um grupo técnico se deslocará até Curitibanos para escolher o local onde o novo campus será instalado. E a fase posterior será a definição dos cursos a serem implantados na cidade. “Para isso, vamos discutir os arranjos produtivos locais e as vocações da região”, adianta o reitor da UFSC (UFSC/AGECON, 2007).

Ainda no mesmo ano, a criação dos novos *campi* foi então incluída na proposta da UFSC de adesão ao REUNI. Há também registros de que em junho de 2007 a União dos Vereadores da Região Serrana (UVERES) reivindicava que a construção do Campus da UFSC ocorresse no município de Lages. Segundo notícia, “a diretoria da UVERES está preparando uma audiência pública para debater e reivindicar a instalação da extensão da Universidade Federal em Lages e não em Curitibaanos como foi anunciado” (SILVA, 2007).

Em notícias veiculadas pela própria UFSC na época de construção e início das atividades do Campus de Curitibaanos, ressalta-se a direta relação entre os cursos do Campus e sua realidade regional, sempre afirmando que há uma “vocação” regional para as atividades agrícolas, pecuárias e de extração de recursos florestais:

De acordo com o diretor geral do campus, a escolha do curso e das futuras habilitações levou em conta a vocação do Meio-oeste do Estado para a agricultura, a agropecuária e a exploração dos recursos florestais. “Estas são as atividades econ  micas predominantes na região”, explica Darci Paul Trebien, que era lotado no Departamento de Engenharia Rural do Centro de Ciências Agrárias, em Florianópolis. Ainda assim, outros cursos poderão ser criados, dependendo da demanda e do ritmo de consolidação do campus (UFSC/CBS, 2009d).

Uma das alternativas oferecidas pela Universidade Federal de Santa Catarina no próximo vestibular é o curso de Ciências Rurais, cujas primeiras turmas – com alunos aprovados no Vestibular Suplementar 2009 – entraram em agosto passado no campus de Curitibaanos. A opção por esta área deveu-se    vocação do meio-oeste do Estado e das regi    es do entorno para a agricultura, a agropecuária e a exploração dos recursos florestais. De acordo com o diretor administrativo do campus, Olavio Gevehr, para 2010 e os anos seguintes a projeção é implantar os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Rurais (UFSC/CBS, 2009b).

A opção pelas ciências rurais levou em conta a vocação do Meio-oeste do Estado e das regiões do entorno para a agricultura, a agropecuária e a exploração dos recursos florestais (UFSC/CBS, 2010b).

Essa perspectiva se vê presente também nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) existentes no Campus, sendo que no do curso de Ciências Rurais, o primeiro a ser instaurado, consta que a região onde se localiza a unidade de ensino:

enfrenta diversos problemas sócio, econômico e ambiental, frutos do seu modelo de desenvolvimento, que implica numa estrutura fundiária concentrada, numa desigualdade econômica, com altos níveis de pobreza, cujos Índices de Desenvolvimento Humano estão entre os mais baixos do estado de Santa Catarina. Na área sócio ambiental, observa-se os problemas advindos das monoculturas, do florestamento com espécies exóticas, do uso de agroquímicos, emissão de poluentes industriais, do barramento de mananciais hídricos, entre outros (UFSC/CBS, 2011b, p.04).

Nos PPCs dos demais cursos a questão regional também aparece como elemento fundamental, citando o baixo IDH e a importância que o curso a ser implementado traria para alterar essa realidade:

Integrado a esse contexto, a proposta de criação do curso de Agronomia em Curitiba contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento de uma região com o menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do estado de Santa Catarina. Levando-se em consideração esse baixo IDH, a implantação deste curso atenderá à demanda educacional, humana e social, objetivo básico do projeto Reuni do governo federal. O Campus Universitário de Curitiba foi instalado na mesorregião da Serra Catarinense, no Município de Curitiba, visando auxiliar no desenvolvimento da região e atendendo as vocações regionais (UFSC/CBS, 2011a, p.07).

A proposta de criação do curso de Graduação em Engenharia Florestal em Curitiba, contribuirá de sobremaneira para o desenvolvimento de uma região com um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado de Santa Catarina. Levando-se em consideração esse baixo IDH, a implantação deste curso atenderá à demanda educacional, humana e social, objetivo básico do projeto REUNI do governo federal. O Campus Universitário de Curitiba foi instalado na mesorregião da Serra Catarinense, no Município de Curitiba, visando auxiliar no desenvolvimento da região e atendendo as vocações regionais (UFSC/CBS, 2013k, p.04)¹⁰.

O curso de Medicina Veterinária em Curitiba contribuirá de sobremaneira para o desenvolvimento de uma região com o menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do estado de Santa Catarina. Levando-se em consideração esse baixo IDH, a oferta deste curso de graduação em Curitiba-SC atenderá à demanda educacional, humana e social, objetivo básico do projeto REUNI do Governo Federal. Adicionalmente, a criação do curso de Medicina Veterinária pode motivar a criação de cursos nas áreas de ciências da saúde e biológicas no Campus Curitiba (UFSC/CBS, 2014e, p.06).

Percebe-se a atenção dada ao IDH em todos os PPCs. Com base nos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) observa-se que o município de Curitiba está abaixo da média catarinense, pois enquanto o primeiro possui um IDH de 0,721, o estado de Santa Catarina possui um índice de 0,774, ocupando a terceira colocação no comparativo com as demais unidades da federação. A diferença fica ainda maior se considerados todos os municípios que compõem a Microrregião de Curitiba, pois este possui um IDH de 0,688¹¹. Outro elemento marcante seriam as diferenciações existentes

¹⁰ Ressalta-se que estas duas citações, apesar de possuírem textos idênticos, referem-se à diferentes referências.

¹¹ Considerado o valor da soma dos IDHs dos municípios que compõem a Microrregião de Curitiba dividido pelo número de municípios da mesma região (Abdon Batista 0,694; Brunópolis 0,661; Campos Novos 0,742;

entre o município de Curitiba e os municípios que abrigam os demais *campi* da UFSC. Enquanto o município de Florianópolis ocupa a 3ª posição no ranking de IDH de todos os municípios brasileiros, com um índice de 0,847; Joinville a 21ª posição com um índice de 0,809; Blumenau a 25ª posição com um índice de 0,806; o município de Araranguá já apresenta uma diferença, com um índice de 0,760, ocupando a 366ª posição; e o município de Curitiba, como já apresentado, com um índice de 0,721, ocupando a 1266ª posição entre os municípios brasileiros (PNUD, 2016).

Essa clara diferenciação entre os IDHs dos municípios demonstra que a intencionalidade de criação de um Campus de uma Universidade Federal como propulsora do desenvolvimento não foi parâmetro para todos os *campi* da UFSC, pois, municípios como Joinville e Blumenau já ocupam uma posição alta no ranking nacional. Porém, se a criação do Campus de Curitiba da UFSC foi pautada nessa motivação, conforme os PPCs que afirmam que a instalação de um campus em Curitiba visava “auxiliar no desenvolvimento da região [...] atendendo as vocações regionais” (UFSC/CBS, 2011a; 2013k), questiona-se quais foram os parâmetros para a definição dessas “vocações” e quais os motivos para a criação de cursos já existentes também em uma universidade pública a cerca de apenas 80 km de Curitiba¹².

A própria escolha do terreno onde está localizada hoje a sede do Campus apresenta esses elementos. A instalação física do Campus se deu na localidade de Imbuia Direta, conforme pesquisa documental em registros do cartório de imóveis do município realizada por Tortato (2014). Este terreno passou por uma série de transações até sua destinação à UFSC. De acordo com Tortato (2014) em 1970 o terreno de 2.473.636m² foi incorporado ao patrimônio da Agro Industrial Felisbino Ortiz Ltda. (AGROINFOL), a qual já possuía outras duas glebas de 1.266.200m² e 2.791.675m². Em 1989 1.093.000m² foram gravadas como área de Utilização e vinculadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). No ano de 1991 a

Curitiba 0,721; Frei Rogério 2386º 0,682; Monte Carlo 0,643; Ponte Alta 0,673; Ponte Alta do Norte 0,689; Santa Cecília 0,698; São Cristóvão do Sul 0,665; Vargem 0,629; Zortea 0,761). (PNUD, 2016).

¹² O Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina (CAV/UDESC) oferece os cursos de Medicina Veterinária, Agronomia e Engenharia Florestal desde respectivamente os anos de 1973, 1979 e 2004 (UDESC, 2016a).

Prefeitura Municipal de Curitibanos comprou 362.999m² e os demais 2.110.363m² foram pagas ao Banco do Brasil como dívidas da AGROINFOL em 1998. Em 1999 o terreno foi vendido a pessoas físicas, as quais venderam à Agropastoril Gaboardi Ltda. em 2004 uma área de 1.064.849,87m² e em 2006 o restante de 1.045.741,91m². Em 30 de outubro de 2007 registrou-se a doação de uma área de 242.000m² à UFSC (TORTATO, 2014).

Segundo Tortato (2014), a escolha do local onde hoje está instalada a sede do Campus de Curitibanos, há cerca de 5,5 km do centro do município, ocorreu com a intenção de crescimento urbano, porém, esta localidade era carente de infraestrutura básica. O autor afirma que a instalação do Campus da UFSC nesse espaço se deu como estratégia urbanística:

No transcorrer da história sua colonização o município manteve os traços luso-brasileiros dos colonizadores originais (tropeiros e caboclos), num segundo momento por volta do ano de 1844 chegaram os primeiros imigrantes alemães e a imigração italiana data do início do século. Esta migração em distintas temporalidades ocasionou um fenômeno típico do urbanismo brasileiro que será explicado com base em Ferrari (2013): primeiramente os tropeiros no modelo urbanístico lusitano desenvolveram a cidade de modo centrípeto, no qual a praça da matriz com os prédios públicos circundando-a são o arquétipo deste modelo que com suas limitações logísticas reduz a expansão da cidade. Em um segundo momento chegam os imigrantes alemães e italianos (mais intensamente a partir da década de 1940) e desenvolvem um modelo urbanístico axial, onde duas grandes avenidas (Salomão C. de Almeida e Vidal Ramos) constituem a ‘avenida do comércio’ e a cidade acaba expandindo-se linearmente e em torno do eixo comercial (Norte-sul). Acredita-se que a implantação da nova rodoviária no extremo oeste da cidade e do Campus a três quilômetros ao leste do perímetro urbano (em território até então não urbanizado) façam parte de estratégias urbanísticas para a despolarização da cidade em torno do eixo norte-sul (TORTATO, 2014, p. 119-120).

Por meio de notícia veiculada pela própria UFSC durante o processo de construção do Campus de Curitibanos é possível visualizar a ideiação de que a construção dessa unidade da UFSC traria, ao longo dos anos, mudanças na constituição urbana do município:

Estamos convictos que, em menos de meio século, os locais onde hoje estão sendo implantados estes novos *campi* passem por transformações semelhantes pelas quais passou a antiga fazenda modelo Assis Brasil, situada na Trindade em Florianópolis, que se tornou a sede de uma das melhores Universidades do país (UFSC/CBS, 2009e).

Percebe-se que há uma clara intenção dos propositores e reivindicadores da instalação do Campus no município de Curitibanos, e também especificamente na localidade onde sua sede foi construída, de que o Campus traria desenvolvimento econômico, urbano e demográfico para o município e região. Podemos considerar que a existência do Campus ainda se faz recente, dificultando uma análise da influência da Universidade no município, pois até mesmo o último Censo Demográfico data de 2010, sendo que na época a unidade universitária completava seu primeiro ano.

Observa-se a partir desses documentos e notícias que há uma valorização do papel da universidade no desenvolvimento regional. A construção ideológica desses discursos aponta para um tipo específico de universidade, portanto, um modelo de *universidade funcional e operacional* descrito por Chaui (1999) já citado nessa dissertação. A defesa da universidade se pauta na formação de força de trabalho qualificada para o mercado de trabalho e não formação científica, filosófica e artística para o mundo do trabalho; no ensino aligeirado para essa formação e não a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão; no atrelamento aos princípios do mercado e do capital, e não na autonomia universitária.

Florestan Fernandes (2004) ao refletir sobre o papel da universidade no desenvolvimento nacional no capitalismo dependente apontou que “na verdade, não existe uma universidade que possa realizar idealmente essa condição. Toda universidade produz consequências dinâmicas de certa espécie de rendimento, relacionando-se, assim, como o padrão e o ritmo do desenvolvimento da sociedade

global” (FERNANDES, 2004, p.304). Dessa forma, pensando na realidade local de Curitiba, não há como esperar que a universidade por si só propicie o desenvolvimento municipal e regional, desconsiderando sua inserção na dinâmica da sociedade brasileira, latino-americana e mundial.

Levando-se em consideração os argumentos da comunidade Curitibanense para a construção do Campus da UFSC no município, o CUMULO¹³, durante a mobilização ocorrida em meados de 2015, criou um material de divulgação alertando a comunidade curitibanense sobre a injeção de cerca de R\$ 5,3 milhões pela UFSC durante o ano de 2014. Requisitou-se apoio do município para as demandas da comunidade universitária e ações relacionadas à conservação das vias de acesso ao Campus e às áreas experimentais, iluminação pública e principalmente implementação do meio-passe para os estudantes, pois atualmente no município os estudantes realizam o pagamento integral da passagem do transporte público, sendo que grande parte dos discentes residem no centro do município e deslocam-se diariamente à sede do Campus.

Além disso, há relatos de servidores e discentes que já estavam no Campus no início das atividades, de que as condições de acesso à unidade eram extremamente precárias, pois na ocasião não havia ocorrido ainda pavimentação da via de acesso do centro de Curitiba até o Campus, o que nem sempre permitia que o transporte público realizasse o acesso sem auxílio de veículo tracionado, sendo que os próprios estudantes acionaram o Ministério Público devido à periculosidade na realização do percurso.

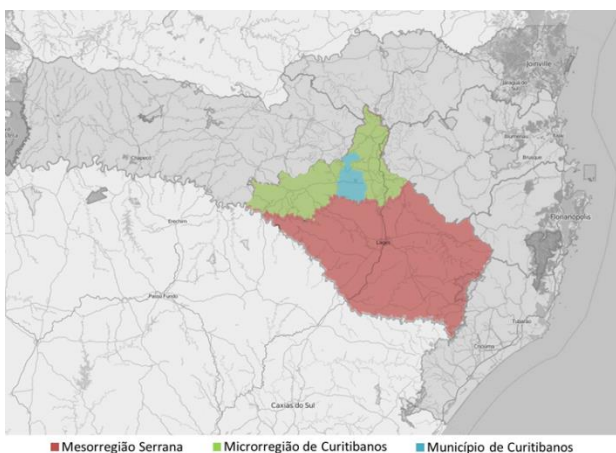
Realmente a microrregião de Curitiba possui suas particularidades econômicas, políticas, sociais, culturais. Historicamente sua economia teve como principal base a agricultura, a pecuária e o extrativismo da madeira, que resultaram em um processo de alta concentração de terra, exploração de recursos naturais e da força de trabalho, porém, o que se percebe é a clara intenção de construção de uma universidade pública alinhada aos interesses empresariais e latifundiários locais e regionais. Assim, no próximo item buscar-se-á a apresentação das principais características dessa região onde se instalou esse campus interiorizado.

¹³ Relembrando, o CUMULO, Comando Unificado de Mobilização Universitária Local, constituiu-se a partir das mobilizações de docentes, discentes e TAEs do Campus de Curitiba no final do semestre 2015.1 e início do semestre 2015.2.

3.2 Características regionais da localização histórica e geográfica do Campus de Curitibanos da UFSC

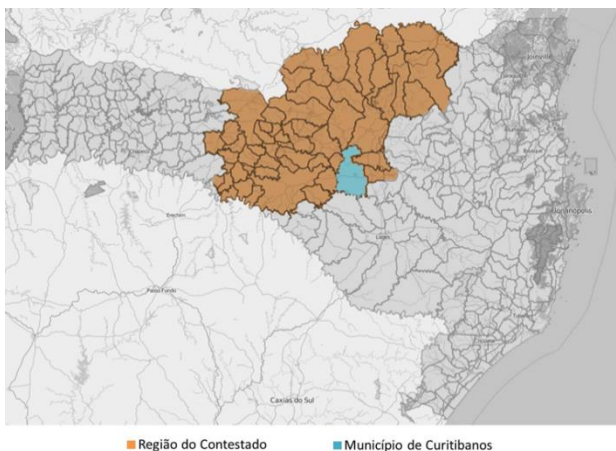
Conforme as divisões político administrativas de Santa Catarina, o município que abriga o Campus de Curitibanos faz parte da Mesorregião Serrana e da Microrregião de Curitibanos. Ao mesmo tempo, o município faz parte de uma região marcada por acontecimentos históricos ímpares no estado catarinense, relacionados à Guerra do Contestado. A chamada Região do Contestado não faz parte das divisões político-administrativas do Governo do Estado de Santa Catarina, porém é marcada por aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais que a caracterizam. É usual o termo Região do Contestado para fazer referência ao espaço geográfico onde ocorreu a Guerra que leva o mesmo nome e que hoje se divide entre as unidades federativas do Paraná e Santa Catarina (Figura 02; Figura 03).

Figura 02: Mapa da mesorregião Serrana, da microrregião e do município de Curitibanos - Santa Catarina.



Fonte: Mapas do estado de Santa Catarina, da mesorregião Serrana, da microrregião de Curitibanos e do município de Curitibanos criados pelo IBGE (2016b) com adaptações da autora.

Figura 03: Mapa aproximado da região onde ocorreu a Guerra do Contestado, destacando-se o município de Curitiba – Santa Catarina.



Fonte: Mapas dos municípios de Santa Catarina e do município de Curitiba criados pelo IBGE (2016b) com adaptações da autora baseada nos mapas apresentados por Fraga (2010) e Fraga e Ludka (2012).

A Guerra do Contestado ocorreu entre os anos de 1912 e 1916 e foi assim nomeada pela disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, a qual foi definida judicialmente em 1916, com o ganho de causa para Santa Catarina, firmando assim um Acordo de Limites (CARVALHO, 2008; GOULARTI FILHO, 2007)¹⁴. Porém, o que caracteriza a Guerra não é a disputa territorial entre os estados, e sim a brutalidade empreendida pelo Estado brasileiro por meio do Exército Nacional, juntamente com as forças políticas e econômicas locais e regionais, além dos empreendimentos capitalistas que adentravam a região contra a população cabocla que ali vivia.

Até o início do século XX a região caracterizava-se, principalmente, pela atividade pecuária, centralizada na atividade de grandes fazendas de posse dos coronéis. Sendo a região o caminho das

¹⁴ O território em questão já havia sido parte também do conflito diplomático entre Brasil e Argentina, conhecido como Questão de Palmas, encerrado em 1895 com o arbítrio dos Estados Unidos (THOMÉ, 1992), resultando na demarcação da fronteira entre os dois países. Internamente, a província do Paraná foi desmembrada da de São Paulo em 1853, iniciando também o conflito em relação à fixação de seus limites territoriais ao sul, com a província de Santa Catarina.

tropas acabaram sendo construídos criatórios de bovinos pelo caminho¹⁵. A própria constituição do município de Curitiba¹⁶ se dá em torno da atividade pecuária, como afirma Beltrame (1991):

o município teve sua origem e vida produtiva ligada ao trabalho com a atividade pecuária, sendo caminho dos tropeiros, logo foi criada uma casa de comércio e demais serviços de que necessitavam os viajantes, criando-se um aglomerado de ranchos que passariam mais tarde a constituir-se na vila de Curitiba. Das vilas sob a administração catarinense, a mais importante depois de Lages, era Curitiba, que ficava no centro de uma zona de fazendas de gado, sua principal atividade econômica (BELTRAME, 1991, p.14).

Goularti Filho (2007) afirma também que a estrutura fundiária da região serrana no final do século XIX e início do século XX era de grandes propriedades, sendo que nos serviços domésticos o grande fazendeiro fazia uso da força de trabalho escrava e nas atividades pastoris do trabalho do caboclo (caboclo-peão). Ainda junto às fazendas de criação havia pequenas roças, onde caboclos plantavam para a própria subsistência (caboclo-roceiro)¹⁷ (GOULARTI FILHO, 2007).

¹⁵ O tropeirismo constituía-se no transporte de gado *vacum* do sul do país para o sudeste, dependendo da demanda deste último e da disponibilidade do primeiro, sendo assim, uma atividade cíclica. Porém, com o aumento da demanda e com a diminuição do gado disponível, houve a necessidade de criatórios e assim surgem os *estancieiros* na região serrana catarinense e no sul paranaense, que expulsam os habitantes nativos – indígenas – e tornam-se fazendeiros, constituindo a figura do coronel na região (TONON, 2002).

¹⁶ Segundo informações da Prefeitura Municipal de Curitiba o povoado onde hoje se localiza a sede do município é criado por volta de 1800, sendo que em 1851 foi criado o Distrito dos Curitiba e Campos Novos Reunidos; em 1864 a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e; em 1869 o Município de Curitiba (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, 2016).

¹⁷ Martendal (1980) identifica duas categorias de caboclos: o caboclo-roceiro e o caboclo-peão. O *caboclo-roceiro* cultivava sua terra para sobrevivência, criava alguns animais e complementava a alimentação com caça, pesca e coleta de frutos silvestres, sendo que comercializava o excedente de sua produção para comprar o que não produzia. Já o *caboclo-peão* não possuía terra e sua produção era destinada ao “patrão”, ao fazendeiro; recebia o necessário para a

Além da importância da pecuária e da agricultura na constituição histórico-econômica da região, duas atividades econômicas ganham força, a partir do início do século XX, segundo Goularti Filho (2007, p.98): “nas proximidades do Rio Uruguai, a extração da madeira; e, na divisa com Paraná, o cultivo da erva-mate”. O autor aponta que a atividade pecuária não se esgotou por completo nem perdeu toda sua importância, mas que outras atividades econômicas se destacaram em determinados momentos. Para ele há uma relação entre a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) e a diminuição da atividade pecuária, pois com a divisão das terras pelas empresas colonizadoras, ocorre tanto a expulsão dos caboclos-roceiros de suas terras quanto a diluição das grandes fazendas; e como essa aparente “divisão” de terra aumentou ainda mais a divisão social do trabalho e levou a conflitos e lutas pela terra.

a decomposição do complexo rural, que era formado pela grande fazenda de criação e pela pequena economia de subsistência, iniciou com a colonização e a construção da ferrovia, quando a região começa a ser partilhada em pequenas propriedades pelas companhias colonizadoras, e vendidas aos colonos gaúchos. O regime de pequena propriedade, em oposição às grandes fazendas, fez aumentar a divisão social do trabalho e o poder foi mais pulverizado. Mesmo com a pulverização relativa do poder, os conflitos sociais adentraram por todo o século XX, que eclode no Contestado e se arrasta até os movimentos dos sem-terra nos anos recentes (GOULARTI FILHO, 2007, p.99).

Assim, essa região passou por intensas transformações no início do século XX, com a introdução do capitalismo na região, por meio da construção da estrada de ferro que ligaria os estados de São Paulo ao Rio Grande do Sul – a EFSPRG –¹⁸; das companhias colonizadoras que

sua sobrevivência em troca de seu trabalho, portanto, era um empregado, porém não era assalariado.

¹⁸ Com o propósito de colonizar a região, assim como garantir as fronteiras do território nacional, a recém proclamada República permite e incentiva a construção da EFSPRG, por meio de acordos com empresas internacionais. A construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul e que cortaria o estado catarinense no sentido norte-sul acabou sendo concluída pela

promoveram a entrada de imigrantes europeus para povoamento da região; e da implementação de grandes serrarias e madeireiras que desmataram imenso volume da mata nativa. Essas transformações, encabeçadas pelas alianças entre o coronelismo local, oligarquias estaduais e capital estrangeiro, causaram grande impacto à vida da população cabocla que ali vivia, pois tiveram seu modo de vida alterado, sua fonte de subsistência destruída e, sobretudo, sua terra expropriada¹⁹ (MACHADO, 2008; CARVALHO, 2008, TONON, 2012; THOMÉ, 1992).

Em um processo de expropriação da população cabocla de suas terras e destruição e distanciamento de suas fontes de subsistência – pequena roça cabocla, extrativismo ou empregos nas grandes fazendas – esses se viram sem alternativas a não ser a organização em redutos e a luta pela própria subsistência e contra a exploração. Assim, a rebeldia do caboclo surge a partir das injustiças praticadas pelas alianças estabelecidas entre as frentes citadas, que operaram no sentido de aprofundar os conflitos entre a população imigrante e a população cabocla, de distanciar estes últimos de sua relação com a natureza, de expropriar os caboclos de suas terras, e de explorar a força de trabalho desta população nas serrarias.

companhia *Brazil Railway Company* alguns anos antes do início da Guerra do Contestado (GOULARTI FILHO, 2007).

¹⁹ Carvalho (2008) aponta que o contrato com a *Brazil Railway Company*, construtora da EFSPRG, garantia a concessão de terras para a empresa num raio de quinze quilômetros em cada uma das margens da ferrovia. Entre os anos de 1908 e 1911 a companhia iniciou a demarcação de terras que havia garantido por meio contratual e assim expulsou a população cabocla que era posseira destas terras. Somado a isso, a incorporação de grandes serrarias na região fez com que estas comprassem grandes porções de terra dos fazendeiros para a derrubada da mata, acentuando a expulsão do caboclo de suas terras. Em relação às serrarias o autor aponta: “A *Brazil Railway* criou uma subsidiária com o objetivo de explorar as terras marginais à ferrovia, retirando e beneficiando a madeira disponível e promovendo nelas a colonização. Chamava-se *Southern Brazil Lumber and Colonization* [...]. A *Lumber*, como ficou conhecida, instalou duas grandes serrarias na região, uma em Calmon e outra em Três Barras. Esta última era, na época, a maior serraria da América Latina, altamente mecanizada, com ramais ferroviários próprios e cerca de oitocentos trabalhadores, sendo quatrocentos permanentes, na sua maioria imigrantes europeus. [...] Mas novamente, o que salta aos olhos é o processo de expulsão dos posseiros da região. A *Lumber*, além de contar com as terras marginais à ferrovia, comprou cerca de 180 mil hectares de terra próximo a Três Barras e mais 52 mil em Calmon” (CARVALHO, 2008, p.53-54).

A extração e beneficiamento da madeira ganham destaque a partir da década de 1950, sobretudo por meio da extração da araucária. Segundo Goularti Filho (2007), no início do século XX a floresta brasileira de araucárias era de cerca de 200.000 km², sendo que, no ano de 1955 a área de floresta araucária em Santa Catarina era de 13.500 km². Pontua-se, mais uma vez, a importância da atividade madeireira antes e durante a Guerra do Contestado, pois a concessão de 15 km de terra de cada um dos lados da ferrovia para a empresa construtora tinha como principal objetivo a extração da araucária e de outras espécies de madeira, como imbuia e canela. Goularti Filho (2007), a partir das referências de Thomé, discorre sobre a relação entre a indústria madeireira na região e a construção da estrada de ferro:

A indústria madeireira, por um lado, teve início com a instalação da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, pertencente ao empresário norte-americano Percival Farquhar, instalada próxima à estação ferroviária de Calmon, para fornecer dormentes à EFSPRG e tábuas para a construção de estações e casas. A maior unidade da serraria concentrava-se em Três Barras, na época a maior da América Latina [...]. Por outro lado, as primeiras pequenas serrarias foram de propriedades dos colonos imigrantes, que inicialmente se instalaram como comerciantes e que se transformaram em industriais. Esses comerciantes compravam a madeira de outros colonos e revendiam serrada (GOULARTI FILHO, 2007, p.91).

Mais especificamente sobre Curitiba, com o fortalecimento do ciclo da madeira, o município vivencia um momento de “prosperidade” econômica. Segundo Beltrame (1991), o número de serrarias na época chegava a mais de 130 – sendo que na década de 1990 esse número havia sido reduzido para cerca de duas dezenas. A autora também afirma que com a abundância de matéria-prima, sobretudo de araucárias, ocorreu a migração de diversos madeireiros do Paraná e do Rio Grande do Sul para Curitiba. Goularti Filho (2007) discorre que:

Durante a década de 1960, a região de Lages foi a maior produtora de madeira de Santa Catarina e uma das maiores do país, um verdadeiro eldorado. A extração da araucária foi um “milagre” que

tirou a região serrana do abismo, em que estava mergulhada desde o fim do tropeirismo (GOULARTI FILHO, 2007, p.237).

Segundo Munarim (1990), dessas transformações é decorrente o processo de proletarização do trabalhador rural na região. O autor afirma que esse processo se diferencia do Brasil em geral, pois enquanto na maior parte do país, principalmente nas regiões produtoras de cana-de-açúcar, o processo de modernização da agricultura acabou por expulsar os trabalhadores que residiam em pequenas áreas para que os grandes proprietários expandissem sua produção, com a aquisição de maquinário e ampliação da posse de terras; na região serrana de Santa Catarina, a modernização não atingiu as fazendas no mesmo período, portanto, não ocorreu uma expulsão dos caboclos-peões por consequência de uma modernização que não requeria mais força de trabalho, nem dos caboclos-roceiros para a expansão da propriedade. Para o autor, a principal força que gerou a expulsão dos caboclos das suas roças e das fazendas, foi o processo de proletarização instaurado pelas serrarias:

a) o peão de fazenda (caboclo-peão): de uma relação de trabalho patrimonialista, passa a viver agora, na serraria, uma relação binária, vertical, moderna, capitalista; b) o pequeno agricultor (caboclo-roceiro): que antes era autônomo, que dominava todo o processo de produção, que era dono (proprietário ou posseiro) dos meios de produção – a terra – se transforma, agora, em trabalhador livre assalariado (MUNARIM, 1990, p.97).

Porém, com a derrubada indiscriminada de araucárias e consequente esgotamento dessa fonte extrativa, em meados da década de 1970 chega ao fim o ciclo da madeira, sobretudo na região serrana de Santa Catarina. Beltrame (1991), com base nos estudos do Centro de Apoio à Pequena Empresa de Santa Catarina, aponta que o fim do ciclo da madeira se dá pelo “esgotamento das reservas florestais, a elevada quantidade de propriedades rurais mal aproveitadas e a impossibilidade de aproveitamento imediato dos grandes empreendimentos voltados para o reflorestamento” (BELTRAME, 1991, p.37). Nessa perspectiva, Eduardo (1974) aponta que embora nesse período ocorresse a defasagem da indústria madeireira, outros ramos passaram por expansão, como no

beneficiamento da madeira (mobiliários) e nos derivados (papel, papelão e celulose).

Além da madeira que possui destaque histórico e atual na economia regional, a atividade agropecuária, apontada anteriormente como elemento fundamental na constituição regional, continua sendo uma atividade de expressividade. Segundo Munarim (1990), foi na década de 1960 que ocorreu a ampliação da agroindústria e produção de hortifrutigranjeiros no estado de Santa Catarina e região do Contestado, processo esse que coincide com o período tido como o “milagre econômico” brasileiro. Beltrame (1991) discorre sobre esse processo também na região serrana, afirmando que:

Do ponto de vista da economia, vivia a Região Serrana, os reflexos do “milagre econômico”, com a expansão da agroindústria e dos derivados da madeira, foi quando expandiu a agroindústria e algumas importantes agroalimentares. Ainda nesse período de expansão econômica, iniciou-se em algumas áreas da região, a cultura de hortifrutigranjeiros como, por exemplo, o alho em Curitibaanos [...] (BELTRAME, 1991, p.35).

Segundo a autora a partir da década de 1970 ocorre também o desenvolvimento da produção de maçã em Curitibaanos e, por volta de 1975, com a chegada de famílias nipônicas ao município, inicia-se também o cultivo de nectarina, a qual não tem muito sucesso por ser uma fruta com pouca resistência, ocorrendo então investimento na produção de alho (BELTRAME, 1991). A autora lista as principais culturas produzidas no município de Curitibaanos, sendo de produtos pecuários: bovinos, suínos, ovinos, equinos, caprinos, aves, ovos, mel e leite; e produtos agrícolas: alho, milho, feijão, soja, tomate, cebola, batata-inglesa, maçã e uva.

Segundo Goularti Filho (2007), o estado de Santa Catarina é o segundo maior produtor nacional de alho, sendo que a região de Curitibaanos é responsável por 15% da produção dessa cultura no país. Ao passo que o ciclo da madeira foi decaindo pela escassez de matéria prima, os trabalhadores das serrarias – antes os caboclos-peões e os caboclos-roceiros – tornaram-se os boias-frias na produção de alho:

passaram a ser assalariados rurais que trabalham principalmente na época da safra, da limpa e colheita do alho. É um trabalhador que recebe seu

salário com base na realização da tarefa, é contratado verbalmente – sem levar em conta a legislação do trabalho e os direitos dos trabalhadores – por tempo determinado, tempo esse que pode durar dias, semanas ou meses. Portanto, são instáveis os seus vínculos empregatícios, com os compradores de sua força de trabalho, estando sujeito a ser arbitrariamente substituído por outro, a gosto do patrão (BELTRAME, 1991, p. 43).

A produção de alho não possui o mesmo nível de mecanização de outras culturas, como, por exemplo, a soja²⁰, o que requer o emprego de maior quantidade de força de trabalho. Segundo Roessing e Lazzarotto (2004) na região sul do Brasil, onde há predomínio da agricultura familiar, um trabalhador cuida de até 15 hectares de soja²¹. Já o alho, segundo Lucini (2008, p.14) “é uma cultura geradora de empregos de alta densidade econômica. Para cada hectare plantado criam-se quatro empregos”, pois na produção de alho tanto a debulha da semente, quanto o plantio e a colheita são realizados manualmente (COOPERALHO, 2016).

O plantio do alho, uma cultura de inverno, ocorre principalmente nos meses de março e abril. Segundo Beltrame (1991), alguns trabalhadores possuem trabalho por quase todo o ano, porém a maioria só é empregada durante o plantio e a colheita e recebe por empreitada.

nestas condições que o boia-fria do alho é levado a exaurir diariamente as suas forças [...] a fim de garantir o trabalho necessário à reprodução da sua família. Nessas condições ele ainda amplia o tempo de trabalho, produzindo um excedente que aumenta ainda mais o ganho do dono da terra. O sistema de pagamento por tarefa empreitada ou outra forma semelhante, leva o boia-fria a trabalhar intensamente e por longas horas, para que possa realizar o máximo de ganho durante o

²⁰ Segundo informações do Ministério da Agricultura (2016), a produção de soja é a que mais cresceu nas últimas três décadas, correspondendo a quase metade da área plantada em grãos no Brasil. Esse aumento da produção, segundo a fonte, tem como um dos elementos o avanço tecnológico.

²¹ Na região centro-oeste do Brasil, um trabalhador pode chegar a cuidar de uma área superior a 200 hectares de soja (ROESSING; LAZZAROTTO, 2004).

tempo limitado em que se encontra empregado (BELTRAME, 1991, p.44-45).

Importante apontar também alguns elementos relacionados à estrutura fundiária regional. Goularti-Filho (2007) aponta que Santa Catarina apresenta uma estrutura fundiária bastante diferenciada do restante do país, pois, com exceção dos Campos de Lages, o estado catarinense caracteriza-se pela pequena propriedade, a qual pode ser explicada pela colonização realizada em minifúndios. Portanto, uma diferença fundamental entre a região serrana e o restante do estado de Santa Catarina está na sua formação socioespacial, pois o planalto serrano tem predominância de grandes propriedades:

Por um lado, se observarmos a evolução fundiária catarinense desde 1920 até 1995, é perceptível que a maioria dos estabelecimentos está nos estratos de dez a cem hectares, e que concentram quase a metade da área rural, e, ao todo, em torno de 80% dos estabelecimentos, o ocupante é o proprietário. Por outro lado, também podemos pensar que aproximadamente 0,2% dos estabelecimentos com mais de mil hectares, que correspondem aproximadamente a quinhentas propriedades, detêm 15% da área rural, concentrando-se a maioria, no planalto serrano (45%), na região de Canoinhas (11%) e na região de Joaçaba (11%). Se compararmos com os números nacionais, em que 1,4% dos estabelecimentos com mais de mil hectares concentram 50% da área rural, a diferença é considerável” (GOULARTI FILHO, 2007, p.280).

Se realizarmos um comparativo dos dados da estrutura fundiária da Microrregião de Curitiba com os de Santa Catarina, percebe-se uma diferença da região em relação ao panorama estadual. Tanto Santa Catarina, quanto especificamente a Microrregião de Curitiba, possuem a maior parte de sua área distribuída entre os estabelecimentos agropecuários com mais de 10 hectares, porém, enquanto o estado possui uma distribuição bastante parecida de sua área entre os estabelecimentos de 10 a 100 hectares (47,05%) e os com mais de 100 hectares (47,40%); na Microrregião de Curitiba essa diferença é maior, pois 22,08% da área da região dividem-se em estabelecimentos de 10 a 100 hectares e, 76,27% em estabelecimentos com mais de 100

hectares. Observa-se assim que a Microrregião de Curitibanos, se comparado com o estado de Santa Catarina como um todo, possui uma maior concentração de terras. Apesar de tanto o estado, quanto a região possuírem mais da metade de seus estabelecimentos no estrato de 10 a 100 hectares (59,32% e 57,91% respectivamente), a porcentagem que corresponde à área que ocupam esses estabelecimentos nos territórios apresentam uma diferenciação bastante acentuada (Tabela 01).

Em número de estabelecimentos de 100 hectares ou mais, a Microrregião de Curitibanos ultrapassa em percentuais o Brasil como um todo, apesar de que, no que se refere ao total de área referente a esse estrato, a Microrregião fica alguns poucos percentuais abaixo da realidade nacional (Tabela 01).

Tabela 01: Estrutura Fundiária do Brasil, do estado de Santa Catarina e da Microrregião de Curitibanos no ano de 2006.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, CATARTINENSE E DA MICRORREGIÃO DE CURITIBANOS				
		Brasil	Santa Catarina	Microrregião de Curitibanos
Número de Estabelecimentos Agropecuários	< 10 ha	2.477.071	69.390	1.722
	10 < 100 ha	1.971.577	112.444	3.569
	100 ha e mais	471.817	7.707	872
	Total	4.920.465	189.541	6.163
Porcentagem de Estabelecimentos Agropecuários	< 10 ha	50,34%	36,60%	27,94%
	10 < 100 ha	40,06%	59,32%	57,91%
	100 ha e mais	9,58%	4,06%	14,14%
	Total			
Total da Área (1.000 ha)	< 10 ha	7.799	334	8
	10 < 100 ha	62.893	2.842	108
	100 ha e mais	259.250	2.863	373
	Total	329.942	6.039	489
Porcentagem de Área (1.000 ha)	< 10 ha	2,36%	5,52%	1,63%
	10 < 100 ha	19,06%	47,05%	22,08%
	100 ha e mais	78,57%	47,40%	76,27%

Fonte: Tabela criada pela autora com base nos dados do Censo Agropecuário 2006 e sistematizações (HOFFMANN, NEY, 2010; IBGE, 2009; EPAGRI, 2016).

Percebe-se assim que a estrutura fundiária da região onde está instalado o Campus de Curitibanos da UFSC diferencia-se em relação ao estado de Santa Catarina como um todo, apresentando um percentual maior de estabelecimentos agropecuários mais extensos, portanto, com maior concentração de terra. Como já apontado, essa configuração seria

resultado do processo de povoação da região, que, diferente de outros espaços no estado, não vivenciou uma colonização de minifúndios com a chegada de imigrantes europeus.

Isso se faz perceptível se analisarmos brevemente os mesmos dados referentes a outras microrregiões que também abrigam os *campi* interiorizados da UFSC. A concentração de terra nas Microrregiões de Araranguá, Blumenau e Joinville é menor que na microrregião de Curitibanos. Enquanto nessa última, 14,14% do total de estabelecimentos agropecuários possuem mais de 100 hectares e correspondem a 76,27% da área total da microrregião; em Blumenau esses percentuais são respectivamente de 3,17% e 51,52%, e em Joinville de 2,56% e 52,27%. Se comparado com Araranguá a distância é ainda maior, pois essa Microrregião apresenta apenas 1,34% de estabelecimentos com mais de 100 hectares, o que corresponde a apenas 27,27% da sua área total (Tabela 02).

Tabela 02: Estrutura Fundiária das Microrregiões dos *Campi* Interiorizados da UFSC – Curitibanos, Araranguá, Blumenau e Joinville – no ano de 2006.

ESTUTURA FUNDIÁRIA DAS MICRORREGIÕES DE CURITIBANOS, ARARANGUÁ, BLUMENAU E JOINVILLE					
		CUR	ARA	BLU	JOI
Número de Estabelecimentos Agropecuários	< 10 ha	1.722	4.913	3.311	3.001
	10 < 100 ha	3.569	3.875	3.984	3.154
	100 ha e mais	872	120	239	162
	Total	6.163	8.908	7.534	6.317
Porcentagem de Estabelecimentos Agropecuários	< 10 ha	27,94%	55,15%	43,94%	47,50%
	10 < 100 ha	57,91%	43,50%	52,88%	49,92%
	100 ha e mais	14,14%	1,34%	3,17%	2,56%
	Total				
Total da Área (1.000 ha)	< 10 ha	8	22	13	11
	10 < 100 ha	108	98	98	73
	100 ha e mais	373	45	118	92
	Total	489	165	229	176
Porcentagem de Área (1.000 ha)	< 10 ha	1,63%	13,33%	5,67%	6,25%
	10 < 100 ha	22,08%	59,39%	42,79%	41,47%
	100 ha e mais	76,27%	27,27%	51,52%	52,27%
	Total				

Fonte: Tabela criada pela autora com base nos dados do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI, 2016).

Quanto à população da microrregião de Curitibanos, apesar desta possuir a maior extensão territorial em relação às demais microrregiões dos *campi* interiorizados, é a que possui menor quantidade de habitantes. A maioria concentra-se no perímetro urbano, não apresentando grande

diferenciação em relação às demais microrregiões citadas, inclusive, a microrregião de Araranguá possui uma porcentagem maior de população rural que a microrregião de Curitiba. Porém, se observada a porcentagem da área territorial utilizada para a agricultura nas microrregiões dos *campi*, depara-se novamente com uma particularidade na microrregião de Curitiba. Enquanto as microrregiões de Araranguá, Blumenau e Joinville possuem respectivamente 55,55%, 48,31% e 38,17% de sua área utilizada para a atividade agrícola, na microrregião de Curitiba essa porcentagem se eleva para 74,09% (Tabela 03).

Tabela 03: População e Extensão Territorial das Microrregiões dos *Campi* Interiorizados da UFSC – Curitiba, Araranguá, Blumenau e Joinville – no ano de 2006.

POPULAÇÃO E EXTENSÃO TERRITORIAL - MICRORREGIÕES DE CURITIBANOS, ARARANGUÁ, BLUMENAU E JOINVILLE				
	CUR	ARA	BLU	JOI
População Urbana	88.805	121.241	504.920	646.535
População Rural	33.821	59.567	172.456	196.174
População Total	122.626	180.808	677.376	842.709
Porcentagem População Rural	27,58%	32,94%	25,45%	23,27%
Extensão Territorial (1.000 ha)	660	297	474	461
Área Utilizada para a Agricultura (1.000 ha)	489	165	229	176
Porcentagem Área Utilizada para a Agricultura	74,09%	55,55%	48,31%	38,17%

Fonte: Tabela criada pela autora com base nos dados do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI, 2016).

Tanto o histórico regional de uma economia voltada para as atividades agropecuárias, quanto os dados da atual configuração regional reforçariam a ideia da vocação regional da microrregião de Curitiba para a agricultura e a pecuária. Porém, essa perspectiva reforça também a ideia de uma formação universitária voltada aos interesses do mercado, de criação de quadros qualificados de força de trabalho para impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

Porém, importante também sinalizar que a criação de uma universidade federal em um espaço como a Região do Contestado apresenta a possibilidade de acesso à Educação Superior pública e gratuita de uma população historicamente expropriada de seus direitos. Alguns aspectos mais específicos sobre o ingresso dessa população no

Campus de Curitibanos da UFSC serão apresentados no capítulo quatro dessa dissertação. O que se pretende no próximo capítulo – capítulo três – é apresentar as principais condições do Campus de Curitibanos da UFSC para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4. CAPÍTULO III – O CAMPUS DE CURITIBANOS DA UFSC: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O início das atividades de ensino, pesquisa e extensão no Campus de Curitibanos ocorreu no segundo semestre do ano de 2009, com cerimônia de instalação oficial do Campus no dia 06 de agosto de 2009 (UFSC/CBS, 2009c). Criou-se inicialmente o curso de graduação em Ciências Rurais e teve continuidade com os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal e então Medicina Veterinária, sendo que atualmente está em fase de planejamento o curso de Medicina²². O detalhamento das principais características dos cursos de graduação do Campus será realizado nesse capítulo, juntamente com a descrição do processo de inserção dos *campi* interiorizados no Regimento Geral da UFSC; da infraestrutura disponível para as atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão; do quadro de trabalhadores do Campus, incluindo docentes, TAEs e terceirizados.

Para a construção desse capítulo utilizou-se informações de relatórios institucionais do Campus e da UFSC e outras disponíveis em suas páginas na internet, de atas do Conselho de Unidade do Campus e do CUn da UFSC, de documentos produzidos durante a paralização e mobilização da comunidade acadêmica no final do semestre 2015.1 e início de 2015.2, e da vivência e experiências da autora durante o ano de 2015.

4.1 O processo de “institucionalização”

Apesar do Campus de Curitibanos existir desde 2009, este, assim como os de Araranguá, Joinville e Blumenau, não faziam parte da estrutura regimental da UFSC até 2015. Há registros de que em março de 2013 iniciaram-se os trâmites acerca desse assunto, com a proposta de discussões a serem realizadas simultaneamente nos *campi* e no Gabinete da Reitoria. Formou-se uma primeira comissão que contava com representação dos colegiados de curso, TAEs, discentes e Direção Geral. “O primeiro passo seria reconhecer os *campi* como centros de ensino e criar estruturas departamentalizadas, para que os *campi* tenham representatividade” (UFSC/CBS, 2013a, p.02). Nas primeiras discussões

²² No segundo semestre de 2016 iniciarão também as atividades acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Ecossistemas Agrícolas e Naturais (PPGEAN).

que ocorreram já se questionava se os *campi* teriam o caráter de centro de ensino ou de campus interiorizado.

Em abril de 2013 surgiram questionamentos acerca do nome que o Campus teria caso fosse transformado em centro (UFSC/CBS, 2013b), sendo que, em junho do mesmo ano uma consulta pública foi encaminhada à Comunidade do Campus de Curitibanos sobre a preferência de um nome para o centro de ensino, a qual posteriormente passou por aprovação do Conselho de Unidade (UFSC/CBS, 2013f). Entre os nomes de Centro do Planalto Catarinense e Centro de Ciências Rurais, a última opção foi a escolhida (UFSC/CBS, 2013h).

Em abril do mesmo ano, iniciaram-se também as discussões acerca do processo de departamentalização do Campus (UFSC/CBS, 2013c), pois as atividades acadêmicas não eram organizadas em departamentos como no Campus de Florianópolis e maioria das demais instituições de ensino superior. Em maio de 2013, a maioria dos membros do Conselho de Unidade votou que o Campus deveria apresentar proposta de três departamentos (UFSC/CBS, 2013d). Em julho do mesmo ano definiu-se que as propostas de departamentos seriam “Departamento de Ciências Biológicas e Veterinárias”, “Departamento de Ciências Agrônômicas” e “Departamento de Ciências Naturais e Sociais” (UFSC/CBS, 2013h). No ano seguinte formou-se uma comissão que discutiu a departamentalização do Campus e apresentou uma proposta de organograma de uma possível organização (UFSC/CBS, 2013c). Tortato (2014), ao construir descrição e análise sobre esse processo, afirma que:

[...] em 2013, o cisma do corpo docente em departamentos veio em meio à necessidade manifestada pelo corpo docente e dos Servidores técnico-administrativo (STAES) de aprimoramento da incorporação institucional do campus na estrutura organizacional (deliberativa administrativa/acadêmica) da universidade. Neste ponto a mudança de gestão na reitoria trouxe consigo uma mudança na direção no campus, e a nova direção conduziu democraticamente a formação de uma comissão com a presença de dois STAES e número variável de docentes (variando entre os três coordenadores de cursos profissionais no início e chegando a oito docentes, pois alguns suplentes participaram ativamente das reuniões). [...] Com a visita do chefe de gabinete

da reitoria propondo a incorporação ao estatuto dos *campi* fora da sede na condição de centros e anunciando a disponibilização de duas funções gratificadas para os futuros chefes de departamento, estabeleceu-se um impasse e gerou-se a necessidade de redução no número de departamentos. Após duas a quatro rodadas de negociação nas quais o [...] grupo das Ciências Naturais e Sociais não foi acolhido por nenhum dos demais, e com a fusão dos grupos de ciências animais e de florestais para a constituição do pré-departamento de Ciências Biológicas e Veterinárias, o grupo de ciências naturais e sociais permaneceu isolado, mas com número de membros inferior ao mínimo regimental para constituir um departamento, seus membros deliberaram por constituir-se como coordenadoria especial, até que tal grupo atingisse número suficiente. (TORTATO, 2014, p.141-142).

Já no ano de 2015, após retorno da Reitoria reforçando que o Campus deveria ser composto por apenas dois Departamentos, representantes do Departamento de Ciências Naturais e Sociais emitiram um memorando, lido na 9ª Sessão do Conselho de Unidade, ocorrida no dia 17 de julho, solicitando a manutenção do referido departamento na estrutura acadêmica do Campus. Dentre as discussões que ocorreram durante essa Sessão, membros do Conselho defenderam que, apesar da Reitoria ofertar a criação de apenas dois departamentos, o Campus deveria insistir na criação dos três, conforme discussões e decisões do Conselho de Unidade; e questionaram também o reconhecimento dos três departamentos pela instituição. Em votação, a criação dos três departamentos foi aprovada por unanimidade. Criou-se também nova Comissão para elaboração do Regimento do Campus (UFSC/CBS, 2015b).

No mês de setembro de 2015 um novo agrupamento de professores propôs a criação de um quarto departamento. Diante das proposições, a direção do Campus sugeriu então que até o segundo semestre de 2017, quando todos os cursos teriam pelo menos uma turma formada, todos os grupos de professores do Campus permanecessem em um único departamento:

O diretor apresentou artigos do regimento geral da UFSC em que mencionam-se os critérios para

criação de departamentos, a possibilidade de criação de colegiados especiais em um mesmo departamento, para subsidiariamente à criação do departamento único, possibilitar os arranjos organizacionais docentes em estruturas lógicas. Sugeriu em uma conjectura inicial um enquadramento das disciplinas do campus em três colegiados especiais: Ciências da Terra, Exatas, Biológicas e Sociais; Ciências Agrárias; Ciências Veterinárias e Zootécnicas. Mencionou como vantagem do modelo de departamento unitário a facilitação quanto ao enquadramento das vagas de concursos em áreas de conhecimento conforme a tabela do CNPq; a prudência da proposta que evita distorções a priori na criação dos departamentos (UFSC/CBS, 2015c, p.01).

Percebe-se que o processo de departamentalização envolveu uma série de discussões, as quais foram permeadas por conflitos e de difícil resolução. A proposta de criação de um único departamento não foi aceita, ocorrendo então o encaminhamento de dois departamentos (Departamento de Ciências Naturais e Sociais e Departamento de Agricultura, Biodiversidade e Florestais) e duas coordenadorias (Coordenadoria Especial de Biociências e Saúde Única e Coordenadoria Especial de Ciências Biológicas e Agronômicas).

Para além da departamentalização, a institucionalização dos *campi* envolve também definições quanto às atividades administrativas realizadas nessas unidades, as quais diferem dos centros de ensino localizados no Campus de Florianópolis. Durante os quase três anos em que esse processo esteve em discussão, ocorreram manifestações por parte dos TAEs demonstrando a preocupação com a estrutura administrativa do Campus de Curitiba.

Ressalta-se que uma das principais justificativas da administração central para a criação de um menor número de departamentos, assim como definição dos demais setores, refere-se à não disponibilidade de funções gratificadas (FGs) em número suficiente na UFSC, pois, a função de chefe de departamento e coordenação de setor exige o pagamento dessa gratificação.

Dentre as várias comissões criadas para discutir o processo de institucionalização, em 2014 formou-se um grupo de trabalho que redigiu duas propostas para a inserção dos *campi* no Regimento Geral da

UFSC. Segundo o Relatório REUNI, produzido por comissão do Campus de Curitibanos (2015):

No processo de institucionalização dos *campi*, observa-se lentidão no processo de regulamentação do campus dentro dos Ordenamentos Jurídicos da Universidade, e problemas decorrentes de cultura institucional tradicional, que depois de 50 anos organizadas num *campi* somente, se transforma em universidade *multicampi*. Desde as primeiras reuniões do colegiado provisório essa questão aparece. [...] Várias comissões institucionais foram criadas para propor regulamentação dos *campi*, algumas com propostas de regulamentá-los como Centros de Ensino e departamentos e outros defendendo a especificidade dos *campi*. Há que salientar que na criação inicial dos *campi* não estava prevista a organização didático-pedagógica e administrativa através de departamentos ou centros de ensino. Na falta de regulamentação específica o campus foi construindo no cotidiano as práticas e rotinas de gestão, muitas delas por sistemas análogos ao existente na sede. Depois de três propostas para institucionalização e que vem sendo construídas desde 2010, em setembro de 2014 foi criado o Grupo de Trabalho envolvendo representantes dos *Campi* e da sede para analisar e elaborar proposição para a regulamentação jurídica dos *Campi* (UFSC/CBS, 2015e).

Portanto, desse grupo de trabalho surgiram duas propostas, uma de inserção das unidades no Regimento Geral da UFSC como centros e outra como *campi*. Segundo notícia veiculada pela AGECOM:

A incorporação dos *campi* na forma de “unidades universitárias”, conforme o parecer da relatora, passou em 2013 por uma “série de discussões sobre possíveis estratégias para a institucionalização dos *campi*”. O Grupo de Trabalho para a Institucionalização dos *Campi* (GTIC) foi criado e elaborou um documento contendo duas propostas. A primeira delas prevê a ocorrência desse processo de institucionalização

dos *campi* da UFSC em duas etapas complementares, iniciando pela criação dos centros e departamentos. A segunda proposta, a pronta institucionalização dos *campi* fora de sede como *campi* com centros e departamentos (UFSC/AGECOM, 2015a).

Essas propostas culminaram na aprovação da primeira opção pelo CUn na Sessão realizada no dia 10 de julho de 2015. Segundo a ata da referida sessão, o parecer da relatora do processo recomendava:

a oficialização imediata das unidades universitárias (centros de ensino) e departamentos. Ainda assim, será imprescindível que tal decisão venha simultaneamente acompanhada de encaminhamentos subsequentes, que firmemente assegurem a continuidade do processo de institucionalização dos *campi*, mediante o estabelecimento e o cumprimento de cronogramas de atividades e prazo para a finalização dos trabalhos, recomendável não ser superior a seis meses. Em seu relatório a parecerista apontou a necessidade simultânea de criação de um grupo de trabalho, “cuja constituição sugere-se, preferencialmente, a participação dos diretores gerais dos *campi* e dois representantes da sede, com metodologia de trabalho definida de modo a uniformizar as possíveis alterações e ajustes no Regimento, Estatuto e Resoluções, cujos dispositivos estejam diretamente vinculados à institucionalização dos *campi*, e que durante esse período de transição sugerimos a manutenção da estrutura atual dos *campi*.” Em sendo aprovada a inserção dos *campi* nos anexos A e B, o Conselho Universitário deveria realizar uma sessão especial, com a finalidade única de revisar a proporcionalidade na representação, em sua composição, de alunos e servidores técnico-administrativos em educação. Em não havendo mais inscritos e propostas à parte, a senhora presidenta submeteu o Parecer da conselheira relatora à votação, sendo que o Conselho Universitário deliberou por maioria dos votos, sendo três votos contrários à aprovação do

consubstanciado no Parecer de nº 20/2015/Cun, exarado pela conselheira-relatora, Sônia Gonçalves, pela inserção das novas unidades universitárias: Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville nos anexos A e B do Regimento Geral da instituição (UFSC/CUN, 2015a).

Após oficialização dos Centros de Curitiba, Araranguá, Joinville e Blumenau o processo teve continuidade com o novo grupo de trabalho, formado apenas pelos diretores dos *campi* e pelo chefe de gabinete da reitoria, dando encaminhamentos para a constituição de um organograma comum a todos os *campi* – como centro.

Não é apenas a distância geográfica dos *campi* em relação à sede que os diferencia dos demais centros da UFSC, mas também sua organização administrativa específica. Entende-se que os *campi* foram criados em uma prerrogativa de não possuir autonomia em relação à UFSC, mas sim fazendo parte dela. O que se pontua é a necessidade de visualização desses *campi* de maneira diferenciada, pois a garantia de realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão requerem processos que não existem nos centros de ensino do Campus de Florianópolis. Além disso, distancia-se ainda mais da ideia de constituição de um real campus universitário, que possibilite além das práticas institucionalizadas a vivência da universidade em seu aspecto cultural, artístico, filosófico, científico, tecnológico.

A partir da exposição dos próximos itens, perceber-se-á a clara diferenciação dos *campi* interiorizados da UFSC em relação aos demais centros de ensino da instituição. Nenhum centro localizado no Campus de Florianópolis possui serviço próprio RU ou atendimento da Coordenadoria de Assistência Estudantil Estudantis (CoAEs), ou então setor específico para os processos de licitações e compras, assim como no Campus de Curitiba a Secretaria de Cursos de Graduação é responsável pelas atividades que nos centros são realizadas por cada secretaria de curso ou mesmo pelo Departamento de Administração Escolar (DAE). Por isso também da reivindicação dos TAEs da UFSC pela inserção do Campus de Curitiba no Regimento Geral da UFSC como um campus e não como um centro. Ou seja, observa-se, como já apontado anteriormente, que não existiam condições administrativas para a “institucionalização” do Campus como centro. Nos próximos itens os aspectos infraestruturais e de quadro funcional deixarão mais claras essas contradições.

4.2 Infraestrutura

Quanto à infraestrutura atual do Campus de Curitibanos da UFSC, este foi um dos principais motivos da mobilização e paralização das atividades no final do semestre 2015.1 e início de 2015.2. Além da greve de parte dos trabalhadores do Campus, outros professores e técnicos que não haviam aderido, assim como estudantes, juntaram-se à paralização das atividades com a intenção de reivindicar melhores condições de trabalho, de estudo, de pesquisa e extensão para o Campus, dando origem ao que foi chamado de CUMULO, conforme explanado na introdução dessa dissertação.

Em relatório produzido pela gestão (UFSC, 2015b), o Campus de Curitibanos conta hoje com quatro Unidades para o desenvolvimentos das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo eles o Campus Sede, o Centro de Educação Profissional (CEDUP), a Área Experimental Agropecuária e a Área Experimental Florestal. De acordo com o relatório, o Campus Sede possui atualmente uma área de 24 hectares, contando com espaço de preservação permanente, uma trilha ecológica, estrutura de casas de vegetação e viveiro florestal, além de um prédio (CBS 01) de aproximadamente 5.000m², no qual existe a infraestrutura apresentada na tabela a seguir (Tabela 04).

Tabela 04: Infraestrutura do prédio CBS 01 do Campus de Curitibanos da UFSC.

INFRAESTRUTURA DO PRÉDIO CBS 01	
Auditório	1 (um) auditório com 120 lugares.
Biblioteca	1 (uma) biblioteca setorial.
Salas de Aula	12 (doze) salas.
Salas Diversas	Sala de Videoconferência; Sala de Crescimento Vegetal; Sala do Programa de Educação Tutorial (PET) em Ciências Rurais; Sala de Desenho; Sala de Distribuição dos Passes do RU; Sala do Serviço Social/ Assistência Estudantil; Sala de Atendimento da Psicologia; Sala da Secretaria de Cursos.
Laboratórios	Laboratório de Informática; Laboratório de Geoprocessamento; Laboratório de Microbiologia; Laboratório de Química Analítica e Quali e Quantitativa; Laboratório de Química Geral;

	Laboratório de Morfofisiologia Vegetal e Ecologia; Laboratório de Biologia Celular; Laboratório de Biotecnologia e Genética Vegetal; Laboratório de Fisiologia Animal; Laboratório de Zoologia e Entomologia.
Outros espaços	Herbário

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de relatório produzido pela gestão (UFSC, 2015b).

O CEDUP, prédio do Governo de Estado de Santa Catarina cedido à UFSC, possui uma área construída de 5.000m², no qual se utilizam cinco salas de aula para disciplinas de Engenharia Florestal e Medicina Veterinária; e oito laboratórios para aulas práticas e pesquisas (UFSC, 2015b), conforme tabela a seguir (Tabela 05):

Tabela 05: Infraestrutura do prédio do CEDUP utilizado pelo Campus de Curitibanos da UFSC.

INFRAESTRUTURA DO PRÉDIO DO CEDUP	
Salas de Aula	5 (cinco) salas de aula.
Laboratórios	Laboratório de Recursos Florestais I; Laboratório de Recursos Florestais II; Laboratório de Parasitologia; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Doenças Infectocontagiosas; Laboratório de Histopatologia; Laboratório de Semiologia; Laboratório de Microscopia.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados de relatório produzido pela gestão (UFSC, 2015b).

Estariam ainda em fase final de adequação os Laboratórios de Anatomia, Patologia e Necropsia, no valor de R\$ 197.946,01 e com metragem de 307,86 m². O CEDUP conta ainda com Quadra Poliesportiva utilizada pela comunidade universitária. Na Área Experimental Agropecuária, com uma área de 24 hectares, estão implantados experimentos que atendem às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo que estariam em execução a construção de um prédio de apoio à produção vegetal de 1.273,28 m² no valor de R\$ 1.868.160,00; e o cercamento de toda a Área Experimental Agropecuária, que juntamente com o da área do Campus Sede e a terraplanagem dos acessos aos terrenos do Campus teriam um custo de R\$ 803.880,21. E a Área Experimental Florestal, de 30,9 hectares, tem

um espaço de desenvolvimento de experimentos de ensino, pesquisa e extensão; e possui convênio entre a universidade e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (UFSC, 2015b).

O mesmo relatório assinala que o segundo prédio do Campus Sede de Curitiba (CBS 02) está em fase de construção, com previsão de entrega para agosto de 2016, sendo que este deve conter uma área de 9.257,91m² e seu custo é de R\$ 22.220.822,28. Estava também sendo elaborado, segundo o relatório, o projeto executivo para o Hospital Clínico Veterinário do Campus de Curitiba (no valor de R\$ 559.112,91) (UFSC, 2015b).

Os documentos produzidos pelo CUMULO, mas que contaram também com a participação de TAEs, estudantes e docentes que não faziam parte da mobilização, apontam que a estrutura existente no Campus de Curitiba nem sempre é suficiente para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como as administrativas. De acordo com os documentos produzidos pelos estudantes, TAEs e pelos professores de cada curso de graduação, o Campus apresenta demandas que deveriam ser supridas a curto, médio e longo prazo, entendendo também que algumas delas poderiam ser resolvidas internamente na unidade, com o envolvimento da própria comunidade universitária, e outras deveriam ser encaminhadas à Reitoria.

Dois elementos importantes e que se referem à permanência do estudante na universidade e pontuados pela comunidade universitária é a necessidade de construção de uma Moradia Estudantil e de um RU no Campus de Curitiba. Atualmente nenhum dos *campi* Reuni da UFSC possuem essa estrutura.

Destaca-se, também que a instalação da UFSC em Curitiba apresentou um aumento da especulação imobiliária no município, pois ao mesmo tempo em que a demanda por locação se expandiu, a oferta de imóveis ainda é pequena. O Auxílio Moradia, benefício disponibilizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) não atende a toda a demanda e o valor de R\$ 250,00²³ na maioria das vezes não é suficiente para o pagamento integral de um aluguel (CUMULO, 2015).

Mais uma vez, é importante destacar como o processo de expansão ocorreu sem levar em conta todas as demandas estruturais que

²³ Conforme Edital nº. 009/PRAE/2016, de 18 de março de 2016, Processo Seletivo para o Auxílio Moradia (UFSC/PRAE, 2016).

uma universidade requer, e que estão relacionadas tanto às questões propriamente institucionais – a moradia estudantil, por exemplo –, quanto ao seu entorno – oferta de alugueis, serviço público de saúde, transporte, lazer, cultura etc. Portanto, percebe-se uma falta de planejamento não só da universidade em si, mas também do município e região, que reivindicou a instalação do Campus em Curitibaanos, porém, sem considerar as necessidades que com ele surgiriam. Os valores elevados dos alugueis e outros serviços, por exemplo, não afetam apenas estudantes e servidores da UFSC, mas também toda a comunidade curitibanense.

Quanto ao RU, atualmente o Campus de Curitibaanos da UFSC oferece o serviço por meio de contratação terceirizada, o qual está localizado no centro do município de Curitibaanos, a cerca de 5 km da sede do Campus. Para o deslocamento dos estudantes até o RU, a UFSC contrata serviço de transporte coletivo, que realiza o transporte diário dos estudantes nos horários de almoço e jantar, incluindo os finais de semana. A construção de um RU próprio evitaria tais gastos com o transporte e possibilitaria que os estudantes permanecessem no Campus por mais tempo durante o dia (CUMULO, 2015). Dessa maneira, além da elevação dos gastos, a falta de planejamento nesse processo de expansão, propiciou o repasse de recursos públicos à iniciativa privada, reforçando a ideia de serviço educacional em detrimento do direito educacional.

No decorrer do processo de mobilização houve o apontamento de que os projetos de infraestrutura para a construção tanto do RU, quanto da moradia deveriam ser iniciados o mais breve possível, considerando os processos burocráticos para posterior execução do projeto. Ocorreu também a discussão dos locais ideais para a construção desses prédios, pois, atualmente onde está instalada a sede do Campus há pouca circulação de pessoas e inexistência estrutura comercial, por exemplo, pontuando-se a opção de que a Moradia Estudantil e o RU fossem construídos no centro da cidade de Curitibaanos. Porém, apontou-se também a importância de que esses prédios fossem construídos na sede do Campus de Curitibaanos, com a finalidade de constituição real de um Campus universitário, contribuindo com maior circulação de pessoas e com atividades nos finais de semana (CUMULO, 2015).

Outro elemento apontado pela comunidade universitária como um serviço precário refere-se à Biblioteca Setorial do Campus de Curitibaanos. Sinalizou-se que o espaço atual onde está instalada a Biblioteca Setorial não comporta mais o número de usuários que demandam pelo espaço, o qual também não é adequado para a

diminuição dos ruídos, além da falta de espaço adequado para a realização de atividades administrativas, estudo individual e coletivo, monitorias e pesquisas em geral, e o armazenamento de material pedagógico. Outra questão é a necessidade de melhoria e ampliação do acervo bibliográfico, pois este não está garantindo o atendimento de toda a demanda que vem se ampliando, e não está adequado à todas as disciplinas ou mesmo aos PPCs (CUMULO, 2015).

Registrou-se também a necessidade de um espaço específico para o desenvolvimento das atividades dos discentes bolsistas (pesquisa e extensão) e monitores; além de espaço específico para as coordenações dos cursos, que hoje não possuem espaço próprio, sendo que os coordenadores realizam as atividades de coordenação em suas salas, as quais dividem com outros docentes. Uma solução apontada seria a criação de um espaço multicurso, onde se concentrariam todas as coordenações dos cursos de graduação e onde estaria também localizada a Secretaria Acadêmica, otimizando os processos administrativos e o atendimento aos discentes (CUMULO, 2015).

Em específico a situação de trabalho dos TAEs e terceirizados, no que se refere à estrutura, apontou-se a necessidade de vestiário equipado com chuveiros para os trabalhadores do Setor Agropecuário, assim como espaço adequado para as atividades administrativas desse setor; espaço para alocação dos técnicos em laboratório; espaço apropriado para atendimento individual na Assistência Estudantil, que garantam a acolhida dos usuários e, sobretudo, o sigilo e segurança das informações; e garantia mínima de mobiliário e equipamentos de informática para os servidores recém empossados (CUMULO, 2015).

Há também a necessidade de um espaço físico para a estruturação de um almoxarifado central, com a finalidade de armazenamento adequado dos materiais e equipamentos do Campus, além de possibilitar um melhor encaminhamento do processo de recebimento, conferência e distribuição desses itens (CUMULO, 2015).

Apontou-se também a necessidade de adaptação dos laboratórios e compra de equipamentos para o desenvolvimento das aulas práticas, sobretudo do curso de Medicina Veterinária, como a adaptação do CEDUP para a instalação de bloco cirúrgico, bloco clínico e de diagnóstico por imagem e local para internação no atendimento clínico de pequenos animais, animais silvestres e grandes animais; instalação de laboratório para produtos de origem animal; instalação de câmara fria para armazenamento de cadáveres animais para utilização em aulas práticas; aquisição de equipamentos, tais como: chuveiro e lava-olhos de emergência, cabine de segurança biológica, estufa bacteriológica, estufa

de CO², estetoscópios, compra de materiais licitados para clínica e cirurgia, brete²⁴ de contenção e balança para manejo com grandes animais. Ressalta-se que a maior necessidade hoje do curso de Medicina Veterinária é a construção do Hospital Veterinário, o qual abrigaria grande parte das atividades do curso, porém, com os entraves burocráticos que surgiram na sua execução, a sugestão de criação de novos laboratórios e adaptação dos existentes surgiu como uma alternativa para propiciar a realização das atividades práticas (CUMULO, 2015).

O curso de Engenharia Florestal apontou ainda a necessidade de equipamentos para equipar os laboratórios existentes no CEDUP e a aquisição de equipamentos solicitados ainda no ano de 2014, porém não providenciados por falta de recurso para a compra, tais como classificador de cavacos, liquidificador industrial basculantes, digestor laboratorial para produção de celulose com circulação forçada de licor, depurador de fibras de celulose (CUMULO, 2015).

Já o curso de Agronomia sinalizou a necessidade de aquisição de equipamentos topográficos mais modernos, com a finalidade de cumprir com as exigências de georreferenciamento de imóveis rurais, e também pelo fato de que as turmas da disciplina de Topografia vêm aumentando o número de discentes, fazendo-se necessária a disponibilidade de mais equipamentos. Pontuou-se também a necessidade de aquisição de licenças de *softwares* para utilização em atividades de estatística, geoprocessamento, construções rurais etc., além de maior número de licenças, tendo em vista o aumento da demanda no Campus (CUMULO, 2015).

Quanto às áreas experimentais ocorreu o apontamento de diversos elementos. Um deles seria a melhoria e manutenção do acesso às áreas, pois as vias de acesso são precárias e nem sempre passam por manutenção. Essa demanda requer também o envolvimento do poder público municipal, pois não compete à universidade realizar esse tipo de melhoria (CUMULO, 2015).

Em relação à Área Experimental Agropecuária ressaltou-se a necessidade de garantir a infraestrutura das áreas para que as aulas práticas sejam desenvolvidas em sua integridade, levando em conta as áreas da olericultura, paisagismo, zootecnia (avicultura, suinocultura, bovinocultura, ovinocultura, caprinocultura, piscicultura, forragicultura), fruticultura, plantas medicinais e aromáticas, irrigação e drenagem,

²⁴ Ou tronco de contenção, para imobilização de animais de maior porte, por exemplo, bovinos e equinos.

sistema agroflorestal. O curso de Medicina Veterinária apontou que a criação dessa estrutura, ou uma Área Zootécnica, também supriria algumas das necessidades do curso em questão, sobretudo no que se refere à coleta de materiais biológicos, estudo de doenças infecciosas, sistema de manejo de criação de animais de produção, investigação epidemiológica e sanitária dos animais. Além do mais, sinalizou-se que enquanto não for propiciada uma área zootécnica, uma opção provisória seria a viabilização de uma estrutura para manejo de animais na Fazenda Experimental para a realização de atividades de diversas disciplinas. O curso de Medicina Veterinária registrou ainda a necessidade de uma extensa área agriculturável, acima de 150 hectares para o desenvolvimento de atividades zootécnicas, sanitárias, semiológicas e clínicas das disciplinas (CUMULO, 2015).

Relacionado à Área Experimental Florestal, a necessidade de construção de um espaço físico no local para abrigar as atividades mais específicas do curso de Engenharia Florestal e futuramente uma pós-graduação na área além da ampliação da própria área, pois dos 31,9 hectares, apenas 9,2 hectares são de uso efetivo, e desses, decorrente da parceria com a EMBRAPA e com a EPAGRI está quase toda ocupada por experimentos das empresas. Sugeriu-se ainda a replicação na sede do Campus do prédio inaugurado em 2016 na Área Experimental Agropecuária, com cerca de 500m², o qual abrigaria um espaço destinado ao preparo de amostras e ensaios de caracterização tecnológica da madeira, além da alocação de equipamentos que emitem ruído e pó que não podem ser instalados junto às salas de aula e espaços administrativos. Junto ao Viveiro Florestal entendeu-se como necessária a construção de um espaço didático, com uma sala de aula, gabinete de professor, um laboratório de sementes – com espaço adequado para armazenamento dessas –, e uma área para atividades gerais do viveiro (CUMULO, 2015).

Diante do levantamento das demandas relacionadas às áreas experimentais, apontou-se também a necessidade de realizar um estudo de aptidão e ocupação dessas áreas e de novos espaços, investigando as características fisiográficas e de solo para evitar a aquisição de um espaço impróprio para atividades agrícolas e florestais (CUMULO, 2015).

Como o prédio CBS 02 ainda está em fase de construção, a comunidade universitária reivindicou também a manutenção do andamento da obra e a garantia da entrega no prazo, pois a conclusão desta é essencial para a instalação de diversos laboratórios. Além disso, apontou-se a necessária disponibilização de recursos para a compra de

equipamentos básicos para o novo prédio, como por exemplo, cadeiras, mesas, projetores, computadores, quadros etc. Tendo em vista a lentidão nos processos burocráticos para a execução dos projetos de infraestrutura, apontou-se já a breve necessidade de um terceiro prédio na sede do Campus, pois apesar da atual construção do CBS-02 há a previsão da inauguração do curso Medicina provavelmente em 2018, necessitando assim, de mais espaço físico (CUMULO, 2015).

Outra questão apontada por todos os envolvidos foi a necessidade de uma melhoria na frota de transportes do Campus, sobretudo em relação à demanda de um ônibus com maior capacidade de assentos para a realização de viagens de estudos, além da viabilização de transporte rotineiro para os estudantes, docentes e TAEs se deslocarem até as áreas experimentais, com capacidades para as turmas com cerca de 50 estudantes, e que possua condições de trafegar nas estradas de acesso em dias de chuva (CUMULO, 2015).

Algumas outras demandas aparecem como importantes, entre elas a necessidade de adequação das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência; a iluminação do anel viário do Campus, pois o acesso noturno ao prédio da sede se torna difícil e pouco seguro; além da instalação de uma área de tratamento de efluentes e sanitários (CUMULO, 2015).

Também foram apontados elementos de infraestrutura que contribuiriam com atividades não só acadêmicas e administrativas, mas também de esporte, lazer e cultura. Sinalizou-se a necessidade de construção de um centro de eventos com espaço adequado para a realização de eventos científicos e acadêmicos, formaturas, assembleias e atividades culturais; da construção de um concha acústica para a realização de eventos artísticos musicais, teatrais, de dança e outras atividades ao ar livre, ressaltando a carência de um espaço e de atividades como essas na região; a criação de um centro de convivência para abrigar os centros acadêmicos e outras atividades estudantis; construção de uma academia ao ar livre em parceria com o poder público, propiciando à comunidade acadêmica e curitibanense a realização de atividades físicas; construção de quadra poliesportiva, campo de futebol, piscina e outros espaços que possibilitem a prática de esportes pela comunidade acadêmica; e construção de ciclovia pelo poder público municipal que ligue o centro da cidade e a sede do Campus (CUMULO, 2015).

Algumas dessas reivindicações já passaram por encaminhamentos, tanto por parte da gestão do Campus, quanto por integrantes da própria comunidade universitária. Porém, várias

demandas, que requerem maior investimento financeiro, sobretudo no que diz respeito a obras, não tiveram novos encaminhamentos.

As questões levantadas no processo de mobilização demonstram que há necessidades de infraestrutura fundamentais para a realização das atividades administrativas e acadêmicas no Campus, as quais foram surgindo no decorrer dos últimos anos, porém, muitas delas, oriundas do processo de instalação da unidade em Curitiba, o qual não contou com um planejamento atento para as necessidades dos cursos criados e para a demanda de recursos financeiros e humanos.

4.3 Quadro Funcional

No que diz respeito ao quadro funcional do Campus de Curitiba da UFSC, é perceptível um aumento no número de TAEs e docentes efetivos a cada ano, porém, conforme levantamento realizado durante as mobilizações no segundo semestre de 2015, a comunidade universitária apontou que a quantidade de trabalhadores alocados hoje no Campus de Curitiba ainda era insuficiente. No entanto, contraditoriamente, observa-se um crescente aumento no número de terceirizados, demonstrando também a faceta de precarização das condições de trabalho, pois esses trabalhadores realizam suas atividades no mesmo espaço que os docentes e TAEs, porém não possuem as mesmas garantias trabalhistas, como a estabilidade, o plano de carreira, o plano de saúde. Nesse sentido, importante retomar as características do capitalismo contemporâneo já mencionadas anteriormente, que ao mesmo tempo em que precariza as condições de trabalho, contribui também com a fragmentação da classe trabalhadora.

Conforme dados disponibilizados na página do Campus na internet, é possível observar as mudanças ocorridas no quadro funcional da unidade entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2015 (Tabela 06).

Em todos os semestres desde a criação do Campus de Curitiba o número de servidores terceirizados ultrapassa o número de TAEs concursados. Se considerados o número de servidores efetivos – TAEs e professores –, até o semestre de 2012 a quantidade destes esteve sempre abaixo do número de servidores terceirizados e professores temporários. Isso demonstra que o REUNI intensificou o processo de precarização do trabalho na Educação, tanto pelo Campus ser criado sem planejamento e sem a quantidade de professores e servidores efetivos necessários, quanto pela tendência atual de terceirizar diversos serviços, até mesmo

com extinção de alguns cargos no quadro de concursos públicos federais.

Tabela 06: Tabela do número de docentes, discentes, TAEs e trabalhadores terceirizados alocados no Campus de Curitibanos da UFSC por semestre (2009.2-2015.1).

QUADRO FUNCIONAL DO CAMPUS DE CURITIBANOS						
	Docentes Efetivos	Docentes Temporários	TAEs	Terceirizados	Estudantes	Relação professor/estudante
2009.2	1	7	0	6	62	7,75
2010.1	6	4	8	17	130	13,00
2010.2	13	3	8	17	183	11,43
2011.1	13	9	8	17	260	11,81
2011.2	14	9	11	19	303	13,17
2012.1	25	7	20	28	379	11,84
2012.2	27	8	22	28	435	12,42
2013.1	33	10	25	42	537	12,48
2013.2	48	11	25	46	593	10,05
2014.1	51	7	27	42	662	11,41
2014.2	53	9	28	45	711	11,46
2015.1	56	8	32	52	811	12,67

Fonte: Tabela disponível na página do Campus de Curitibanos da UFSC. Adaptada pela autora (UFSC/CBS, 2016).

A partir desses dados é possível observar também que apesar do número total de professores, assim como especificamente de professores efetivos ter aumentado, no que concerne à relação professor-aluno não ocorreram modificações significativas. Se no primeiro semestre de funcionamento do Campus essa relação era de um professor para 7,75 estudantes, nos semestres seguintes essa relação não esteve abaixo de um professor para 10 estudantes.

Se observarmos os dados gerais da UFSC, é perceptível que, entre os anos de 1996 a 2015 o número de docentes aumentou 34,17% e o número de estudantes de graduação e pós-graduação nesse período aumentou 120,16%. A partir desses dados percebe-se que o número de estudantes por professor, que no ano de 1996 era de 6,31 e elevou-se para 14,01 em 2015, sofreu um aumento de 122,02% no número de estudantes por professor (Tabela 07).

Tabela 07: Tabela do número de discentes, docentes e TAEs da UFSC (1995 a 2015).

	Número de estudantes de graduação e pós-graduação	Número de Docentes Efetivos	Relação professor/estudante	Número de TAEs	Relação TAE/estudante (graduação e pós- graduação)
1996	20.483	1.703	12,02	3.244	06,31
1997	21.862	1.713	12,76	3.038	07,19
1998	21.946	1.671	13,13	2.971	07,38
1999	24.423	1.660	14,71	2.953	08,27
2000	27.244	1.658	16,43	2.912	09,35
2001	28.361	1.630	17,39	2.886	09,82
2002	28.870	1.633	17,67	2.902	09,94
2003	30.552	1.555	19,64	2.861	10,67
2004	29.895	1.552	19,26	2.987	10,00
2005	27.554	1.549	17,78	2.947	09,34
2006	25.053	1.600	15,65	2.927	08,55
2007	28.918	1.632	17,71	2.783	10,39
2008	29.590	1.610	18,37	2.868	10,31
2009	33.693	1.649	20,41	2.809	11,98
2010	40.602	1.893	21,44	2.879	14,10
2011	40.694	1.924	21,15	3.005	13,50
2012	40.796	1.952	20,89	3.103	13,14
2013	47.430	2.050	23,13	3.113	15,23
2014	45.091	2.170	20,77	3.174	14,20
2015	45.096	2.285	19,73	3.217	14,01

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do Relatório UFSC em Números (UFSC/SEPLAN, 2004; 2013; 2014; 2016).

Isso demonstra, mais uma vez, o afirmado por Silva Junior e Sguissardi (2013) de que vem ocorrendo a intensificação da precarização das relações de trabalho dos docentes na Educação Superior, com a ampliação no número das matrículas sem o devido aumento no quadro docente, ampliando a relação professor/aluno, vide a disparidade entre o aumento de porcentagem, pois o aumento no número de matrículas corresponde quase quatro vezes mais ao aumento no número de docentes.

Em relação ao quadro de TAEs isso também é perceptível, pois, o quadro de servidores técnicos chegou a diminuir sua quantidade no período de 1996 a 2015. Se no ano de 1996 a UFSC contava com 3.244 TAEs, em 2015 esse número reduziu para 3.217. Ou seja, enquanto o número de matrículas sofreu um aumento de 120,16% o número de TAEs teve uma redução de 0,83%. Ressalta-se que no período de 2009 a 2015 foram criados os quatro novos *campi* de Araranguá, Curitiba, e

Joinville e Blumenau. Considerado o período entre os anos de 2008 a 2015 a porcentagem de estudantes matriculados aumentou 52,40%; o número de docentes 41,92% e o número de TAEs apenas 12,16% (Tabela 07).

Entende-se que esse não acompanhamento entre o número de matrículas e o quadro funcional de servidores demonstra uma forma de sucateamento da Educação Superior pública, pois as consequências dessa configuração – como a morosidade dos processos e serviços administrativos, o não atendimento de todas as demandas, processos de ensino aprendizagem prejudicados pela quantidade elevada de estudantes em sala de aula e de orientações por professor, o adoecimento de TAEs e docentes, entre outros – são entendidas como ineficiência, ineficácia e má utilização dos recursos públicos. Essas consequências, causadas por gestores defensores dos processos privatizantes, são utilizadas pelos mesmos como justificativas para levar a cabo a transformação de direitos em serviços e a entrega desses à iniciativa privada.

No Campus de Curitiba, a partir do levantamento realizado durante as mobilizações registrou-se a necessidade de contratação tanto de TAEs, quanto de docentes, para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas. No que se referia aos TAEs, sinalizou-se a necessidade de contratação de assistentes em administração para os diversos setores do Campus que demandam atividades administrativas. Além disso, a contratação de técnicos em assuntos educacionais para as atividades acadêmico-administrativas; bibliotecários e auxiliares de biblioteca; profissionais da área da informática²⁵; assistentes sociais, pedagogos e psicólogos para a estruturação de um Núcleo de Assistência Estudantil, pois atualmente o Campus conta com apenas duas profissionais do Serviço Social que realizam atividades concernentes à profissão no setor de Serviço de Atenção Socioassistencial, sendo que demandas relacionadas ao atendimento psicológico são encaminhadas ao serviço público municipal²⁶ e o atendimento pedagógico é inexistente (CUMULO, 2015).

²⁵ No ano de 2015 não havia profissional da área da informática lotado no Campus de Curitiba, sendo que as atividades relacionadas à profissão eram desenvolvidas por outros servidores e os chamados eram realizados diretamente na Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC) da UFSC localizada em Florianópolis.

²⁶ Que atualmente conta com apenas um profissional no Serviço Único de Saúde que realiza atendimento clínico para todo o município.

Para as atividades acadêmicas de campo e manutenção das áreas experimentais apontou-se a necessidade de contratação de engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, médicos veterinários, zootecnistas, técnicos em agropecuária, técnicos florestais e auxiliares rurais. Já para as aulas práticas e demais atividades laboratoriais registrou-se a demanda em todos os cursos por técnicos de laboratório das áreas de Biologia e Química, anesthesiologista, técnico em anatomia e necropsia, técnico em radiologia e marceneiro²⁷ (CUMULO, 2015).

No que concerne à necessidade de docentes, o curso de Agronomia levantou a demanda de contratação para atividades de cinco disciplinas, o de Engenharia Florestal para onze disciplinas, e o curso de Medicina Veterinária para vinte e nove disciplinas. Ressalta-se que um mesmo professor seria responsável por mais de uma disciplina, porém, salientou-se a importância de contratação de profissionais efetivos, via concurso público, até mesmo porque os docentes temporários acabam por atender apenas a dimensão do ensino na universidade e não o tripé como um todo, de ensino, pesquisa e extensão. Os TAEs também sinalizaram a contratação de trabalhadores pelo Regime Jurídico Único (Lei nº. 8.112/90) (CUMULO, 2015).

Além das demandas por pessoal, registraram-se necessidades de melhorias das condições de trabalho. Os docentes demandam a revisão da tabela de pontuação para progressão, pois a atual não contempla todas as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Campus (CUMULO, 2015).

Os TAEs registraram a necessidade de destinação de FGs aos trabalhadores do Campus²⁸, pois muitos TAEs exercem atividade de coordenação sem o referido reconhecimento e remuneração, não garantindo também a isonomia entre as diferentes unidades da instituição. Além disso, registrou-se também a necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de qualidade para os técnicos em laboratórios e trabalhadores do setor agropecuário. Pontuou-se ainda a solicitação de apoio à implementação da jornada de 30 horas semanais nos setores administrativos do Campus de Curitiba, visando a ampliação do horário de atendimento, atingindo as doze horas ininterruptas, além de melhores condições de trabalho,

²⁷ Este último para as atividades laboratoriais do curso de Engenharia Floresta.

²⁸ Atualmente são destinadas apenas três FGs aos TAEs do Campus (Coordenadoria de Apoio Administrativo, Coordenadoria de Apoio Acadêmico e Pregoeiro).

principalmente aos servidores que atuam diretamente no atendimento ao público (CUMULO, 2015).

Demandou-se ainda, por TAEs e docentes o acompanhamento da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) no Campus para atendimento e desenvolvimento de atividades junto às pessoas com deficiência (servidores e estudantes). Colocou-se ainda a necessidade de cursos de capacitação específicos para as áreas de atuação e oferecimento de curso presencial de idiomas como ofertados no Campus de Florianópolis (CUMULO, 2015).

A partir dessas reivindicações pouca coisa se alterou. Alguns novos servidores foram lotados no Campus, porém docentes ingressaram de concursos já previstos e TAEs para ocupar vagas de remoções e redistribuições. Ou seja, nenhum novo código de vaga foi destinado ao Campus de Curitiba até o final de 2015. Portanto, observa-se que as demandas expressas no processo de mobilização deixam claras as condições em que o Campus foi criado e a precarização das relações e das condições de trabalho colocadas pelo REUNI, assim como a intensificação do processo de terceirização na Educação.

4.4 Cursos de graduação

Na proposta da UFSC enviada ao MEC para a adesão da instituição ao REUNI constava a criação no Campus de Curitiba de dois cursos diurnos, Ciências Rurais e Ciência e Tecnologia de Alimentos; e dois cursos noturnos, Licenciatura Indígena e Licenciatura em História, com 50 vagas para cada um deles. Porém, dos quatro cursos previstos, apenas o de Ciências Rurais foi implementado, ainda no segundo semestre de 2009²⁹, sendo que atualmente está também em via de extinção, ao passo que gradativamente está sendo substituído pelos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal. Além do mais, não foi criado nenhum curso noturno que propiciasse a melhor utilização dos espaços físicos como prevê o REUNI.

A proposta inicial do curso de Ciências Rurais estava inserida na modalidade de BIs propostos nas Diretrizes Gerais do REUNI (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). Segundo os Referenciais Orientadores para os BIs e Similares do MEC:

Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e similares são programas de formação em nível de graduação

²⁹ Criado pela Resolução da Câmara de Graduação da UFSC nº 003/CEG/2009.

de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas do conhecimento. [...] Os BIs conferem diplomação nas grandes áreas que poderá ser vinculada a campos de saberes e práticas definidos, na forma de ênfase, opção ou área de concentração. Poderão, ainda, caracterizar-se como etapa inicial de formação, em primeiro ciclo, vinculada a carreiras acadêmicas e profissionais, em segundo ciclo. Os BIs proporcionam uma formação com foco na interdisciplinaridade e no diálogo entre áreas de conhecimento e entre componentes curriculares, estruturando as trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular. O caráter interdisciplinar dos projetos deve ser garantido pela articulação e interrelação entre disciplinas, dentro das grandes áreas, e entre as grandes áreas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

A proposta curricular dos BIs está relacionada à atual fase do capitalismo e suas demandas no que diz respeito à força de trabalho. As mudanças nos processos produtivos levam também à necessidade de um novo tipo de trabalhador, “para que atenda as demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado, onde a lógica da polarização das competências se coloca de forma muito mais dramática do que a ocorrida sob o taylorismo/fordismo” (KUENZER, 2005, p,03). A autora aponta que o disciplinamento da força de trabalho está relacionado ao tipo de trabalhador que o capital requer em cada fase de seu desenvolvimento, sendo assim, o processo de reestruturação produtiva com a transição para a acumulação flexível passou a requisitar um novo tipo de trabalhador. Dessa forma, ocorre uma mudança radical nas demandas que o capitalismo faz à escola para o disciplinamento da classe trabalhadora (KUENZER, 2005).

No fordismo-taylorismo a necessidade do capital requisitou currículos escolares que organizavam de forma rígida seus conteúdos, pautados na repetição, na cópia, na memorização, para que o trabalhador fosse inserido não só nos processos de trabalho, mas também na vida social, pois com pequenas alterações, as mesmas tarefas seriam desenvolvidas ao longo da sua vida produtiva e social. Nesse processo produtivo de base rígida:

[...] era suficiente alguma escolaridade, curso de treinamento profissional e muita experiência, que combinavam o desenvolvimento de habilidades psicofísicas e condutas com algum conhecimento, apenas o necessário para o exercício da ocupação. Compreender os movimentos e passos necessários a cada operação, memorizá-los e repeti-los em uma determinada sequência demandava uma pedagogia que objetivasse a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados, tanto no trabalho quanto na vida social, ambos regidos por padrões de desempenho que foram definidos como adequados ao longo do tempo” (KUENZER, 2005, p.07).

Com a mudança da base rígida para a flexível – tendo como um dos elementos a predominância da microeletrônica em vez da eletromecânica – o capital passa a exigir outro tipo de habilidade do trabalhador e consequentemente de novos métodos pedagógicos:

[...] o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante (KUENZER, 2005, p.09).

Percebe-se no trecho citado sobre os BIs essa tendência à flexibilização, demonstrando esse viés do novo trabalhador requisitado pelo capital, com “comportamentos flexíveis, de modo a adaptarem-se com rapidez e eficiência a situações novas, bem como criarem respostas para situações imprevistas” (KUENZER, 2005, p.10). Além disso, assinala-se o papel de coesão social que essas propostas possuem, pois cria um exército industrial de reserva, necessário ao modo de produção capitalista, contribuindo com o apassivamento das lutas da classe trabalhadora,

Léda e Mancebo (2009) ao discorrerem uma crítica aos BIs, apontam que estes foram criados para proporcionar uma formação universitária geral, o que evitaria uma escolha profissional com a qual o estudante não se identificasse ao concluir a graduação, pois ele a faria apenas após os primeiros anos de ciclo básico, ampliaria os conhecimentos gerais do estudante, oferecendo “flexibilidade” curricular, com a escolha de diversas disciplinas optativas, além de que, esse modelo curricular conjugado contribuiria com a diminuição da evasão e possibilitaria uma maior empregabilidade dos egressos. Retoma-se assim o que foi apontado por Mészáros (2008) de que os processos educacionais acompanham os processos sociais e o primeiro, portanto, é altamente e constantemente influenciado pelo atual modo de produção. Dessa forma, a ideia de flexibilidade presente nos processos produtivos adentram também os processos educacionais, como no caso dos projetos pedagógicos.

No caso específico do curso de Ciências Rurais do Campus de Curitibanos da UFSC, este previa que nos primeiros três anos os estudantes teriam uma formação generalista na área e ao concluírem esse ciclo poderiam optar por realizar mais dois anos nos cursos de Agronomia ou Engenharia Florestal, como ciclos profissionalizantes. Segundo o PPC do Curso de Graduação em Ciências Rurais:

Esse curso de graduação constitui-se na etapa inicial de um modelo de ensino superior caracterizado pela formação profissional continuada. Após sua graduação o bacharel em Ciências Rurais poderá dar seguimento em carreiras da área de Ciências Agrárias, tais como Agronomia e Engenharia Florestal. A possibilidade de formação continuada favorecerá a procura de especializações de acordo com surgimento de inovações ou mudanças tecnológicas em áreas do seu interesse (UFSC/CBS, 2011b, p.04).

Ainda no PPC consta que o estudante pode optar também por concluir o curso de Ciências Rurais e ingressar em cursos de pós-graduação, como mestrado e doutorado, sem necessariamente passar pelos cursos de Agronomia ou Engenharia Florestal (UFSC/CBS, 2011b). É possível visualizar em notícias da época que havia como proposição a criação de outros cursos que os estudantes poderiam optar ao concluírem Ciências Rurais, além da Agronomia e da Engenharia

Florestal, assim como a promoção de mobilidade acadêmica com os cursos do Centro de Ciências Agrárias (CCA) no Campus de Florianópolis:

O curso de Ciências Rurais está organizado em dois ciclos. Concluído o primeiro, de três anos, o graduado poderá dar por encerrada sua formação, recebendo o título de Bacharel em Ciências Rurais, ou poderá buscar, dentro das opções oferecidas, os conhecimentos indispensáveis à profissão que deseja seguir, seja de formação tecnológica, científica ou pedagógica. Esta fase caracteriza o segundo ciclo, profissionalizante. Prevendo a mobilidade acadêmica e o atendimento a esta fase profissionalizante, as quatro opções de formação profissional atualmente existentes no campus Florianópolis da UFSC, no Centro de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia de Aquicultura, Zootecnia e Ciência e Tecnologia Agroalimentar) poderão atender parte da demanda dos egressos do curso de Ciências Rurais do campus Curitibanos. [...] Além disso, inicialmente oferecendo apenas Ciências Rurais, o campus da UFSC em Curitibanos já prepara novidades para 2010. O planejamento prevê para o ano que vem a implantação dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrícola, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Rurais (UFSC/CBS, 2009a).

O curso de Ciências Rurais é formado por dois ciclos distintos. No primeiro, com dois anos de duração, adotou-se o modelo da formação profissional continuada, e no segundo, de caráter profissionalizante, desenvolvido ao longo de três anos, o graduado poderá realizar o bacharelado em Ciências Rurais ou buscar, dentro das opções oferecidas, os conhecimentos necessários à profissão que deseja seguir, seja de formação tecnológica, científica ou pedagógica. Prevendo a mobilidade acadêmica, as quatro opções de formação profissional existentes no Centro de Ciências Agrárias, em Florianópolis (Agronomia,

Engenharia de Aquicultura, Zootecnia e Ciência e Tecnologia Alimentar), também poderão atender parte da demanda dos egressos do ciclo básico de Curitibanos. “O intento é assegurar a todos os egressos do curso de Ciências Rurais a oportunidade de avançar os estudos no segundo ciclo e obter sua formação profissional”, ressalta Olavio Gevehr (UFSC/CBS, 2009b).

As construções do campus foram iniciadas em 2009. Em Curitibanos a UFSC já oferece o curso de Ciências Agrárias e, a partir de 2012, as graduações em Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Rurais (UFSC/CBS, 2010a).

Porém, não há registros de realização de mobilidade acadêmica ou continuidade do ciclo profissionalizante no CCA, nem a criação dos cursos de Engenharia Agrícola, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Rurais. Pelo contrário, o que ocorreu foi o processo de extinção do Curso de Ciências Rurais. A partir do Concurso Vestibular 2013, o curso de Ciências Rurais foi desmembrado em “Ciências Rurais + Agronomia” e “Ciências Rurais + Engenharia Florestal”. Conforme registros em Ata da 3ª Sessão Extraordinária do Conselho de Unidade do Campus de Curitibanos, realizada no dia 13 de julho de 2012, aprovou-se por unanimidade que no Vestibular 2013 as vagas para os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal fossem divulgadas separadamente:

Estabeleceu-se a nova divulgação do vestibular Ciências Rurais – Agronomia e Engenharia Florestal –, com 100 vagas de ingresso para cada área. Esta forma de divulgação possibilitaria um conhecimento dos candidatos que após concluir Ciências Rurais teria essas duas saídas, sendo que a forma apresentada até hoje pode ser confundida facilmente (UFSC/CBS, 2012, p.02).

Tortato (2014), por meio de observação participante durante esse processo, apresenta alguns dos argumentos para essa alteração:

Tal alteração do curso de ingresso teve dentre os argumentos para sua institucionalização a não

compreensão e aceitação pelo público da inovação do nome do curso de Ciências Rurais, pois acreditava-se que o apelo do prestígio e tradição dos títulos profissionais atrairiam maior número de vestibulandos, expectativa frustrada pela manutenção de um pequeno número de aprovados no vestibular que continua sendo inferior ao número de vagas ofertado para ambos os cursos (TORTATO, 2014, p.135)

E continua:

Em 2010, após um processo de ‘levantamento de interesses’ dos estudantes quanto ao prosseguimento nas terminações, a recém-empossada direção do campus determinou a limitação à oferta dos cursos profissionais de Agronomia e Engenharia Florestal, sendo que o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Rurais permaneceu como formação comum e titulação intermediária aos concluintes da sexta fase. As motivações de tal restrição curricular são de natureza econômica e técnica, pois a manutenção de um montante amplo de disciplinas exigiria a contratação de muitos professores para a formação de poucos estudantes pulverizados em cinco terminações e também exigiria a formação de uma equipe técnica externa para a elaboração curricular já que à época o campus não contava com mais que treze docentes (sendo dois agrônomos, um médico veterinário e nenhum engenheiro florestal) (TORTATO, 2014, p.142).

Segundo Tortato (2014), no ano de 2013 criou-se a Comissão de Diagnóstico e Regulamentação de Cursos de Graduação (Ciências Rurais, Agronomia, Engenharia Florestal) para a organização de uma proposta de progressão dos formandos em Ciências Rurais, pois, ingressariam nos cursos de Engenharia Florestal e Agronomia que deveriam concluir em três anos, ao mesmo tempo em que se iniciava o ingresso de estudantes diretamente nos mesmos cursos. Esses últimos ingressavam no currículo de Ciências Rurais, porém, não possuíam vínculo com o curso. Segundo o autor, “temia-se a época pela não colação de grau dos ingressantes pelo Vestibular 2013, que apesar de

terem sido matriculados no currículo de 2011 não tinham seus nomes vinculados ao curso de Ciências Rurais” (TORTATO, 2014, p.143).

O autor afirma que durante as reuniões da Comissão no primeiro semestre de 2013 apresentaram-se relatos (não unânimes) de descontentamento do corpo docente com o núcleo comum, portanto, contra a manutenção do curso de Ciências Rurais, sendo que as argumentações afirmavam a existência de lacunas e engessamentos por serem cursos distintos e a necessidade de currículos separados (TORTATO, 2014). No segundo semestre de 2013 decidiu-se, então, pela não abertura de vagas para o curso de Ciências Rurais no Vestibular 2014, conforme registro em Ata da 20ª Sessão Extraordinária do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, ocorrida no dia 06 de setembro de 2013 (UFSC/CBS, 2013i).

Segundo Tortato (2014, p.146), “é incerto o futuro deste Bacharelado Interdisciplinar dentre a extinção gradual ou reativação em 2015, mas o declínio no número de estudantes é inevitável tendo em vista os processos de transferência, conclusão e evasão”. Sabe-se hoje que a reativação do ingresso de estudantes no curso de Ciências Rurais não ocorreu a partir de 2015 e o curso encontra-se em processo de extinção.

A partir do ano de 2012 o Campus iniciou o ingresso de estudantes em Medicina Veterinária, curso este não previsto no projeto de instauração do Campus de Curitiba. Segundo Tortato (2014), a sugestão de criação do curso de Medicina Veterinária partiu de uma pesquisa de opinião realizada junto à sociedade local. O ato de criação do curso se deu no dia 08 de junho de 2011, na Sessão Ordinária da Câmara de Ensino de Graduação. Na ata da referida sessão consta como item dois:

Processo n.º 23080.042040/2010-61 - Apreciação e aprovação da Criação e do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, no Campus de Curitiba. Após breve introdução, a Presidência passou a palavra aos representantes do Campus de Curitiba que apresentaram, por meio de projeção, primeiramente os aspectos gerais do Campus e em seguida trataram especificamente do Curso de Medicina Veterinária. Entre outros aspectos, ressaltou-se a importância do Curso para a comunidade e o apoio de entidades públicas e privadas na implantação do Curso. Em seguida, o

Conselheiro Renato Lucas Pacheco leu Parecer Final sobre o tema. Em discussão, os Conselheiros manifestaram-se ressaltando a preocupação desta Câmara quanto à viabilidade de recursos financeiros e humanos para o funcionamento do Curso. Em votação, a Câmara de Ensino de Graduação aprovou por unanimidade o Parecer n.º 95/CEG/2011, do Conselheiro Relator Renato Lucas Pacheco, pela criação do curso de graduação em Medicina Veterinária no Campus de Curitibanos, com entrada anual de 40 (quarenta) discentes (UFSC/CEG, 2011).

Percebe-se a preocupação por parte dos conselheiros com a não garantia de recursos para a implementação do curso de Medicina Veterinária no Campus de Curitibanos. Essa preocupação vem se tornando explícita, pois a ausência, principalmente, de um Hospital Veterinário, resulta em implicações nas atividades práticas do curso. Os encaminhamentos para a construção do Hospital vem ocorrendo desde o ano de 2013, porém, acontecerem diversos entraves contratuais com a empresa que venceu a licitação para a construção do prédio, sendo que no final do ano de 2015, faltando três semestres para a formatura da primeira turma de Medicina Veterinária da UFSC, o projeto ainda não saiu do papel. (UFSC/CBS, 2013e; 2013g; 2014a).

O curso de Medicina Veterinária apresentou a maior parte das reivindicações durante as mobilizações e paralizações ocorridas no Campus em meados de 2015, sendo que os estudantes do curso deram início – juntamente com alguns estudantes dos outros cursos – à ocupação do *hall* do prédio do CBS 01, devido à precariedade das condições oferecidas para a realização das atividades acadêmicas, sobretudo a ausência de espaços equipados para as aulas práticas. A ocupação resultou em repercussões na mídia local e estadual, a visita da Reitoria ao Campus e uma audiência realizada pelo Ministério Público com a gestão e estudantes do curso de Medicina Veterinária.

Está também em processo de planejamento a criação do curso de Medicina, com previsão de início das atividades para o ano de 2018. A criação deste curso de graduação faz parte do Programa Mais Médicos do Governo Federal, o qual possui três eixos: provimento emergencial, educação e infraestrutura. O eixo educação prevê a expansão da graduação e da residência médica, por isso o motivo da criação de novos cursos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

No final do ano de 2013, a comunidade local do município de Curitiba realizou uma audiência pública que teve como principal ponto a reivindicação da criação do curso de Medicina, sendo que, tanto a administração central como a direção do Campus afirmaram, em Sessão do Conselho de Unidade, que demonstraram “à comunidade a preocupação de manutenção da qualidade dos cursos já implantados antes da criação de novos. O diretor afirma que após a referida audiência, entidades empresariais da região têm se mobilizado no intuito de ofertar auxílio ao campus para viabilizar a implementação do curso de Medicina” (UFSC/CBS, 2013j).

Em meados de 2014 o MEC emitiu um documento “informando que a microrregião de Curitiba tem condições técnicas de atender o Programa Mais Médicos e, portanto, a universidade pode iniciar o processo de criação do curso de medicina” (UFSC/CBS, 2014b, p.03). Há registros de que diversos membros do Conselho de Unidade, entre eles gestão, docentes, discentes e TAEs, manifestaram preocupação com a instauração do curso de Medicina no Campus de Curitiba, pois entendiam ser importante a consolidação dos cursos já existentes, e apontaram também a necessidade de maiores discussões internas à UFSC e com a comunidade municipal e regional, além de um minucioso planejamento, principalmente no que diz respeito à estrutura física que atenda ao curso em sua totalidade e não apenas as primeiras fases (UFSC/CBS, 2014b).

Em julho de 2014 criou-se uma Comissão para o estudo e planejamento das possibilidades de instauração do curso de Medicina no Campus (UFSC/CBS, 2014b). Dessa forma, o processo de planejamento e instauração do curso foi comandado por uma Comissão, formada por docentes de diferentes departamentos do Centro de Ciências da Saúde (CCS), além de membros locais dos *campi* de Curitiba e Araranguá – onde serão instalados os novos cursos. Dentre as principais atividades dessa comissão estão a elaboração do PPC; visitas técnicas a universidades que aderiram ao Programa Mais Médicos; reuniões com o poder público municipal e estadual, além de associações de municípios; audiências públicas no município; visitas técnicas à rede de saúde; reuniões com profissionais médicos do município e da região; encaminhamentos referentes à infraestrutura, como propostas de local de instalação provisória e projeto de construção de prédio próprio; reuniões com o Ministério da Saúde; reuniões com o CUMULO durante a mobilização realizada no Campus de Curitiba em meados de 2015, para esclarecimentos e coleta de sugestões junto à comunidade acadêmica; participação da reunião do plano diretor do hospital de

Curitibanos; elaboração de documento entregue à reitoria justificando a importância de que o curso seja instalado junto à sede do Campus de Curitibanos; entre outros.

Ainda em setembro de 2014, a Comissão informou a comunidade universitária do Campus de Curitibanos que após reunião realizada com representantes da região, reitoria da UFSC e representante do MEC constatou-se que a proposta de instalação do curso de Medicina no Campus de Curitibanos estava praticamente consolidada, sendo que um representante da Comissão estava construindo relatório técnico a ser apresentado ao MEC, tendo como previsão o início das atividades acadêmicas para o ano de 2016 (UFSC/CBS, 2014c).

Ainda em meados de 2014 havia a previsão de compra de um prédio em Curitibanos, o qual já abrigou um hospital no município e hoje pertence à Associação Beneficente Frei Rogério, para que fossem realizadas adequações e esse recebesse as atividades do curso de Medicina. Previa-se também nessa época a abertura de 60 vagas anuais para ingresso de estudantes e o recebimento pelo Campus de um “pacote” de 60 vagas docentes, 30 vagas de TAEs e R\$ 72 milhões em investimento (UFSC/CBS, 2014b). Em outubro do mesmo ano, a Comissão informou que ocorreu o encaminhamento de um laudo avaliativo do antigo hospital, sendo que “o valor gira em torno de R\$ 6.000.000,00 para uma área construída de 5.119m e o terreno de 13.239m que se adquirido pela universidade será pago à Associação Beneficente Frei Rogério” (UFSC/CBS, 2014d, p.03). Porém, em abril de 2015 a Comissão responsável informou que, devido à troca da diretoria da Associação Beneficente Frei Rogério, a compra do prédio provavelmente não seria mais realizada, sendo que a prefeitura ofereceu outros locais, os quais estavam em tratativa e sendo visitados pela Comissão. (UFSC/CBS, 2015a).

Em 2015, durante a 15ª Sessão do Conselho de Unidade, ocorrida no dia 20 de novembro, a Comissão realizou explicações sobre a possibilidade de instalação do prédio a ser construído para o funcionamento do Curso de Medicina junto ao Hospital Hélio dos Anjos Ortiz (HHAO), próximo ao centro da cidade, ou junto à sede do Campus de Curitibanos. Ocorreram defesas de ambas as propostas:

Sobre o primeiro, foi citada principalmente a justificativa de se estar próximo ao serviço de urgência/emergência que atualmente está centralizado no HHAO. Sobre o segundo, foram levantados pontos

como a integração do curso de medicina com os demais cursos já instalados, o uso comum de infraestrutura já existente (biblioteca, laboratórios, segurança patrimonial, manutenção) e das futuras (restaurante universitário, moradia estudantil, espaço de convivência), bem como o aspecto de que o curso está pautado em um modelo voltado para a saúde da família e comunidade, sendo que grande parte das atividades ocorrerão nas unidades locais de saúde (UFSC/CBS, 2015d, p.02).

O Conselho de Unidade aprovou, por maioria, a instalação do curso junto à sede do Campus de Curitibanos onde está construído o prédio CBS 01 – que abriga a maioria das salas de aula e laboratórios dos cursos já existentes, além da estrutura administrativa – e em construção o prédio CBS 02 – que abrigará as salas de aulas e laboratórios hoje em funcionamento no CEDUP, entre outros espaços. Além disso, a gestão salientou que já foram entregues documentos ao HHAO das necessidades estruturais do novo curso. No primeiro semestre do ano de 2016 iniciaram-se os trâmites para a realização de concurso público para a ocupação de vagas docentes específicas para o curso de Medicina.

Ressalta-se que se comparado com outras unidades criadas a partir do REUNI – conforme exposto no primeiro capítulo – o Campus de Curitibanos apresenta aspectos positivos quanto às condições de infraestrutura e recursos humanos. Porém, conforme demonstrado pelas mobilizações realizadas no campus no ano de 2015, há deficiências em diversos aspectos. Conforme apresentado no primeiro capítulo, apesar do aspecto positivo que foi o aumento das vagas na Educação Superior nas últimas décadas, algo que o Campus de Curitibanos também propiciou, sobretudo em um espaço geográfico específico; esse processo veio acompanhado do que Leher (2014) aponta como esvaziamento e empobrecimento científico, cultural, histórico, tecnológico e artístico da universidade. Além de todos os aspectos inerentes à etapa da contrarreforma na Educação Superior recente, que promoveu por meio do REUNI uma reestruturação e uma expansão que não foi concretizada em sua totalidade, pois se ampliaram as instituições e as matrículas sem o devido aumento de infraestrutura – adequada – e quadro funcional.

Além disso, observa-se um aprofundamento na hierarquização e diversificação entre as IFES e mesmo internamente nas instituições. Além da possibilidade de estruturação de instituições de ensino superior não apenas como universidades, mas também como centros, faculdades e institutos, a diversificação ocorreu no interior das instituições, com a distinção na quantidade de recursos alocados e também suas fontes entre as diferentes áreas do conhecimento; hierarquização entre os docentes – da graduação e da pós-graduação – e entre os servidores técnico-administrativos – TAEs concursados e trabalhadores terceirizados; e na diversificação curricular – como no caso dos Bacharelados Interdisciplinares, já problematizados anteriormente. Segundo Lima (2009).

A diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos também é aprofundada. Além da estruturação em universidades, centros universitários e faculdades isoladas, a reformulação da política de educação superior apresenta os cursos sequenciais, os cursos de curta duração, os cursos de formação geral e formação específica e a emissão de diplomas, certificados e atestados de aproveitamento como formas de aligeiramento da formação profissional. Uma das mais importantes referências desta certificação em larga escala é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI divulgado pelo MEC em 2007 como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE (LIMA, 2009, p.3).

Na UFSC, com a criação dos *campi*, uma nova forma de unidade acadêmica foi instituída no interior da instituição, que anteriormente contava apenas com centros de ensino. Porém, essas novas unidades permaneceram por praticamente seis anos sem fazer parte do Regimento Geral da UFSC, recebendo também, cursos com outra estrutura curricular.

Diante das especificidades do Campus de Curitibanos em relação à sua localização geográfica, seu processo de criação e institucionalização, sua infraestrutura e quadro funcional, e seus cursos de graduação, entende-se que seu quadro discente também apresente particularidades. As principais características do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC serão abordadas no próximo capítulo.

5. CAPÍTULO IV – O ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS DE CURITIBANOS DA UFSC

5.1 Ingresso e Permanência

Mas e quem é o estudante que ingressa nos cursos de graduação do Campus de Curitiba da UFSC? Para uma primeira caracterização dos estudantes de graduação da UFSC apresentar-se-ão dados gerais acerca dessa categoria da comunidade universitária, com base nos dados do Sistema de Controle Acadêmico da Graduação (UFSC/CAGR, 2015). No final do segundo semestre do ano de 2015 o Campus de Curitiba da UFSC contava com 859 estudantes regularmente matriculados, sendo 319 no curso de Agronomia, 207 no curso de Engenharia Florestal, 279 no curso de Medicina Veterinária e 54 no curso de Ciências Rurais.

Nos seis anos de existência do Campus de Curitiba foram oferecidas nos concursos vestibulares um total de 1.820 vagas³⁰ – 1.680 vagas até 2015.1. Porém, até o final de 2015, o Campus contava com apenas 198 formados, sendo 40 no curso de Agronomia, 09 no curso de Engenharia Florestal e 149 no curso de Ciências Rurais³¹. Levando-se em consideração o tempo mínimo para a conclusão dos cursos de graduação do Campus – cinco anos – ao finalizar o primeiro semestre de 2015 o Campus deveria contar com 540³² formados apenas nos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal, pois os formandos em Ciências Rurais ao concluírem esse curso migrariam para um dos outros dois. Dessa forma, hoje o campus contaria com cerca de 1.140 estudantes regularmente matriculados.

Considerando uma das metas globais do REUNI, de “taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007), percebe-se que isso no Campus de Curitiba não se cumpriu, considerando a previsão de formados de 540 e a quantidade real de 198. Para alcançar os 90% o

³⁰ Vagas oferecidas nos Concursos Vestibulares 2009 Suplementar, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015).

³¹ O curso de Medicina Veterinária, iniciado em 2012.2 e com duração de cinco anos ainda não teve nenhuma turma formada.

³² Teoricamente os estudantes ingressantes em 2009.2 e 2010 já teriam concluído o curso de Ciências Rurais mais o curso de Agronomia ou o curso de Engenharia Florestal.

Campus de Curitiba deveria ter hoje 486 estudantes formados, porém com o número de 198, alcança apenas 36,66%.

Nesse período de cinco anos também ocorreram 361 abandonos (42 na Agronomia, 41 na Engenharia Florestal, 23 na Medicina Veterinária e 255 nas Ciências Rurais) e 96 desistências (16 na Agronomia, 14 na Engenharia Florestal, 16 na Medicina Veterinária, e 50 nas Ciências Rurais)³³. No total foram 43 matrículas trancadas durante esses cinco anos, sendo 15 na Agronomia, 12 da Engenharia Floresta, 10 na Medicina Veterinária e 6 nas Ciências Rurais³⁴. Atualmente a universidade não tem nenhuma forma de registro dos motivos que levam o estudante de graduação a abandonar, desistir ou trancar o curso em que estava matriculado, impedindo assim de se realizar uma melhor análise (Tabela 08).

Tabela 08: Situação das matrículas dos cursos de graduação do Campus de Curitiba da UFSC no semestre 2015.2.

SITUAÇÃO MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO NO CAMPUS DE CURITIBANOS - 2015.2					
	AGR	CCR	EFL	VET	TOTAL
Regularmente Matriculados	319	54	207	279	859
Abandonos	42	255	41	23	361
Desistências	16	50	14	16	96
Jubilados	0	2	0	0	2
Trancamentos	15	6	12	10	43
Transferências	1	2	2	2	7
Troca de Curso	7	48	2	1	58
Formados	40	149	9	0	198

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do CAGR (UFSC/CAGR, 2015).

³³ A desistência do curso é comunicada oficialmente pelo estudante à instituição de ensino; já o abandono ocorre quando o estudante deixa de frequentar as aulas e/ou não realiza nova matrícula. Segundo o parágrafo 1º do Art. 92 da Resolução 017/CUn/1997, “Entende-se por aluno-abandono quem já esteve regularmente matriculado na UFSC e rompeu seu vínculo com a instituição, por ter desistido ou abandonado o curso” (UFSC, 1997).

³⁴ De acordo com a mesma Resolução 017/CUn/1997, Art. 58, “O aluno poderá interromper seus estudos, através da solicitação de trancamento de matrícula, junto à secretaria de Colegiado de Curso, desde que solicitado até 45 (quarenta e cinco) dias corridos do início do período letivo, mediante apresentação de quitação de débitos com a Biblioteca e o Restaurante Universitário” (UFSC, 1997).

Foram contabilizadas ainda sete transferências externas, ou seja, a ida do estudante para outra instituição de ensino superior, tanto para o mesmo curso quanto para outro distinto. Ocorreram também nesses cinco anos 58 trocas de curso³⁵ dentro da UFSC, tanto para cursos do próprio Campus como para outros *campi*, sendo 07 na Agronomia, 02 na Engenharia Florestal, 01 na Medicina Veterinária e 48 nas Ciências Rurais. O número mais elevado de troca de cursos com saída das Ciências Rurais deve-se à situação relatada anteriormente, de que em 2014, com o início do processo de extinção do referido curso, possibilitou-se que os estudantes realizassem a transferência para Agronomia e Engenharia Florestal, sendo que parte optou pela permanência no curso e outra pela transferência (Tabela 08).

Segundo o Relatório REUNI produzido pelo Campus de Curitibanos da UFSC, no período de 2009.2 a 2014.2 o curso de Ciências Rurais é o que apresenta maior evasão da unidade, por meio de abandonos, desistências, jubilamentos e transferências, com uma taxa de 23,2%, sobretudo em relação ao abandono. O curso de Agronomia é o que apresenta os menores índices, com nenhum jubilamento ou transferência e apenas 4% de abandonos e 1,7% de desistências, totalizando 5,7% de evasão (UFSC/CBS, 2015e) (Tabela 09).

Tabela 09: Formas de Evasão nos Cursos de Graduação do Campus de Curitibanos no período de 2009.2 a 2014.2.

FORMAS DE EVASÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PROPORÇÕES					
	AGR	CCR	EFL	VET	TOTAL
Abandonos	14	150	22	14	200
Desistências	6	49	8	12	75
Jubilados	0	1	0	0	1
Transferências	0	3	1	0	4
TOTAL	20	203	31	26	280
Abandonos	04,0%	17,1%	09,5%	05,7%	14,8%
Desistências	01,7%	05,6%	03,5%	04,9%	05,5%
Jubilados	00,0%	00,1%	00,0%	00,0%	00,1%
Transferências	00,0%	00,3%	00,4%	00,0%	00,3%
TOTAL	05,7%	23,2%	13,4%	10,6%	20,7%

Fonte: Tabela reproduzida do Relatório REUNI produzido pelo Campus de Curitibanos da UFSC (UFSC/CBS, 2015e) com adaptações da autora.

³⁵ Segundo o Art. 90 da Resolução 017/CUn/1997 a troca de curso, ou então transferência interna, é “a troca de turno, habilitação, de opção ou de curso no âmbito da UFSC” (UFSC, 1997).

Quanto à forma de ingresso dos estudantes de graduação do Campus de Curitiba entre os semestres 2009.2 e 2015.2 a maioria ingressou via Concurso Vestibular, portanto, na primeira chamada. Totalizaram 362 estudantes ingressantes por essa modalidade, sendo 163 na Medicina Veterinária, 92 na Agronomia, 74 na Engenharia Florestal e 33 nas Ciências Rurais. Em chamadas posteriores do Vestibular foram 216, sendo 77 na Agronomia, 68 da Medicina Veterinária, 54 da Engenharia Florestal e 17 nas Ciências Rurais (Tabela 10).

Retornos para os cursos de graduação do Campus foram no total 103, sendo 98 de retornos de graduados (79 na Agronomia e 19 na Engenharia Florestal) e 5 de retornos de abandonos para outro curso (2 na Agronomia e 3 na Engenharia Florestal). Em transferências para o Campus foram um total de 144, sendo 33 de transferências externas (7 para Agronomia, 7 para Engenharia Florestal, 16 para Medicina Veterinária e 3 para Ciências Rurais) e 111 de transferências internas, ou seja, trocas internas na UFSC para os cursos de graduação do Campus de Curitiba (53 para Agronomia, 43 para Engenharia Florestal, 14 para Medicina Veterinária e 1 para Ciências Rurais) (Tabela 10).

Percebe-se, mais uma vez, a elevação no número de retorno de graduados e de transferências internas para os cursos de Engenharia Florestal e Agronomia. Os retornos devem-se ao formato do Curso de Ciências Rurais, o qual previa que, após a conclusão deste, o estudante retornasse para um dos dois cursos. Já as transferências resultam justamente da extinção do curso de Ciências Rurais e a possibilidade de que os estudantes transferissem suas matrículas para Agronomia ou Engenharia Florestal sem a conclusão de Ciências Rurais.

Quanto ao ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU)³⁶, registrou-se até o semestre de 2015.2 apenas 34 estudantes que ingressaram por esta forma. No referido semestre algumas das vagas remanescentes da UFSC, não ocupadas por outras chamadas do vestibular, foram pela primeira vez destinadas ao SiSU, porém a aprovação da adesão ao sistema na UFSC ocorreu apenas em maio de 2015, quando aprovou-se a destinação de 30% das vagas por esta forma de ingresso a partir do ano de 2016³⁷ (Tabela 10).

³⁶ O SiSU é o “sistema informatizado, gerenciado pelo MEC no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

³⁷ Na Ata de continuidade da Sessão Ordinária do Conselho Universitário, iniciada em 26 de maio de 2015, realizada no dia 29 de maio de 2015, consta a

Tabela 10: Forma de ingresso dos estudantes de graduação regularmente matriculados no Campus de Curitibanos da UFSC no semestre 2015.2.

FORMA DE INGRESSO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO CAMPUS DE CURITIBANOS - 2015.2					
	AGR	CCR	EFL	VET	TOTAL
SiSU	9	0	7	18	34
Chamada Vestibular	77	17	54	68	216
Concurso Vestibular	92	33	74	163	362
Retorno Abandono para Outro Curso	2	0	3	0	5
Retorno Graduado	79	0	19	0	98
Transferência Externa	7	3	7	16	33
Transferência Interna	53	1	43	14	111

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do CAGR (UFSC/CAGR, 2015).

Segundo o Relatório REUNI do Campus de Curitibanos, considerando-se o período de 2009.2 a 2014.2, até o primeiro semestre de 2010 as vagas do Curso de Ciências Rurais – único no Campus até 2012.2 – apresentou uma subocupação, o que volta a ser repetir em 2011.2 e 2012.2 – este o último semestre com ingressos no curso. Portanto, apenas nos semestre de 2011.1 e 2012.1 o curso contou com a ocupação de todas as vagas oferecidas. Já o curso de Agronomia apresentou subocupação apenas no semestre de 2013.2 e Medicina Veterinária em 2013.1, porém os percentuais não se distanciaram significativamente de ocupação de todas as vagas. Já o curso de Engenharia Florestal apresentou índices baixos de ocupação em 2013.2 – ocupando pouco mais da metade das vagas disponíveis – e 2014.2. Segundo o referido relatório, nos semestres em que a ocupação extrapola o número de vagas deve-se à ocupação por transferências e retornos, por isso os números mais elevados nos cursos de Agronomia – 2013.1, 2014.1 e 2014.2 – e Engenharia Florestal – 2014.1 –, pois estes receberam diversos estudantes que transferiram ou retornaram do curso de Ciências Rurais (UFSC/CBS, 2015e) (Tabela 11).

aprovação da adesão da UFSC ao SiSU a partir do ano de 2016. A ata descreve que “O Conselho Universitário aprovou por maioria o Parecer n.º 13/CUn/2015 do relator Bruno Locks Floriani, pela adesão da UFSC ao SiSU, a partir do processo seletivo de 2016, como forma parcial de ingresso nos cursos de graduação presenciais, com a oferta de 30% (trinta por cento) de vagas, excetuando os cursos de Educação do Campo – licenciatura, licenciatura de povos indígenas, LIBRAS e os cursos que requeiram avaliação de habilidade específicas” (UFSC/CUn, 2015c).

Tabela 11: Taxa da Ocupação das Vagas por semestres nos Cursos de Graduação do Campus de Curitibanos da UFSC.

PROPORÇÃO DAS VAGAS OFERTADAS EFETIVAMENTE OCUPADAS					
	AGR	CCR	EFL	VET	TOTAL
2009.2	--	36,1%	--	--	36,1%
2010.1	--	44,4%	--	--	44,4%
2010.2	--	35,0%	--	--	35,0%
2011.1	--	107,0%	--	--	107,0%
2011.2	--	72,0%	--	--	72,0%
2012.1	--	108,%	--	--	108,0%
2012.2	--	61,0%	--	107,5%	88,6%
2013.1	124,0%	--	108,0%	97,5%	115,7%
2013.2	98,0%	--	58,0%	110,0%	89,3%
2014.1	202,0%	--	138,0%	122,5%	156,4%
2014.2	138,0%	--	80,0%	110,0%	109,3%

Fonte: Tabela reproduzida do Relatório REUNI produzido pelo Campus de Curitibanos da UFSC (UFSC/CBS, 2015e) com adaptações da autora.

No que diz respeito à categoria de ingresso, cerca da metade dos estudantes regularmente matriculados no Campus de Curitibanos ingressaram na UFSC por meio da Classificação Geral, ou seja, não optaram por nenhuma modalidade da Política de Ações Afirmativas (PAA).

A adesão da UFSC à PAA ocorreu a partir do Concurso Vestibular 2008, após a aprovação do Parecer n.º 012/CUn/2007 e Resolução Normativa n.º 008/CUn/2007. Essa Resolução previa a destinação de 30% das vagas do vestibular distribuídas em 20% para candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas de ensino e 10% para candidatos auto declarados negros, que cursaram integralmente o Ensino Fundamental e Médio em instituições públicas de ensino. Além disso, foram criadas cinco vagas suplementares a serem preenchidas por candidatos indígenas, sendo que a cada ano seria criada uma nova vaga até chegar ao número de 10 em 2013 (UFSC/CUn, 2007b).

Dessa forma, entre o Concurso Vestibular 2009.2 (Suplementar) a 2012 com vagas para o Campus de Curitibanos, o candidato optava pelo ingresso na categoria geral, ou oriundo de escola pública ou autodeclarado negro. Além da categoria classificação geral (que se manteve nos vestibulares seguintes) já apresentada anteriormente, atualmente o Campus conta ainda com 10 estudantes que ingressaram pela categoria de autodeclarados negros (sete na Agronomia, dois na Medicina Veterinária e um na Engenharia Florestal) e 17 pela categoria

escola pública (nove nas Ciências Rurais e oito na Medicina Veterinária). Não há nenhum estudante dessa última categoria nos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal porque ingressaram como retorno de graduados ou transferências internas, ambos das Ciências Rurais; ou então, se ingressaram por vestibular isso ocorreu apenas a partir de 2013, quando o ingresso passou a ser diretamente para cada um dos cursos e a PAA na UFSC também passou por alterações.

A partir do ano de 2013, após a Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012 que prevê que as Instituições Federais de Ensino devem ofertar 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino, sendo 50% dessas vagas para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita e proporção de vagas no mínimo igual a da soma de pretos, pardos e indígenas na população da Unidade Federativa onde localiza-se a instituição (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Dessa forma, no Concurso Vestibular 2013 foram destinadas 70% das vagas para a classificação geral e 30% a PAA, sendo 10% para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública, 10% para candidatos oriundos de famílias com renda per capita bruta de até 1,5 salário mínimo (dessas 16% para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI) e 84% aos demais candidatos) e 10% para candidatos oriundos de famílias com renda per capita bruta de maior que 1,5 salário mínimo (dessas 16% para candidatos do PPI e 84% aos demais candidatos) (UFSC/COPERVE, 2012b). Aos candidatos pertencentes aos povos indígenas foram destinadas 10 vagas suplementares (UFSC/COPERVE, 2012a).

Já no Concurso Vestibular 2014 foram ofertadas 25% das vagas para estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública, sendo 12,5% para candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita (dessas 16% para candidatos do PPI e 84% aos demais candidatos) e 12,5% para candidatos com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita (dessas 16% para candidatos do PPI e 84% aos demais candidatos); 10% das vagas para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública e; 13 vagas para candidatos autodeclarados indígenas (UFSC/COPERVE, 2013a). Essa definição se deu com a criação da Resolução Normativa n.º 33/CUn/2013 que dispõe sobre a PAA no âmbito da UFSC para o Concurso Vestibular 2014 (UFSC/CUn, 2013b).

No Concurso Vestibular de 2015, após Resolução Normativa n.º 41/CUn/2014, que dispõe sobre a PAA no âmbito da UFSC para o Concurso Vestibular 2015 (UFSC/CUn, 2014), definiu-se que 37,5% das vagas seriam destinadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio em escola pública, sendo 18,75% para candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita (dessas 16% para candidatos do PPI e 84% aos demais candidatos) e 18,75% para candidatos com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita (dessas 16% para candidatos do PPI e 84% aos demais candidatos); 10% das vagas para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública e; 16 vagas suplementares para candidatos autodeclarados indígenas (UFSC/COPERVE, 2014a).

Portanto, a partir dos novos recortes que o ingresso por meio da PAA recebeu na UFSC, a partir do Concurso Vestibular 2013, 16 estudantes dos cursos de graduação da UFSC ingressaram por meio da opção de PPI e que cursaram o Ensino Médio em escola pública, sendo nove com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo per capita (três na Agronomia, dois na Engenharia Florestal e quatro na Medicina Veterinária) e sete com renda familiar bruta mensal acima de 1,5 salário mínimo per capita (dois na Agronomia, dois na Engenharia Florestal e três na Medicina Veterinária). Dos estudantes que optaram pela categoria dos que cursaram o Ensino Médio em escola pública, porém não se enquadravam no PPI foram 125, sendo 68 com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo per capita (25 na Agronomia, 20 na Engenharia Florestal e 23 na Medicina Veterinária) e 57 com renda familiar bruta mensal acima de 1,5 salário mínimo per capita (19 na Agronomia, 13 na Engenharia Florestal e 25 na Medicina Veterinária) (Tabela 12).

No Concurso Vestibular 2016 ocorreu uma nova distribuição das vagas com 50% destinadas a estudantes que cursaram o Ensino Médio em escola pública, sendo 25% para candidatos com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita (dessas 32% para candidatos do PPI e 68% aos demais candidatos) e 25% para candidatos com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salário mínimo per capita (dessas 32% para candidatos do PPI e 68% aos demais candidatos); 22 vagas suplementares para candidatos autodeclarados indígenas e 9 vagas suplementares para candidatos pertencentes às comunidades quilombolas (UFSC/COPERVE, 2015a). As vagas destinadas ao grupo etnicorracial negro foram publicadas em edital suplementar, oferecendo duas vagas em cada um dos cursos que

constam no Quadro Geral de Cursos anexo ao mesmo documento (UFSC/COPERVE, 2015b).

Tabela 12: Categoria de ingresso dos estudantes de graduação regularmente matriculados no Campus de Curitibanos da UFSC no semestre 2015.2.

CATEGORIA DE INGRESSO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO REGULARMENTE MATRICULADOS NO CAMPUS DE CURITIBANOS - 2015.2					
	AGR	CCR	EFL	VET	TOTAL
Classificação Geral					
Vestibular	122	41	97	166	426
Negro	7	0	1	2	10
Escola Pública	0	9	0	8	17
PAA - Escola Pública - Renda > de 1,5 – Outras	19	0	13	25	57
PAA - Escola Pública - Renda > de 1,5 – PPI	2	0	2	3	7
PAA - Escola Pública - Renda < de 1,5 – Outras	25	0	20	23	68
PAA - Escola Pública – Renda < de 1,5 – PPI	3	0	2	4	9
Outras formas de ingresso	141	4	72	48	265

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do CAGR (UFSC/CAGR, 2015).

Decorrente do grande número de retornos de graduados e transferências internas resultantes do modelo original do curso de Ciências Rurais e de suas posteriores modificações, 265 estudante não têm registro da categoria de ingresso na matrícula atual. Para um maior detalhamento seria necessário analisar essas informações dos estudantes que reingressaram por transferências e retornos.

Devido à modificação constante na quantidade de vagas e nas regras para o acesso a essas vagas destinadas ao público da PAA se torna difícil realizar uma análise se as vagas destinadas a esse programa vêm sendo ocupadas. Em relação aos estudantes que cursaram o Ensino Médio em escola pública será possível realizar uma maior aproximação no próximo item, no qual há a descrição do perfil do estudante de graduação do Campus de Curitibanos. Já em relação à raça/cor, é possível observar que a maioria dos estudantes se autodeclara branca, sendo 257 na Agronomia, 242 na Medicina veterinária, 153 na Engenharia Florestal e 45 nas Ciências Rurais, totalizando 697 estudantes. Como pardos, 79 estudantes se autodeclaram, sendo 29 na Engenharia Florestal, 26 na Agronomia, 16 na Medicina Veterinária e

oito nas Ciências Rurais. No total dos estudantes do Campus de Curitiba apenas 15 estudantes se autodeclararam pretos, sendo oito na Agronomia, seis na Engenharia Florestal e um na Medicina Veterinária; 10 amarelos, sendo cinco na Engenharia Florestal, dois na Agronomia, dois na Medicina Veterinária e um nas Ciências Rurais; e apenas um se autodeclarou indígena, sendo este do curso de Medicina Veterinária (Tabela 13).

Tabela 13: Raça/Cor dos estudantes de graduação regularmente matriculados no Campus de Curitiba da UFSC no semestre 2015.2.

RAÇA/COR DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO REGULARMENTE MATRICULADOS NOS CURSOS DO CAMPUS DE CURITIBANOS DA UFSC NO SEMESTRE 2015.2					
	AGR	CCR	EFL	VET	TOTAL
Amarela	2	1	5	2	10
Branca	257	45	153	242	697
Indígena	0	0	0	1	1
Parda	26	8	29	16	79
Preta	8	0	6	1	15
Não Declarado	26	0	14	17	57

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do CAGR (UFSC/CAGR, 2015).

Quanto à permanência do estudante de graduação, o REUNI possuía em seus objetivos a criação de “condições para a ampliação do acesso e permanência³⁸ na educação superior” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, grifos meus). Portanto, para além da criação de novas universidades, novos *campi*, novos cursos e novas vagas nos cursos de graduação, o MEC tinha como proposta a ampliação das condições de permanência do estudante.

Em 2010 o Governo Federal criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010³⁹. Essa dissertação não possui a intenção de detalhar

³⁸ Ressalta-se que a proposta dessa dissertação não é debruçar-se sobre a temática da assistência estudantil, ou de maneira mais ampla, na questão da permanência na universidade, por isso, as informações contidas a seguir nesse item destinam-se ao conhecimento das atuais configurações do Campus de Curitiba, sem a preocupação de problematizar esses elementos.

³⁹ Os objetivos do PNAES são “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais de permanência e conclusão da educação

aspectos do PNAES em âmbito nacional ou mesmo localmente na UFSC, porém serão apresentados alguns dados gerais da Assistência Estudantil no Campus de Curitibanos com a finalidade de particularizar a realidade dessa unidade de ensino.

A assistência estudantil é viabilizada no Campus de Curitibanos por intermédio da CoAEs desde o ano de 2009, quando iniciaram-se as atividades do Campus, porém com o deslocamento de profissionais do Serviço Social lotados no Campus de Florianópolis a cada início de semestre para a realização dos Cadastros Socioeconômicos dos estudantes para que pudessem acessar os benefícios e auxílios da PRAE. Porém, a partir da constatação da comunidade acadêmica da necessidade de lotação de um assistente social no próprio Campus para que pudesse acompanhar os estudantes e tratasse de questões para além dos auxílios e benefícios, a contratação desse profissional foi reivindicada e no segundo semestre de 2011 ocorreu a nomeação de uma assistente social. Logo se constatou a necessidade de mais um profissional do Serviço Social, pois a demanda extrapolava o trabalho de apenas um assistente social, porém a nomeação de uma nova trabalhadora ocorreu apenas no final do segundo semestre de 2014.

Quanto aos benefícios e auxílios oferecidos pela CoAEs/PRAE no Campus de Curitibanos, estes são a Bolsa Estudantil, o Auxílio Moradia, o Auxílio Creche e a Isenção do RU. Destes, apenas a Bolsa Estudantil possui regulamentação própria para além dos editais semestrais, definida por meio da Resolução Normativa nº. 32/CUn/2013 (UFSC/CUn, 2013a). Para acessar os benefícios – a Bolsa Estudantil e o Auxílio Moradia é preciso passar por concorrência, pois o número é insuficiente para atender a todos os estudantes.

No que diz respeito à Bolsa Estudantil⁴⁰, com base no Relatório REUNI do Campus de Curitibanos da UFSC⁴¹, percebe-se que esse

superior, reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (BRASIL, 2010).

⁴⁰ “O Programa Bolsa Permanência, instituído no ano de 2008 por meio da Resolução Normativa nº 015/CUn/2007, teve vigência até agosto de 2013 quando foi substituído pelo Programa Bolsa Estudantil através da Resolução Normativa nº 32/CUn/2013. [...] Estão entre as mudanças dos programas: a concessão da bolsa não ocorre mais mediante a alocação obrigatória do estudante em um projeto de pesquisa, ensino ou extensão vinculado a sua área de formação no qual o este deveria desenvolver 20 horas semanais de atividades, é permitido o acúmulo com outras bolsas, estudantes já formados em outros cursos podem acessar a bolsa, prevê acompanhamento sistemático e

programa possui orçamento insuficiente para garantir a permanência dos estudantes de graduação. Conforme previsto no PNAES, esse programa objetiva atender prioritariamente estudantes oriundos da educação básica pública ou com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita. Conforme dados, no segundo semestre de 2012 o Campus de Curitibanos da UFSC teve todos os estudantes inscritos contemplados com o benefício, porém, nos demais semestres esse valor não chegou aos 70%. Se em 2010.1, 2010.2 e 2011.1 o Campus teve a quantidade de estudantes atendidos na casa dos 60%, esse valor foi reduzido nos semestres seguintes, não chegando a 30% em 2014.1 nem a 20% em 2014.2 (Tabela 14).

Observam-se algumas alterações na quantidade de estudantes atendidos durante o período de 2009.2 a 2015.1, porém, o número de atendidos permanece na casa dos 30 a 50 estudantes – com exceção dos semestres de 2012.2 quando todos os estudantes inscritos foram atendidos; 2013.2 quando ocorreu a mudança de Bolsa Permanência para Bolsa Estudantil e um maior número de estudantes foi atendido; e 2014.2 quando houve uma drástica diminuição dos estudantes atendidos. Entretanto, apesar das pequenas alterações no número de contemplados, percebe-se que de 2010.1 a 2015.1, o número de estudantes inscritos quase triplicou. O provável motivo pelo aumento da procura pelos benefícios da PRAE deve-se à instauração da PAA que proporcionou o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas e mais recentemente de famílias com renda bruta de até 1,5 salário mínimo (Tabela 14).

Percebe-se assim que apesar da possibilidade de ingresso na educação superior pública de sujeitos que historicamente não possuíam esse acesso, por meio da instauração da PAA, não há meios efetivos que garantam a permanência desses sujeitos na universidade, pois os recursos repassados são insuficientes para garantir direitos básicos como moradia e alimentação, ficando ainda mais distante de outros aspectos, como lazer, cultura, esporte, convivência, acompanhamento pedagógico, entre outros.

conjunto dos estudantes através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitoria de Graduação”(UFSC/CBS, 2015e, p.42).

⁴¹ Os dados sobre a Assistências Estudantil foram levantados e organizados pelo Serviço Social do Campus de Curitibanos da UFSC.

Tabela 14: Tabela 14: Estudantes inscritos e contemplados nos Programas Bolsa Permanência e Bolsa Estudantil no Campus de Curitibanos da UFSC – 2010.1 a 2015.1⁴².

Semestre	Quantidade de Estudantes Inscritos	Quantidade de Estudantes Contemplados	Porcentagem de estudantes contemplados em relação ao número de inscritos
2010.1	45	31	68,88%
2010.2	59	37	62,71%
2011.1	87	55	63,21%
2011.2	97	52	53,60%
2012.1	73	36	49,31%
2012.2	77	77	100,00%
2013.1	68	31	45,58%
2013.2	-- ⁴³	222	--
2014.1	146	39	26,71%
2014.2	105	17	16,19%
2015.1	126	36	28,57%

Fonte: Tabela reproduzida do Relatório REUNI produzido pelo Campus de Curitibanos da UFSC (UFSC/CBS, 2015e) com adaptações da autora.

Como apontado anteriormente, os *campi* interiorizados da UFSC não possuem nem moradia estudantil nem RU próprio, o que também compromete a permanência dos estudantes. Para atender aos estudantes dos *campi*, incluindo Florianópolis – que possui apenas 153 vagas na moradia estudantil – a PRAE criou o Auxílio Moradia⁴⁴, o qual não

⁴² Não há registros do primeiro semestre de existência do Campus de Curitibanos em 2009.2.

⁴³ No segundo semestre de 2013 os benefícios da PRAE passaram a ser solicitados por meio do Sistema de Benefícios da PRAE, um *software* on-line da pró-reitoria. Nesse primeiro semestre de transição não ocorreram registros da quantidade estudantes inscritos por *campi*, apenas da UFSC como um todo, sendo que foram realizadas 2.656 inscrições e 1.801 estudantes foram contemplados.

⁴⁴ Segundo o Relatório REUNI do Campus de Curitibanos, “o auxílio [moradia] evoluiu do pagamento de quatro parcelas semestrais, depois para cinco até o primeiro semestre de 2013 e a concorrência era semestral. A partir do segundo semestre de 2013 tanto a concorrência quando os pagamentos passaram a ser anuais, sendo assim, ao final de cada período de um ano o estudante entra novamente na concorrência pelo auxílio” (UFSC/CBS, 2015e).

possui regulamentação específica, contando apenas com as normas dos editais semestrais. Para que o estudante possa concorrer ao benefício ele precisa comprovar o pagamento de aluguel e que sua família não reside no município onde se localiza o campus no qual está matriculado ou reside na área rural do mesmo município e inexistente transporte público diário da localidade até o campus.

Os recursos destinados ao Auxílio Moradia, assim como os da Bolsa Estudantil, também não garantem o acesso de todos os estudantes. Percebe-se que nos semestres de 2010.2, 2011.2, 2012.1 e 2012.2 mais de 80% dos estudantes inscritos foram contemplados com o auxílio, porém, a partir de 2014.1 há uma clara redução no número de estudantes atendidos, chegando a apenas 25,27% nesse semestre e 31,86% em 2015.1 (Tabela 15).

Tabela 15: Estudantes inscritos e contemplados no Programa Auxílio Moradia no Campus de Curitiba da UFSC – 2010.1 a 2015.1⁴⁵.

**ESTUDANTES INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO PROGRAMA
AUXÍLIO MORADIA**

Semestre	Quantidade de Estudantes Inscritos	Quantidade de Estudantes Contemplados	Porcentagem de estudantes contemplados em relação ao número de inscritos
2010.1	59	31	52,54%
2010.2	72	60	83,33%
2011.1	132	86	65,15%
2011.2	115	97	84,34%
2012.1	115	94	81,73%
2012.2	125	124	99,20%
2013.1	160	119	74,27%
2013.2	-- ⁴⁶	144	--
2014.1	91	23	25,27%
2014.2	256	173	67,57%
2015.1	91	29	31,86%

Fonte: Tabela reproduzida do Relatório REUNI produzido pelo Campus de Curitiba da UFSC (UFSC/CBS, 2015e) com adaptações da autora.

⁴⁵ Não há registros do primeiro semestre de existência do Campus de Curitiba em 2009.2.

⁴⁶ Assim como a Bolsa Estudantil, o Auxílio Moradia passou a ser solicitado via Sistema de Benefícios da PRAE a partir do segundo semestre de 2013 não ocorrendo o registro de inscrições por *campi*.

Sem um prédio próprio de moradia estudantil e com os elevados valores dos aluguéis no município de Curitiba, o auxílio moradia viria a contribuir minimamente com parte do valor pago pelos estudantes em aluguel – em 2015 o valor do Auxílio Moradia era de R\$ 250,00 mensais. Porém, com cerca de 70% dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil sem acesso nem mesmo esse valor, a permanência estudantil fica prejudicada. Mais um aspecto que demonstra que apesar da ampliação do acesso à Educação Superior oportunizada pelo REUNI se faz insuficiente pelo não acompanhamento de uma Política de Assistência Estudantil universal – que não atende nem aos que dela necessitam.

Quanto ao RU, conforme já apresentado, o Campus de Curitiba – assim como os *campi* de Joinville e Araranguá – não possui estrutura própria, oferecendo o serviço de alimentação – almoço e jantar – aos estudantes por meio de contratação terceirizada. Já o Campus de Blumenau não possui estrutura própria nem terceirizada. Nos campi de Araranguá, Curitiba, Florianópolis e Joinville qualquer estudante regularmente matriculado – graduação e pós-graduação – pode acessar o RU por meio da compra do passe e, estudantes de graduação que se enquadram no perfil atendido pela assistência estudantil, podem acessar o RU gratuitamente.

Os estudantes do Campus de Curitiba levantaram, durante a mobilização realizada no ano de 2015, a necessidade de melhoras no serviço do RU, como a necessidade de criação de um cardápio que vise atender aos estudantes com algum tipo de intolerância e também aos vegetarianos; a inserção de alimentos orgânicos no cardápio, incentivando o consumo desses alimentos, além da produção e consumo dos produtos agrícolas locais; e o oferecimento de café da manhã. Além disso, os estudantes apontaram a necessidade de que a PRAE garantisse a transparência quanto ao custeio dos passes do RU, informando de que fonte são alocados os recursos e se esses vem cobrindo também os custos dos passes utilizados pelos servidores docentes e TAEs.

No Relatório do REUNI do Campus de Curitiba ocorreu o apontamento de que na proposta da UFSC enviada ao MEC para adesão ao programa em 2007, previa enquanto meta da Assistência Estudantil ações voltadas apenas para o Campus de Florianópolis – ampliar atendimento do RU, ampliar vagas na moradia estudantil, viabilizar acompanhamento psicossocial aos estudantes da moradia, implementar programas de prevenção e atenção à saúde mental dos estudantes da UFSC – sendo que no mesmo documento previa-se a criação dos *campi* interiorizados (UFSC/CBS, 2015e).

Ressalta-se, porém, que a permanência estudantil não passa somente pela questão financeira. O próprio PNAES prevê que se compreende como ações da assistência estudantil “moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico” (BRASIL, 2010), questões essas, nem todas atendidas na UFSC, sobretudo nos *campi*. Enquanto o Campus de Florianópolis oferece isenções de inscrições em cursos de línguas estrangeiras e atividades esportivas, pela própria estrutura existente, já nos *campi* esses serviços não são viabilizados.

Durante as mobilizações realizadas no Campus os estudantes apontaram a necessidade de haver, minimamente, um apoio pedagógico de línguas estrangeiras com a finalidade de facilitar o acesso a periódicos e materiais pedagógicos publicados em outros idiomas, assim como contribuir na elaboração de trabalhos científicos para publicação em línguas estrangeiras e possibilitar o conhecimento de outros idiomas imprescindíveis na realização de intercâmbios (CUMULO, 2015).

Outra questão que se coloca como primordial para a permanência estudantil é o acompanhamento psicológico e pedagógico dos estudantes. Atualmente no Campus de Curitiba não há a presença desses profissionais, o que prejudica o acompanhamento de estudantes com dificuldades pedagógicas e com necessidade de acompanhamento psicológico, também responsáveis pela evasão e não garantia de permanência.

Cabe um breve destaque ao enfoque focalizador da política de assistência estudantil, que acaba por atender apenas determinados segmentos e de forma paliativa, sem mudanças estruturais que propiciem o acesso e permanência universais ao ensino público. Dessa forma, a política de assistência estudantil acaba adquirindo um teor de “assistencialização”, como uma forma precária e que acarreta em uma seletividade para o acesso às mínimas condições de permanência estudantil.

Apresentadas algumas características gerais dos estudantes de graduação, sobretudo das formas de ingresso e permanência, no próximo item buscar-se-á a descrição de elementos mais específicos, os quais compõem o perfil do estudante de graduação com Campus de Curitiba.

5.2 Perfil do Estudante de Graduação

No último item dessa dissertação apresentar-se-á o perfil do estudante de graduação do Campus de Curitiba. O Campus, enquanto

parte do REUNI e consequentemente da última etapa presenciada do processo de contrarreforma da Educação Superior no Brasil, apresenta elementos próprios desse período. Conforme abordado anteriormente, essa unidade universitária vivenciou diversos dos aspectos relacionados à precarização das condições de trabalho, de infraestrutura, de quadro funcional, de recursos, de permanência estudantil entre outros. Porém, ao mesmo tempo o Campus de Curitiba se apresenta como uma possibilidade de acesso à Educação Superior pública de uma classe social historicamente desprovida desse direito, tanto por meio de políticas que possuem como intenção uma reparação, assim como a sua localização em um espaço geográfico com tamanhas particularidades regionais, conforme também já apontado.

É nesse sentido que será traçado o perfil do estudante de graduação do Campus de Curitiba, demonstrando a diferenciação deste em relação ao perfil do estudante da UFSC como um todo, assim como na relação com os demais *campi*. Para isso serão utilizados dados do CAGR e da COPERVE.

Os dados da COPERVE são resultantes dos relatórios emitidos a cada vestibular, sobretudo do Questionário Socioeconômico que os candidatos respondem no momento em que realizam sua inscrição para o vestibular, no qual está arrolada uma série de perguntas que descrevem sua situação socioeconômica. Para a elaboração dos gráficos apresentados nesse item utilizou-se de dados dos concursos vestibulares 2009 Suplementar, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. A definição desse período deve-se ao fato de que o primeiro vestibular com vagas para os *campi* de Araranguá, Curitiba e Joinville foi o Suplementar do ano de 2009. Como o Campus de Blumenau contou com vagas para o vestibular apenas a partir de 2014, foram respeitadas as devidas proporções no momento de calcular as médias percentuais⁴⁷.

Aponta-se que nos dados e gráficos apresentados, quando se refere à UFSC, são considerados dados gerais da instituição, portanto, incluindo seus cinco *campi*: Araranguá, Blumenau, Florianópolis, Joinville e inclusive Curitiba. Ressalta-se também que em alguns momentos do texto diferencia-se a UFSC como um todo como “UFSC” e o Campus de Curitiba como “Curitiba”, com a finalidade de dar fluidez ao texto, mas sem nenhuma intenção de considerar o Campus

⁴⁷ Alguns dos gráficos foram elaborados pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba, hoje composto por apenas duas assistentes sociais; e outros foram produzidos pela própria autora. Todos os gráficos foram elaborados a partir de dados disponibilizados pela COPERVE.

como alheio à UFSC, pois os dados referentes a essa unidade foram também incluídos na tabulação de informações gerais sobre a universidade.

Utilizou-se dados apenas dos estudantes classificados no vestibular, ou seja, daqueles que teoricamente ingressaram na UFSC. Ressalta-se que nem todos os candidatos classificados efetivamente realizam sua matrícula, sendo que as vagas não ocupadas são destinadas a outras chamadas do vestibular ou outras formas de ingresso, como por exemplo, editais de vagas remanescentes, transferências, retornos ou via SiSU. Entende-se que esses dados não correspondem exatamente à realidade dos estudantes da UFSC, porém, permitem uma aproximação de suas principais características e também das particularidades do Campus de Curitiba.

Apresentados no item anterior dados mais gerais dos estudantes matriculados nos cursos de graduação do Campus de Curitiba, caracterizar-se-á então o perfil deste mesmo estudante. No que diz respeito ao Estado Civil dos estudantes do Campus de Curitiba da UFSC, a grande maioria é de solteiros (97,92%) com uma mínima parcela de casados (1,49%), divorciados (0,21%) e outros (0,37%). Esses dados são equivalentes aos da UFSC como um todo, onde a porcentagem de solteiros é de 95,51%. Os cursos dos *campi* também acompanham a mesma porcentagem: Ciências Rurais 97,62%, Agronomia 96,87%, Engenharia Florestal 98,49% e Medicina Veterinária, 98,44%.

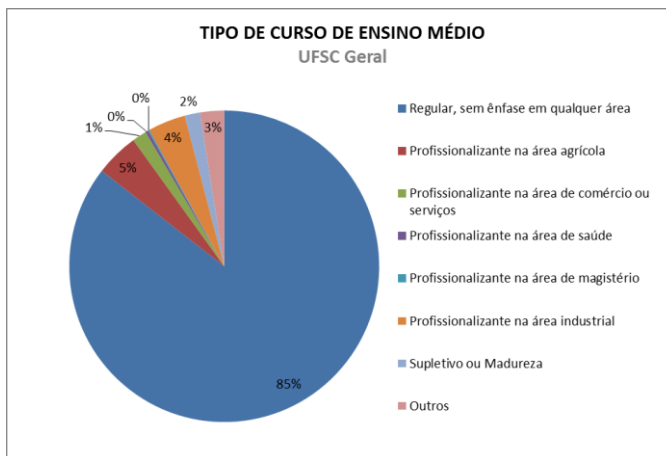
Quanto à região do Brasil de origem do estudante também há uma predominância na região Sul, sobretudo do estado de Santa Catarina. No Campus de Curitiba 98,11% dos estudantes são oriundos da região Sul, 1,63% da região Sudeste, 0,17% da região Centro-Oeste, 0,09% da região Norte e nenhum das regiões Nordeste. Na UFSC não há um grande diferencial, apenas um aumento na quantidade de estudantes oriundos da região Sudeste, com 6,75%. Da região Sul são 91,34% dos estudantes, Centro-Oeste 1,28%, Nordeste 0,44%, Norte 0,20% e ainda 0,01% de outros países.

Como alguns dos cursos de graduação do Campus de Curitiba apresentam baixa ocupação de vagas pelo Concurso Vestibular, conforme apresentado anteriormente, e com a adesão da UFSC ao SiSU poderia ocorrer uma maior presença de estudantes de outros estados e regiões do país, porém, isso só poderá ser constatado, ou não, passados alguns anos, quando a ocupação das vagas pelo SiSU estiver mais consolidada. Ao mesmo tempo, pensando na ideia de interiorização das universidades federais, acredita-se que o esperado no planejamento dos

campi era justamente que as vagas fossem ocupadas em sua maioria pela população regional. Mais a frente será possível observar a ocupação das vagas pelos estudantes oriundos da Microrregião de Curitiba e de outras microrregiões de Santa Catarina.

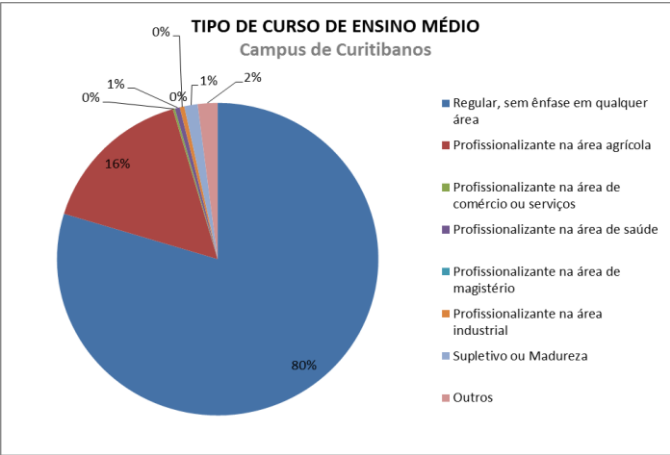
Referente ao tipo de curso de Ensino Médio que o estudante concluiu há um primeiro diferencial entre o Campus de Curitiba da UFSC e os demais, assim como entre seus cursos. Enquanto na UFSC como um todo 85,50% dos estudantes cursaram o Ensino Médio regular, sem ênfase em nenhuma área, no Campus de Curitiba essa porcentagem se reduz para 79,70%. A diferença pode não ser muito expressiva de modo geral, porém, há um importante diferencial no que se refere ao Ensino Médio Profissionalizante na Área Agrícola. Enquanto na UFSC a porcentagem é de 4,53% e os *campi* de Araranguá, Blumenau, Florianópolis e Joinville *juntos* somam apenas 3,69%, no Campus de Curitiba a porcentagem é de 15,80%. Entende-se que esse diferencial deve-se aos próprios cursos do Campus na área das ciências agrárias. (Figura 04; Figura 05; Figura 06).

Figura 04: Tipo de curso de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC.



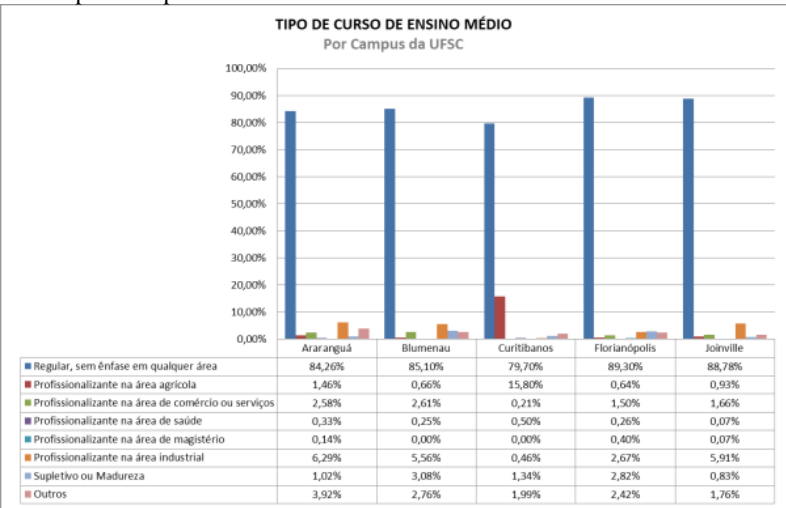
Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 05: Tipo de curso de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibaanos da UFSC.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

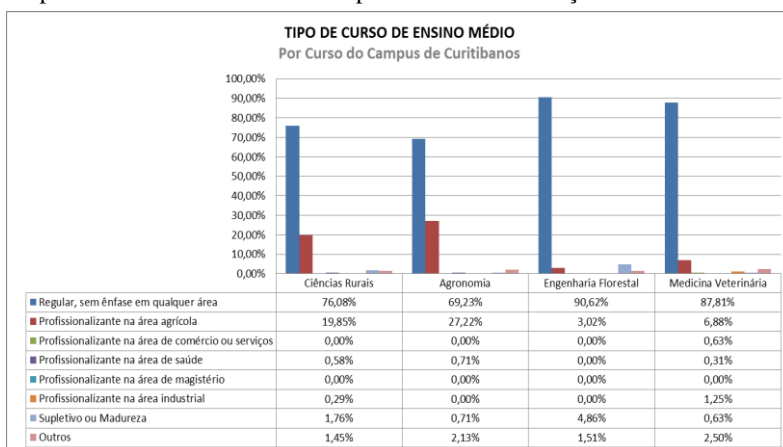
Figura 06: Tipo de curso de Ensino Médio dos estudantes de graduação da UFSC – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibaanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

No comparativo entre os cursos de graduação do Campus de Curitiba há uma maior incidência de estudantes que concluíram o Ensino Médio Profissionalizante na Área Agrícola nos cursos de Ciências Rurais (19,85%) e Agronomia (27,22%), sendo que nos cursos de Medicina Veterinária e Engenharia Florestal esse percentual é reduzido (6,88% e 3,02% respectivamente) (Figura 07).

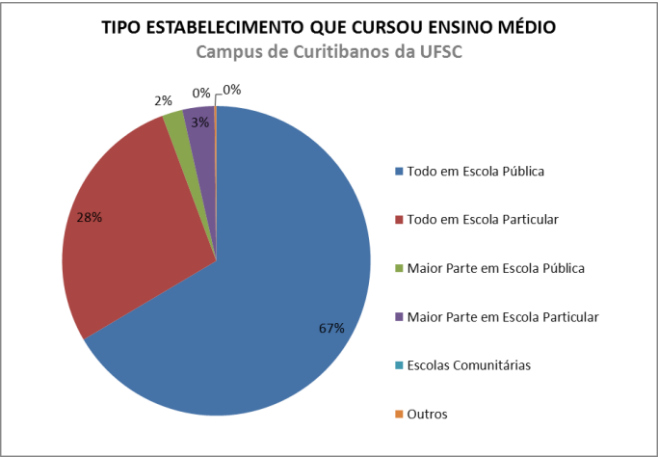
Figura 07: Tipo de curso de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitiba da UFSC – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

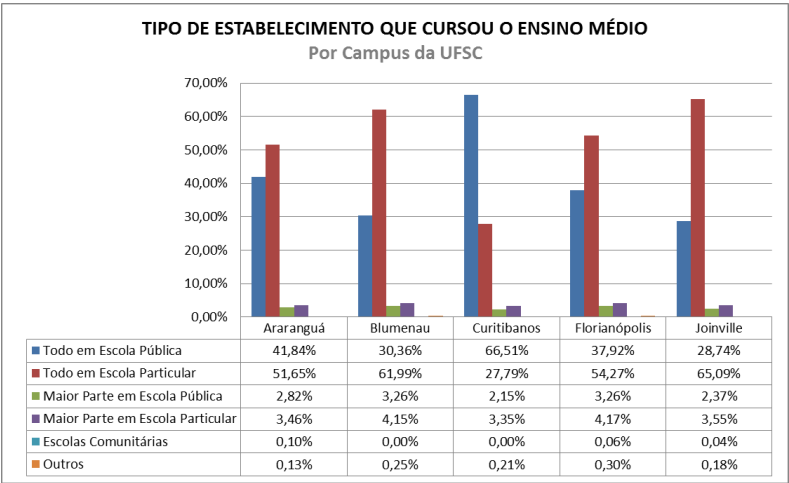
Quanto ao tipo de estabelecimento onde o estudante cursou o Ensino Médio há outra diferença do Campus de Curitiba em relação aos demais. Enquanto a UFSC, assim como particularmente os *campi* de Araranguá, Blumenau, Florianópolis e Joinville possuem uma maior quantidade de estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola particular, o Campus de Curitiba tem a maior quantidade de estudantes oriundos de escola pública. A UFSC possui 55,13% de estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em instituição privada de ensino e 37,38% em instituição pública de ensino; já o Campus de Curitiba possui apenas 27,79% dos estudantes oriundos de escola privada e 66,51% de escola pública (Figura 08; Figura 09).

Figura 08: Tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

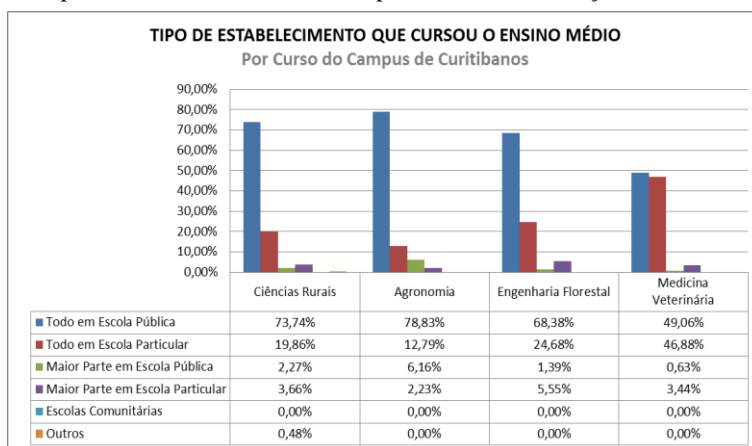
Figura 09: Tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Entre os cursos do Campus de Curitibanos também é possível constatar uma diferença. Enquanto os cursos de Ciências Rurais e Agronomia possuem uma porcentagem de apenas 19,86% e 12,79%, respectivamente, de estudantes oriundos de Ensino Médio realizado todo em escola particular, e 73,74% e 78,83% de escola pública; o curso de Engenharia Florestal possui 24,68% de seus estudantes oriundos de escola particular e 68,38% de escola pública. Porém, a maior diferença está no curso de Medicina Veterinária, que possui 46,88% de seus estudantes oriundos de instituições privadas de ensino e 49,06% de instituições públicas. Essa diferença resulta, provavelmente, do índice de procura de cada curso, sendo que o curso de Medicina Veterinária possui uma demanda maior que os demais cursos⁴⁸ (Figura 10).

Figura 10: Tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.

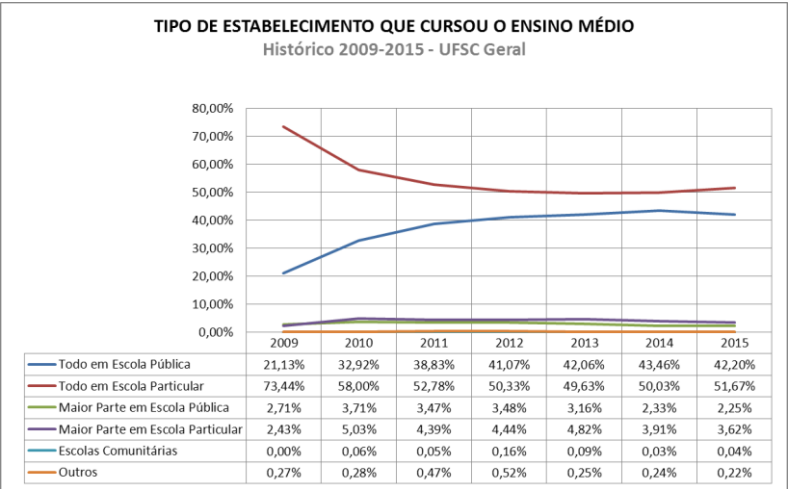


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

⁴⁸ Na relação candidato x vaga do Concurso Vestibular UFSC 2016 o curso de Agronomia possuía 3,94 candidatos por vaga na Classificação Geral; 0,67 na categoria renda per capita bruta familiar até 1,5 salários mínimos - PPI; 2,33 na categoria renda per capita bruta familiar até 1,5 salários mínimos – Outros; 0,50 na categoria renda per capita bruta familiar acima de 1,5 salário mínimo – PPI; e 2,64 na categoria renda per capita bruta familiar acima de 1,5 salário mínimo – Outros. No curso de Engenharia Florestal essa quantidade é respectivamente de 2,20; 0,17; 1,50; 0,17; e 1,27. Já no curso de Medicina Veterinária as quantidades são de 21,39; 3,80; 10,00; 1,20; e 16,33 (UFSC/COPERVE, 2015c).

Outro dado importante a ser observado é o histórico de ingresso de estudantes oriundos de escola pública e privada na UFSC e a diferença desse histórico no Campus de Curitibanos. Enquanto na UFSC há um histórico crescimento da porcentagem de estudantes oriundos de escola pública e decréscimo de estudantes oriundos de escola privada, no Campus de Curitibanos não é algo tão linear (Figura 11; Figura 12).

Figura 11: Histórico do tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC (2009-2015).

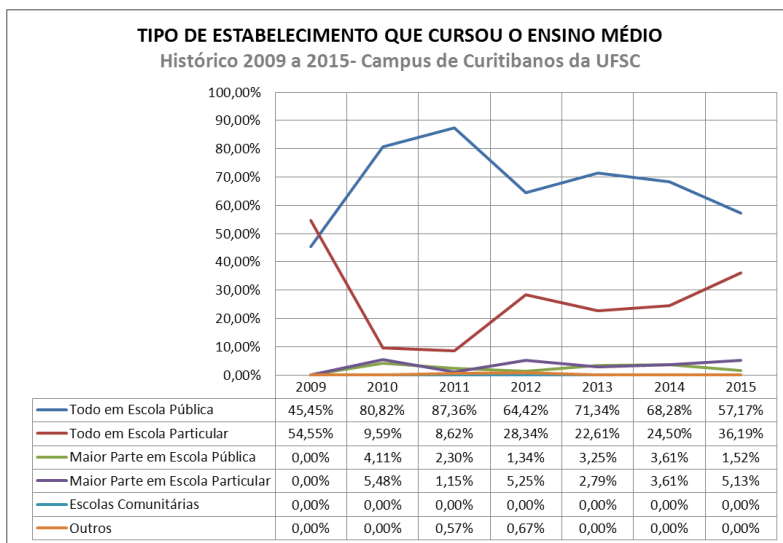


Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

No primeiro vestibular com vagas para os cursos do Campus em 2009, houve uma quantidade maior de estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola privada do que em escola pública (54,55% e 45,45% respectivamente); no ano de 2010 há um salto na quantidade de estudantes oriundos de escolas públicas (80,82%) e redução dos estudantes oriundos de escolas privadas (9,59%); no ano de 2011 o quadro permanece muito próximo ao ano anterior (87,36% pública e 8,62% privada); já no ano de 2012, primeiro ano com ingresso para o curso de Medicina Veterinária, o quadro vai se modificando, com 64,42% de ingressos de escola pública e 28,34% de escola privada; em 2013 (71,34% escola pública e 22,61% escola privada) e 2014 (68,28% escola pública e 24,50% escola privada) há algumas oscilações, e no ano

de 2015 há uma maior aproximação entre as duas modalidades, sendo 57,17% de ingresso de estudantes oriundos de instituições públicas e 36,19% de instituições privadas (Figura 12).

Figura 12: Histórico do tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC (2009-2015).

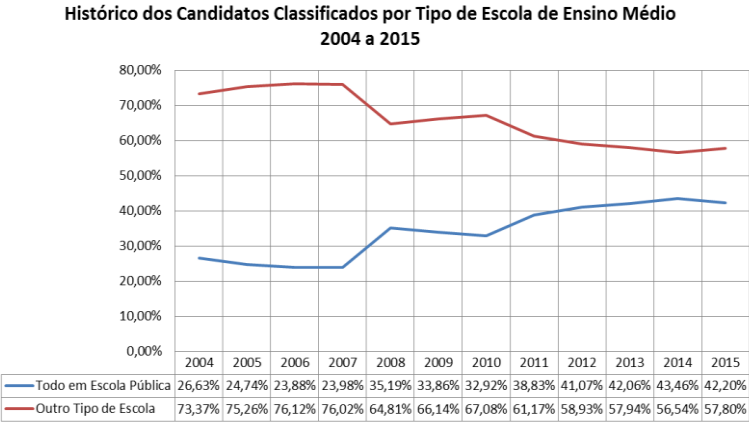


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Se observarmos o histórico da UFSC desde o ano de 2004, aparentemente, o Campus de Curitibanos estaria fazendo o caminho contrário ao da instituição de um modo geral, pois enquanto há um aumento de estudantes oriundos de escolas públicas na UFSC, no Campus de Curitibanos, em níveis percentuais, há uma redução. Porém se analisarmos com mais atenção, percebe-se que o que ocorre é uma maior aproximação entre a realidade da UFSC geral e do Campus em específico. É perceptível que a partir de 2008, primeiro vestibular da UFSC com ingresso via PAA, ocorre o aumento de estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública, o que já é a realidade do Campus de Curitibanos desde o seu início, principalmente a partir de 2010, quando a UFSC já contava com categorias de ingresso via PAA de estudantes oriundos de escolas públicas, porém a quantidade de

ingressos dessa categoria ultrapassava a porcentagem de vagas disponíveis (Figura 13).

Figura 13: Histórico do tipo de estabelecimento de Ensino Médio do estudante de graduação da UFSC (2004-2015).



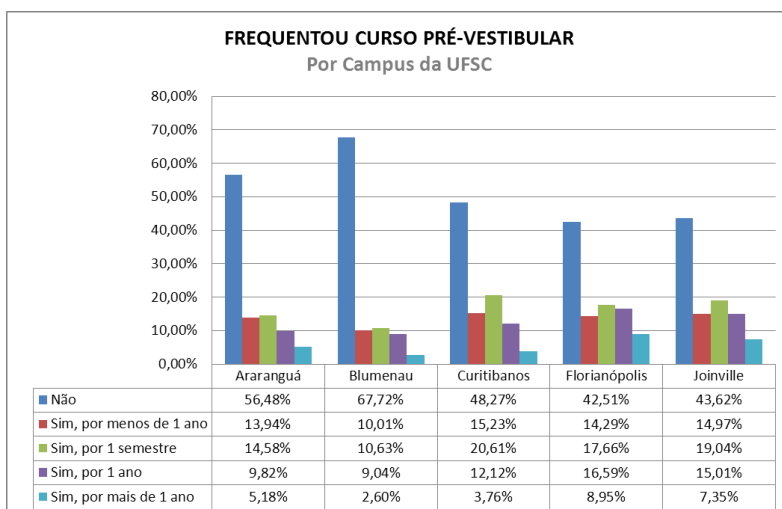
Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2015d).

A partir do Vestibular UFSC 2016, a instituição teve 50% das vagas destinadas à PAA na modalidade Escola Pública: 25% para candidatos com renda familiar bruta mensal igual, ou inferior, a 1,5 salário mínimo per capita (32% PPI e 68% demais candidatos) e 25% para candidatos com renda familiar bruta mensal superior 1,5 salário mínimo per capita (32% PPI e 68% demais candidatos) (UFSC/COPERVE, 2015a) . Dentro de alguns anos será possível observar se ocorreu uma aproximação ainda maior entre Campus Curitibanos e UFSC como um todo em relação a essa categoria de ingresso.

Em relação ao turno em que cursou o Ensino Médio, tanto na UFSC como um todo, quanto especificamente no Campus de Curitibanos a maioria dos estudantes cursou todo o Ensino Médio em período diurno (82,70% UFSC e 80,73% Curitibanos). Na UFSC 7,71% cursaram o Ensino Médio a maior parte no período diurno, 6,34% todo em período noturno e, 3,25% a maior parte no período noturno. No Campus de Curitibanos a porcentagem é de 8,47%, 7,04% e 3,75% respectivamente.

Assim como na UFSC, os estudantes do Campus de Curitiba nos em sua maioria, não realizaram cursinho pré-vestibular: 43,06% na UFSC e 48,27% no Campus de Curitiba. Entre os que realizaram cursinho pré-vestibular, a maioria o fez por um semestre (18,54% na UFSC e 20,61% em Curitiba); 14,51% dos estudantes da UFSC realizaram cursinho pré-vestibular por menos de um ano e 15,23% dos estudantes do Campus de Curitiba; 15,49% dos estudantes da UFSC e 12,12% dos estudantes de Curitiba realizaram cursinho pré-vestibular durante um ano e; 8,40% dos estudantes da UFSC e 3,76% dos estudantes de Curitiba realizaram cursinho pré-vestibular por mais de um ano (Figura 14).

Figura 14: Realização de curso pré-vestibular pelo estudante de graduação da UFSC – por Campus.

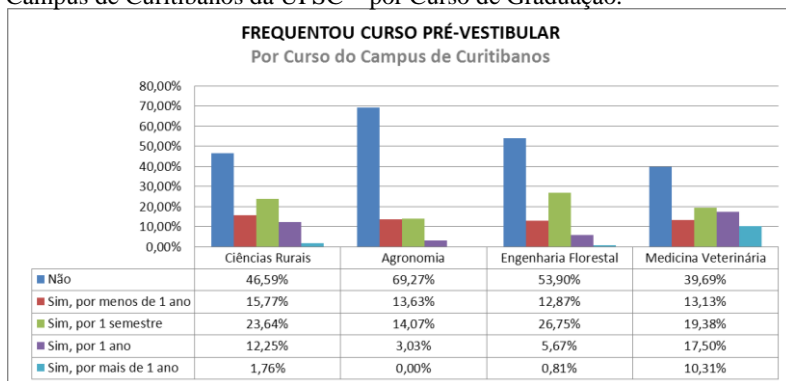


Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Há uma pequena diferença quando analisamos esse dado no interior dos cursos de graduação do Campus de Curitiba da UFSC. No curso de Medicina Veterinária há uma redução no número de estudantes que nunca realizaram cursinho pré-vestibular, apesar dessa característica ainda ser a predominante. Nesse curso há também uma elevação no número de estudantes que realizaram cursinho por mais de um ano se comparado com os demais cursos do Campus. Enquanto

Ciências Rurais possui uma porcentagem de 1,76% de estudantes que realizaram cursinho pré-vestibular por mais de um ano, Engenharia Florestal 0,81% e Agronomia nenhum; o curso de Medicina Veterinária possui 10,31% de seus estudantes com essa característica (Figura 15).

Figura 15: Realização de curso pré-vestibular pelo estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.

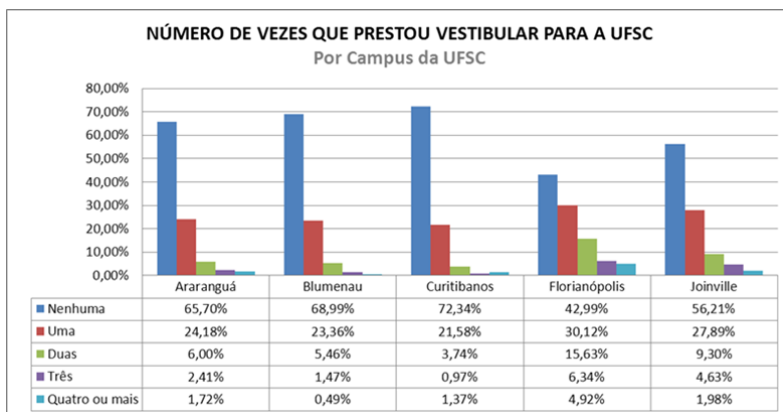


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

No que diz respeito ao número de vezes que o estudante prestou vestibular na UFSC, o Campus de Curitibanos é a unidade na qual há mais estudantes que não haviam realizado nenhuma vez o vestibular quando responderam ao questionário da COPERVE⁴⁹: 72,34%, diferenciando-se principalmente dos *campi* de Florianópolis e Joinville: 42,99% e 56,21% respectivamente. Nos cursos do Campus de Curitibanos, apesar de não ocorrer diferenciações significativas, novamente Medicina Veterinária apresenta pequena distinção em relação aos demais, apresentando 63,44% de estudantes que realizavam pela primeira vez o vestibular, enquanto no curso de Ciências Rurais essa porcentagem é de 74,26%, na Agronomia 88,30% e na Engenharia Florestal 80,06% (Figura 16; Figura 17).

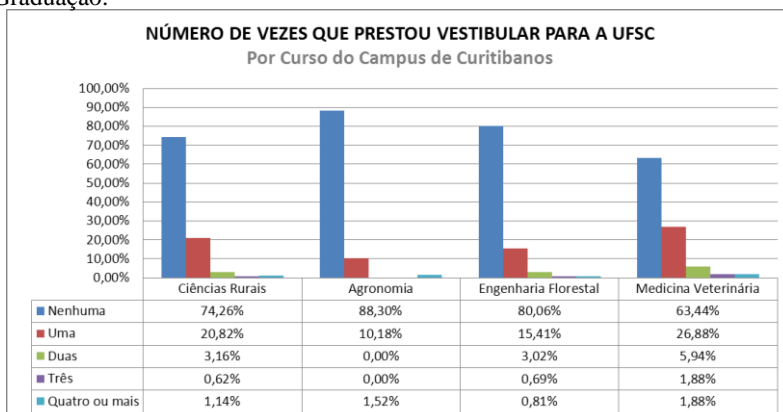
⁴⁹ Ou seja, estavam realizando o Concurso Vestibular da UFSC pela primeira vez. Ressalta-se, como apresentado anteriormente, que os dados utilizados para a elaboração dos gráficos e descrição nessa dissertação foram apenas dos candidatos classificados no número de vagas oferecidas em cada um dos concursos vestibulares.

Figura 16: Número de vezes que o estudante de graduação da UFSC prestou vestibular na instituição – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 17: Número de vezes que o estudante de graduação do Campus de Curitiba da UFSC prestou vestibular na instituição – por Curso de Graduação.

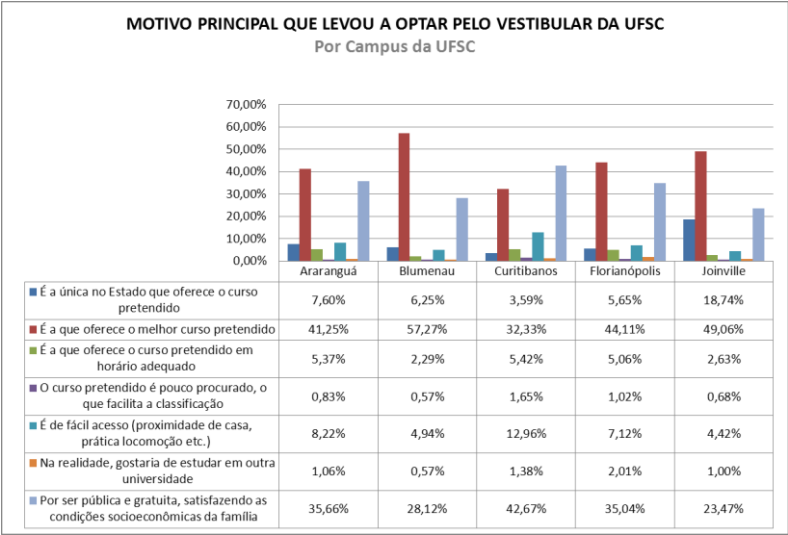


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Já os motivos para escolha da UFSC de realização do vestibular, tanto na UFSC como em cada um dos *campi* os principais motivos

dividem-se em: “é a que oferece o melhor curso pretendido” e “por ser pública, gratuita, satisfazendo as condições socioeconômicas da família”. Porém, enquanto a maior porcentagem de estudantes dos *campi* de Araranguá, Blumenau, Florianópolis e Joinville optou pelo primeiro motivo citado, os estudantes de Curitiba optaram pelo segundo, portanto, 42,67% dos estudantes desse Campus escolheram a UFSC por essa ser pública, gratuita, satisfazendo assim as condições socioeconômicas do grupo familiar (Figura 18).

Figura 18: Motivo principal que levou o estudante de graduação da UFSC a optar pelo vestibular da instituição – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Apesar de não existir grande diferenciação nas porcentagens, o Campus de Curitiba é a unidade que mais optou pela UFSC porque “é de fácil acesso (proximidade de casa, prática locomoção etc.)”. Enquanto na UFSC em geral a porcentagem por essa opção é de 8,13%, em Curitiba é de 12,96%.

Se compararmos essa afirmação de que o Campus é de fácil acesso aos estudantes que optam pelos cursos dessas unidades com alguns dos dados do Relatório REUNI (UFSC/CBS, 2015e), é possível constatar que, se comparando com as demais microrregiões do estado de

Santa Catarina, a maioria é da Microrregião de Curitibaanos (35,72%). Dessa forma, a existência de um campus de uma universidade federal da região propiciou também o acesso da população local ao ensino público e gratuito (Tabela 16).

Tabela 16: Microrregiões de origem do estudante de graduação do Campus de Curitibaanos da UFSC.

MICRORREGIÕES DE ORIGEM DOS ESTUDANTES DO CAMPUS DE CURITIBANOS					
MICRORREGIÕES	AGR	CCR	EFL	VET	TOTAL
Curitibaanos	36,40%	46,67%	47,40%	15,25%	35,72%
Joaçaba	13,24%	1,00%	6,49%	13,56%	11,29%
Florianópolis	2,57%	4,67%	2,60%	12,99%	5,44%
Canoinhas	6,62%	7,33%	3,90%	2,26%	5,18%
Campos de Lages	6,99%	4,00%	4,55%	3,39%	5,05%
Concórdia	4,78%	4,00%	1,30%	0,00%	2,79%
Chapecó	2,57%	1,33%	2,60%	3,39%	2,52%
Blumenau	0,74%	0,00%	0,65%	8,47%	2,39%
Xanxerê	2,57%	3,33%	1,30%	0,56%	1,99%
Tubarão	0,37%	0,67%	1,95%	4,52%	1,73%
Joinville	0,37%	0,00%	0,65%	5,08%	1,46%
Araranguá	0,00%	0,00%	0,65%	4,52%	1,20%
São Miguel do Oeste	0,74%	0,67%	1,30%	1,13%	0,93%
Rio do sul	0,74%	0,00%	0,00%	2,82%	0,93%
São Bento do Sul	0,37%	0,67%	1,30%	0,56%	0,66%
Itajaí	0,74%	0,00%	0,00%	1,69%	0,66%
Tijucas	0,74%	0,00%	0,00%	1,69%	0,66%
Criciúma	0,00%	0,67%	1,30%	0,56%	0,53%
Tabuleiro	0,37%	0,67%	0,65%	0,00%	0,40%
Ituporanga	0,00%	0,00%	0,65%	0,56%	0,27%
Região Sul (menos SC)	11,40%	8,67%	7,79%	11,86%	10,23%
Região Sudeste	5,51%	5,33%	9,09%	3,95%	5,84%
Região Centro-Oeste	1,10%	0,67%	1,30%	0,56%	0,93%
Região Norte	0,74%	0,67%	1,95%	0,00	0,80%
Região Nordeste	0,37%	0,67%	0,65%	0,56%	0,40%

Fonte: Tabela reproduzida do Relatório REUNI produzido pelo Campus de Curitibaanos da UFSC (UFSC/CBS, 2015e) com adaptações da autora.

A Microrregião de Joaçaba, limítrofe a de Curitibaanos, também apresenta uma quantidade de alunos mais significativa, se comparada com as demais microrregiões, (11,29%). As Microrregiões de Florianópolis, Canoinhas e Lages apresentam uma porcentagem

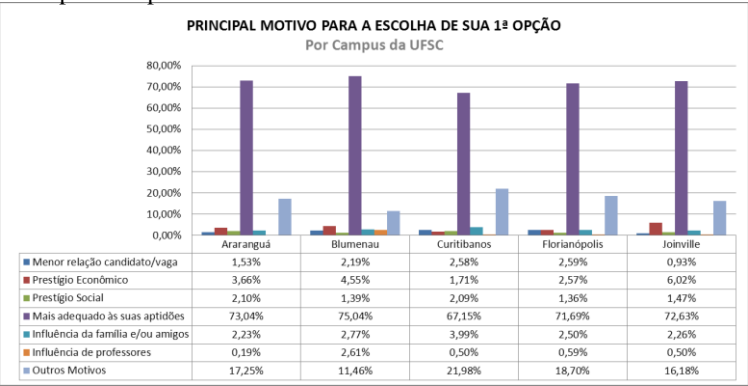
parecida de estudantes (5,44%, 5,18% e 5,05% respectivamente); seguidas das Microrregiões de Concórdia, Chapecó e Blumenau (2,79%, 2,52% e 2,39% respectivamente) (Tabela 16).

Além disso, é possível observar algumas particularidades no que diz respeito aos cursos de graduação do Campus de Curitiba. Nos quatro cursos de graduação do Campus, há uma prevalência de estudantes oriundos da própria microrregião de Curitiba. Porém, no curso de Medicina Veterinária, a quantidade de estudantes da microrregião de Curitiba não é significativamente elevada no comparativo com o número de estudante oriundos das microrregiões de Joaçaba e Florianópolis.

O curso de Medicina Veterinária apresenta, também, maior quantidade de estudantes oriundos das Microrregiões de Blumenau, Tubarão, Joinville e Araranguá no comparativo com os demais cursos de graduação. Salienta-se assim que, em um curso de maior demanda como é o caso do curso de Medicina Veterinária, o alcance da população local torna-se mais restrito, tendo em vista, o contexto sócio histórico já apresentado.

Nos dados relacionados aos motivos da escolha do curso há uma predominância tanto da UFSC, como no Campus de Curitiba em específico a opção do curso de graduação por ser o que se adequa às aptidões do estudante: 71,0% na UFSC e 67,15% em Curitiba (Figura 19).

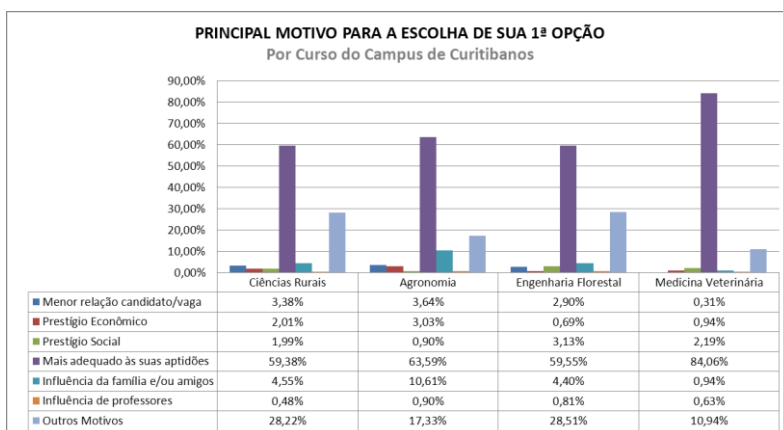
Figura 19: Principal motivo pela escolha do curso de graduação do estudante da UFSC – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Há uma porcentagem bastante reduzida nas opções com menor relação candidato vaga (1,95% UFSC e 2,58% Curitibanos), prestígio econômico (3,56% UFSC e 1,71% Curitibanos), prestígio social (1,76% UFSC e 2,09 Curitibanos), influência da família e/ou amigos (2,74% UFSC e 3,99 Curitibanos), influência dos professores (0,56% UFSC e 0,50 Curitibanos); e uma porcentagem maior na opção “outros” (18,39% UFSC e 21,98% Curitibanos), que não detalham quais seriam os motivos (Figura19). Nos cursos de graduação do Campus de Curitibanos segue a mesma linha, com um aumento na quantidade de estudantes do curso de Medicina Veterinária que optaram pelo curso pela maior aptidão (84,06%) (Figura 20).

Figura 20: Principal motivo pela escolha do curso de graduação do estudante do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.

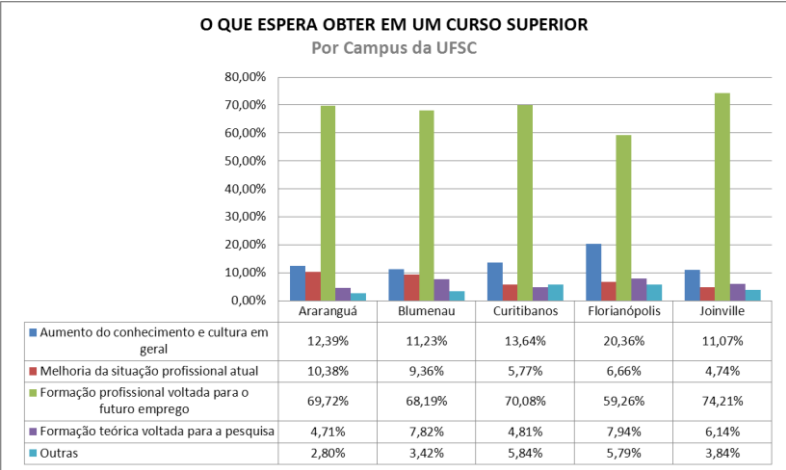


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Quanto à expectativa do que os estudantes esperam obter em um curso superior, tanto na UFSC, quanto nos *campi* e nos cursos de graduação do Campus de Curitibanos, a maioria espera obter formação profissional voltada para o futuro emprego (62,18% na UFSC e 70,08% em Curitibanos). Outra parcela menor espera o aumento do conhecimento da cultura em geral (18,23% na UFSC e 13,64% em Curitibanos); formação teórica voltada para a pesquisa (7,64% na UFSC e 4,81% em Curitibanos); melhoria da situação profissional atual (6,70%

na UFSC e 5,77% em Curitibanos) e; outros motivos não específicos (5,25% na UFSC e 5,84% em Curitibanos) (Figura 21).

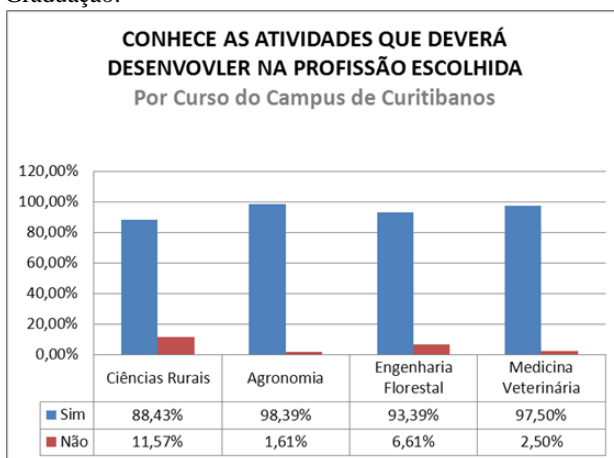
Figura 21: O que o estudante de graduação da UFSC espera obter em um curso superior – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

A maioria dos estudantes da UFSC, assim como do Campus Curitibanos afirmam conhecer as atividades que deverá desenvolver na profissão escolhida, correspondendo a 92,69% dos estudantes da UFSC em geral e 92,55% do Campus de Curitibanos em específico. Destaca-se uma porcentagem pouco mais elevada de estudantes do curso de Ciências Rurais que desconhecem as futuras atividades que irão desenvolver, chegando a 11,57%, sendo que no primeiro semestre de ingresso no curso essa porcentagem foi de 18,18%. Com a abertura de ingresso para os demais cursos do Campus a porcentagem de estudantes que afirmam desconhecer as atividades reduziu, assim como essa resposta dentro do próprio curso de Ciências Rurais (Figura 22).

Figura 22: Conhecimento do estudante de graduação do Campus de Curitiba da UFSC sobre as atividades que irá desenvolver na profissão escolhida – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Portanto, mais um elemento que possibilita a reflexão acerca dos BIs, é que não apresentam um conhecimento da sociedade sobre esse tipo de formação, sendo que os estudantes que ingressam no curso de Ciências Rurais, por exemplo, demonstram não conhecer as atividades realizadas pela futura profissão. Aponta-se, também, a possibilidade de que os candidatos ao curso de Ciências Rurais estariam optando pelo curso pela proximidade de seus municípios de origem, sendo este o único oferecido no Campus até o ano de 2012 e não pelo interesse propriamente dito pela futura profissão.

Em busca ao Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior o único curso superior no Brasil de Ciências Rurais é o do Campus de Curitiba da UFSC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016). Percebe-se, assim, que o curso foi criado apenas na UFSC, portanto histórica e socialmente pouco conhecido. A própria definição do Curso no Projeto Pedagógico é generalista e não apresenta com clareza as atividades que serão profissionalmente desenvolvidas pelo bacharel em Ciências Rurais. Segundo documento:

Como ferramenta para a formação de um profissional em Ciências Rurais, a formação continuada oportuniza o amadurecimento da

opção profissional e permite que o aluno, durante sua formação, tenha uma visão ampla sobre suas opções. A formação contemplada com a visão holística, resultante da soma do conhecimento generalista básico e profissional permite o acompanhamento do avanço científico e tecnológico. Os aspectos da formação continuada possibilitarão ao Curso de Ciências Rurais priorizar a formação em competências generalistas. Por outro lado, os cursos que delinearão a formação profissionalizante devem oportunizar a formação em competências tecnológicas específicas de cada profissão [...]. A formação acadêmica do Bacharel em Ciências Rurais deverá se desenvolver sobre os seguintes eixos temáticos: i) Linguagens e códigos; ii) Ciências humanas; iii) Ciências exatas; iv) Ciências da natureza; v) Ciências biológicas; e vi) Ciências agrárias (UFSC/CBS, 2011b, p.9-10).

O Projeto Pedagógico do curso aponta ainda, de maneira também ampla, o perfil do egresso do curso, porém apresenta com clareza seu alinhamento com os princípios da acumulação flexível, com a formação de um profissional que acompanhe as novas tendências, apto e flexível, com facilidade no aprendizado de novas e inesperadas tarefas, com uma formação eclética, capaz de contribuir com a inovação, com espírito empreendedor, com competências generalistas etc. (UFSC/CBS, 2011b).

[...] o recém formado poderá atuar em sua profissão de forma a acompanhar as novas tendências e participar de forma crítica em seu campo de trabalho. Este profissional será considerado mais apto e flexível, com facilidade no aprendizado de novas e inesperadas tarefas e, assim, enfrenta melhor eventuais crises no mercado do trabalho. O Bacharel em Ciências Rurais é um cidadão apto a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, com formação eclética que lhe permite a ampliação de conhecimentos e competências cognitivas, com sólida formação acadêmico-científica, com espírito crítico e capacidade de discernimento ético, social e político que lhe permitem contribuir para a solução de problemas cada vez mais complexos da

vida pública e, principalmente, preparados para a escolha da formação profissional. É esperado que este Bacharel tenha as seguintes características: ser flexível; ser capaz de contribuir para a inovação, demonstrando criatividade; ser capaz de enfrentar a incerteza; estar animado pelo desejo de aprender ao longo da vida; ter sensibilidade social e aptidão para a comunicação; ser capaz de trabalhar em equipe; ter espírito empreendedor; preparar-se para a internacionalização do mercado, familiarizando-se com culturas diferentes; e possuir largo espectro de competências generalistas em variados campos do conhecimento, especialmente das novas tecnologias, que são a essência das diversas competências profissionais da área das ciências agrárias” (UFSC/CBS, 2011b, p.09-10).

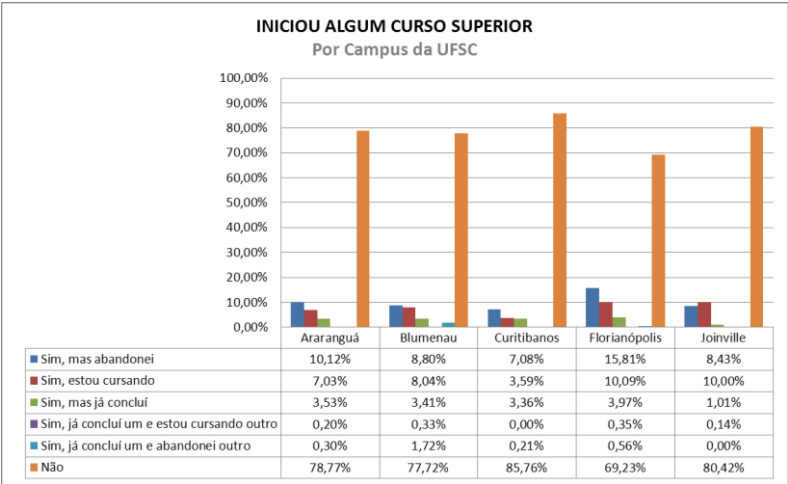
Portanto, há clareza da intenção da formação de um profissional para suprir as atuais necessidades do modo de produção capitalista, da construção de um trabalhador que atenda essas demandas do capital. Segundo Alves (2012) o trabalhador que o atual estágio do capitalismo requer é aquele instigado a produzir pró-ativamente, que encontre soluções mesmo antes dos problemas acontecerem, que seja polivalente, que coloque sua inteligência a serviço do capital, que possua habilidades afetivo-comunicacionais, que saiba trabalhar em equipe, que saiba atuar competitivamente e seja autodisciplinado. Portanto, percebe-se que a proposta de profissional que o curso de Ciências Rurais deve criar está aliado a esse “modelo” de trabalhador.

Grande maioria dos estudantes da UFSC e, em específico do Campus de Curitibanos, nunca iniciou algum curso superior (71,65% na UFSC e 85,76% em Curitibanos). A quantidade de estudantes que concluíram algum curso superior é bastante próxima entre a UFSC (3,60%) e o Campus de Curitibanos (3,36%). Um número bastante reduzido de estudantes já concluiu algum curso superior e, no momento de inscrição no Concurso Vestibular da UFSC, estava cursando ou havia abandonado outro (0,74% na UFSC e 0,21% em Curitibanos). Porém, enquanto na UFSC 9,53% dos estudantes estavam cursando outro curso e 14,48% haviam iniciado e abandonado, em Curitibanos as porcentagens eram respectivamente de 3,59% e 7,08% (Figura 23).

Nos cursos de graduação do Campus de Curitibanos a grande maioria também nunca iniciou algum curso superior. Entre os que já

iniciaram, a maioria acabou abandonando, com números mais altos na Engenharia Florestal (11,47%) e na Medicina Veterinária (10,31%) se comparados com os cursos de Ciências Rurais (5,18%) e Agronomia (5,45%). Já os que iniciaram e no momento do Concurso Vestibular ainda estavam cursando, correspondem a 2,10% nas Ciências Rurais, 4,45% na Agronomia, 1,63% na Engenharia Florestal e 7,19% na Medicina Veterinária. A quantidade de estudantes que iniciaram e já concluíram são de 4,43% nas Ciências Rurais, 0,90% na Agronomia, 0,69% na Engenharia Florestal e 2,81% na Medicina Veterinária.

Figura 23: Estudantes de graduação da UFSC que já iniciaram algum outro curso superior – por Campus.

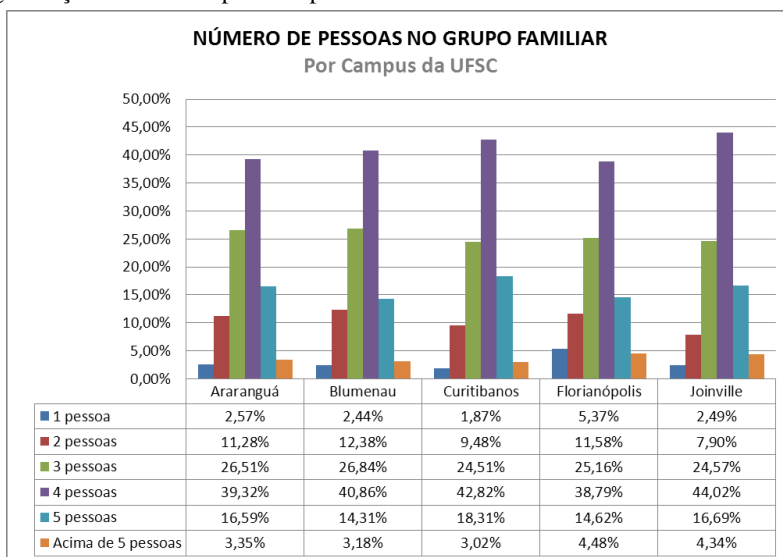


Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

No que concerne aos dados relacionados ao grupo familiar dos estudantes, observa-se que no Campus de Curitibanos da UFSC a maioria das famílias é composta por 4 pessoas (42,82%), seguida por aquelas compostas por 3 (24,51%) e 5 pessoas (18,31%). O número de grupos familiares compostos por 2 pessoas já é reduzido (9,48%) e ainda mais aqueles formados por mais que 5 pessoas (3,02%) ou 1 pessoa (1,87%). Na UFSC, com algumas alterações na porcentagem, a ordem de quantidade de membros é a mesma do Campus de Curitibanos, com

um diferencial nos grupos familiares compostos por apenas 1 pessoa (4,75%) e por mais de 5 pessoas (15,10%) (Figura 24).

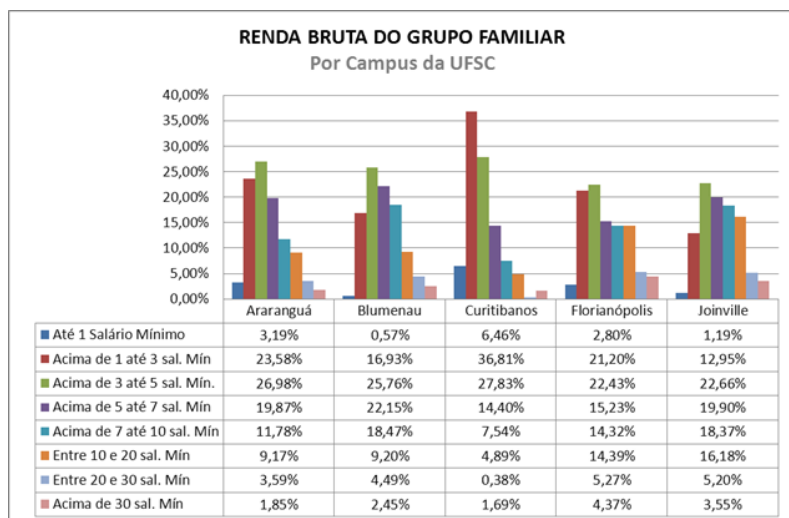
Figura 24: Número de pessoas que compõe o grupo familiar do estudante de graduação da UFSC – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Quanto à renda bruta do grupo familiar o Campus de Curitiba se diferencia da UFSC como um todo e dos demais *campi* por possuir a maior quantidade de estudantes com renda de até 1 salário mínimo mensal ou de 1 até 3 salários mínimos. Enquanto a soma dessas duas categorias na UFSC é de 20,25%, no Campus de Curitiba chega a 43,27%. Na categoria de 3 até 5 salários mínimos o Campus de Curitiba e a UFSC como um todo se aproximam na quantidade de estudantes, sendo 27,83% e 22,94% respectivamente. A partir dos 5 salários mínimos, o Campus de Curitiba passa a ser a unidade com menos quantidade de estudantes, sendo que na categoria de 10 a 20 salários mínimo a UFSC possui uma porcentagem de estudantes três vezes maior que a de Curitiba e na categoria entre 20 e 30 salários mínimos a quantidade de estudantes da UFSC é 13 vezes maior que a de Curitiba (Figura 25).

Figura 25: Renda bruta do grupo familiar do estudante de graduação da UFSC – por Campus.



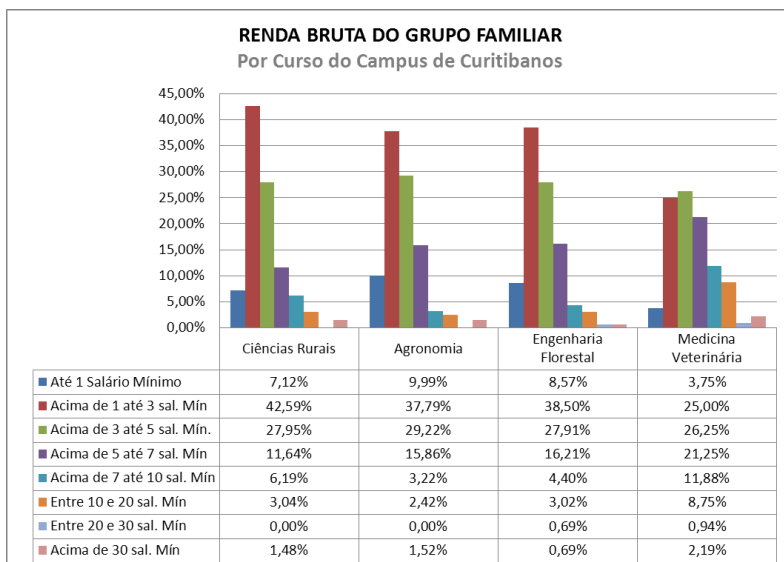
Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Portanto, retomando alguns dos aspectos regionais apresentados no capítulo anterior, percebe-se a diferenciação do espaço geográfico onde está localizado o Campus de Curitibanos, sobretudo em relação às regiões dos demais *campi* da UFSC e como também, este campus vem propiciando o acesso da população regional, sobretudo dos estratos mais baixos da classe trabalhadora. Ressalta-se, porém, que os baixos salários não são uma particularidade da Microrregião de Curitibanos, da Região Serrana ou da Região do Contestado, portanto, apesar desses dados demonstrarem uma possível democratização do ensino em um dos *campi* da UFSC, comprova também, que a UFSC como um todo permanece ainda de difícil acesso à classe trabalhadora.

Entre os cursos de graduação do Campus de Curitibanos há uma clara diferenciação na Medicina Veterinária. Em todos os cursos há uma predominância de grupos familiares com renda entre um e sete salários mínimos, porém, enquanto os grupos familiares que possuem uma renda mensal bruta menor que um salário mínimo nas Ciências Rurais corresponde a 7,12%, na Agronomia a 9,99% e na Engenharia Florestal a 8,57%; no curso de Medicina Veterinária essa quantidade é 3,75%. Já

na faixa de renda de 7 a 20 salários mínimos, as Ciências Rurais tem um percentual de 9,23%, a Agronomia de 5,64% e a Florestal de 7,42%; e a Medicina Veterinária possui um percentual mais elevado, de 20,63%. Percebe-se mais uma vez a distinção de características entre cursos de baixa e de alta demanda (Figura 26).

Figura 26: Renda bruta do grupo familiar do estudante de graduação do Campus de Curitiba da UFSC – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

A procedência de classe dos estudantes na universidade brasileira é também um elemento para refletir, pois o Campus de Curitiba tem determinadas particularidades no comparativo com a UFSC, pois nesse Campus percebe-se uma maior quantidade de estudantes dos estratos mais baixos da classe trabalhadora.

Retomam-se também as particularidades regionais apresentadas anteriormente, pois historicamente a região onde está situado o Campus de Curitiba da UFSC passou por processos de expropriação e exploração, sobretudo dos trabalhadores rurais, tanto da agricultura de subsistência quanto nas grandes fazendas e produções de alho e na fruticultura, e trabalhadores das serrarias e madeireiras e da extração de erva-mate. Obviamente os trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos,

inseridos no modo de produção e sociabilidade capitalista foram historicamente e são cotidianamente explorados, porém, o que se aponta aqui é a comparação com os demais *campi* da UFSC.

Se considerados os municípios sede dessas unidades de ensino, observa-se a diferenciação entre eles. A partir de dados do Censo 2010 do IBGE (2016a) percebe-se que a renda média mensal *per capita* em cada um dos municípios onde há um campus da UFSC diferencia-se, sendo que em Curitibanos tanto a renda média mensal rural, quanto a urbana são as mais baixas. Os municípios de Blumenau, Joinville e Florianópolis possuem uma renda *per capita* rural correspondente a mais que o dobro da renda *per capita* rural de Curitibanos. O mesmo acontece em relação ao comparativo entre a renda *per capita* urbana dos municípios de Florianópolis e Curitibanos, mostrando-se também significativamente elevada nos municípios de Blumenau e Joinville (Tabela 17).

Tabela 17: Renda média mensal *per capita* dos domicílios rurais e urbanos nos municípios sede de *campi* da UFSC.

RENDA MÉDIA MENSAL PER CAPITA		
ARARANGUÁ, BLUMENAU, CURITIBANOS, FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE		
	Rendimento médio mensal <i>per capita</i> dos domicílios - RURAL	Rendimento médio mensal <i>per capita</i> dos domicílios – URBANO
Araranguá	R\$ 525,00	R\$ 630,00
Blumenau	R\$ 616,67	R\$ 916,67
Curitibanos	R\$ 295,00	RS 510,00
Florianópolis	R\$ 750,00	R\$ 1.166,67
Joinville	R\$ 600,00	R\$ 800,00

Fonte: Tabela criada pela autora com base nos dados do IBGE (2016a).

Em relação ao nível de instrução dos pais, tanto na UFSC, quanto no Campus de Curitibanos a maioria das mães possui o Ensino Médio completo (25,60% na UFSC e 26,88% em Curitibanos); porém destaca-se que enquanto na UFSC a porcentagem de mães que possui Ensino Superior completo é de 23,41% e com Pós-Graduação de 20,47%; no Campus de Curitibanos esses valores são reduzidos para apenas 13,30% e 18,24%. A tendência inverte quando se apresentam os dados das mães que possuem Ensino Fundamental incompleto e completo, enquanto no

Campus de Curitiba as porcentagens são respectivamente de 19,61% e 10,58%; na UFSC esses valores são de 10,70% e 5,65% (Figura 27).

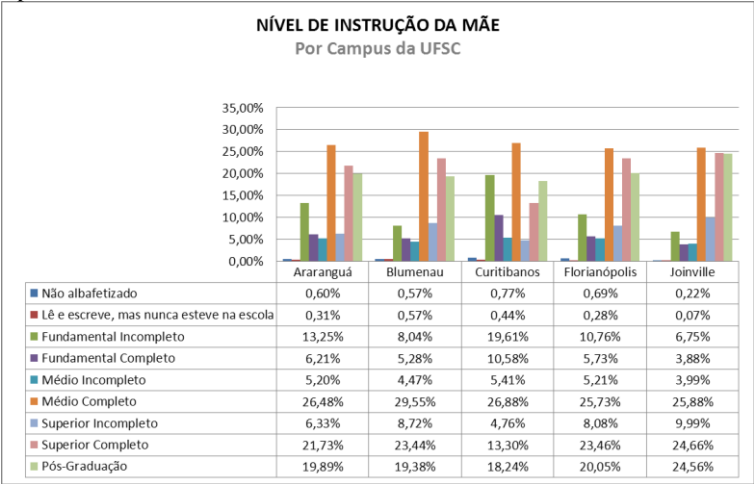
Em relação aos pais o panorama é bastante parecido, pois enquanto 14,86% dos pais dos estudantes do Campus de Curitiba possuem Ensino Superior completo e 7,66% Pós-Graduação, na UFSC há uma elevação para 25,27% e 17,07%; e enquanto na UFSC 12,79% dos pais possuem Ensino Fundamental incompleto e 6,77% Ensino Fundamental completo, no Campus de Curitiba esses valores são de 23,54% e 11,52%. (Figura 28).

Na UFSC há uma mínima diferença entre o número de pais e mães que possuem Ensino Superior completo ou Pós-Graduação (42,34% dos pais e 43,88% das mães), já no Campus de Curitiba essa diferença aumenta, com uma porcentagem maior de mães com esse grau de formação se comparado com os pais (22,52% dos pais e 31,54% das mães). No polo oposto, de não alfabetizados ou que leem, escrevem, mas nunca estiveram na escola, apesar de não haver grandes diferenças, as porcentagens são menores para as mães do que para os pais. Enquanto na UFSC 1,44% dos pais e 0,92% das mães se enquadram nesse grau de instrução, no Campus de Curitiba essas porcentagens são de 2,03% e 1,21% (Figura 27; Figura 28).

Já no comparativo com os demais *campi*, Curitiba possui a maior quantidade de pais não alfabetizados, com Ensino Fundamental incompleto e completo, Ensino Médio incompleto e completo; sendo também o Campus com menor porcentagem de pais com Ensino Superior incompleto, Ensino Superior completo e Pós-Graduação. Em relação ao nível de instrução da mãe o Campus de Curitiba se aproxima mais dos demais *campi*, porém é também o com maior número de mães não alfabetizadas, com Ensino Fundamental incompleto, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto; e o com menor número de mães com Ensino Superior incompleto, Ensino Superior completo e Pós-Graduação (Figura 27; Figura 28).

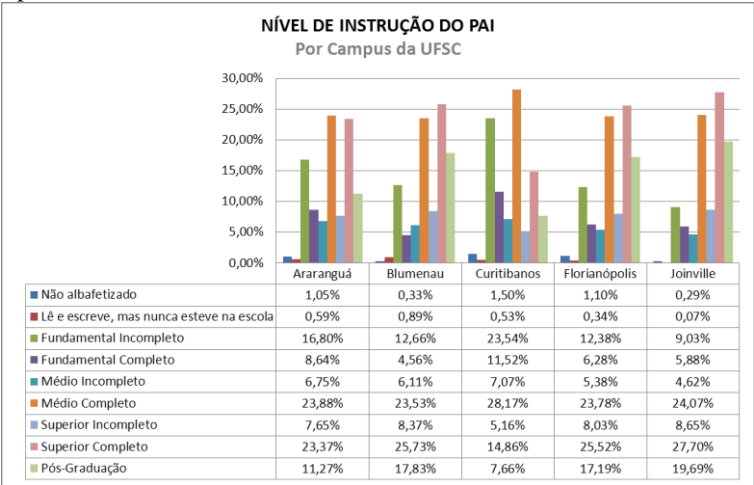
Nos cursos de graduação do Campus de Curitiba observa-se um maior grau de instrução entre os pais e mães dos estudantes do curso de Medicina Veterinária. Enquanto os pais dos estudantes de Ciências Rurais que possuem Ensino Superior Completo ou Pós-Graduação equivalem a 17,84%, da Agronomia 13,21% e da Engenharia Florestal 20,51%; na Medicina Veterinária chega a 32,82%. O mesmo acontece com as mães, as quais apresentam níveis de instrução mais elevados que dos pais em todos os cursos: 28,62% em Ciências Rurais, 26,52% na Agronomia, 25,25% na Engenharia Florestal e 40,00% na Medicina Veterinária (Figura 29; Figura 30).

Figura 27: Nível de instrução da mãe do estudante de graduação da UFSC – por Campus.



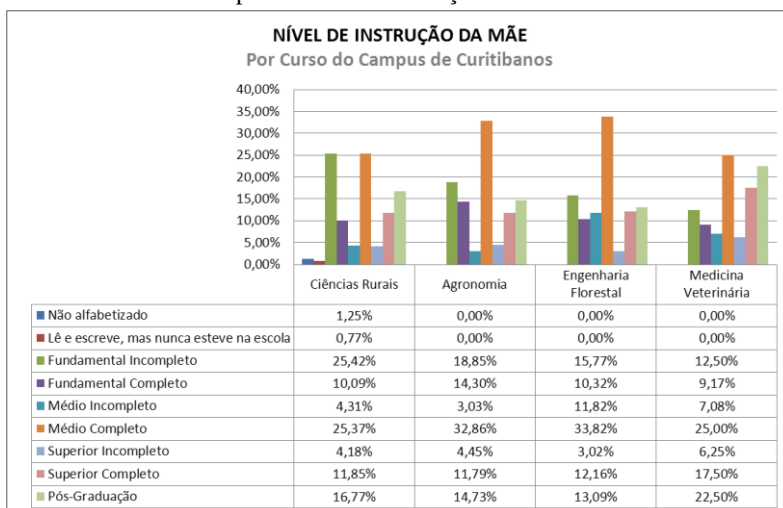
Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 28: Nível de instrução do pai do estudante de graduação da UFSC – por Campus.



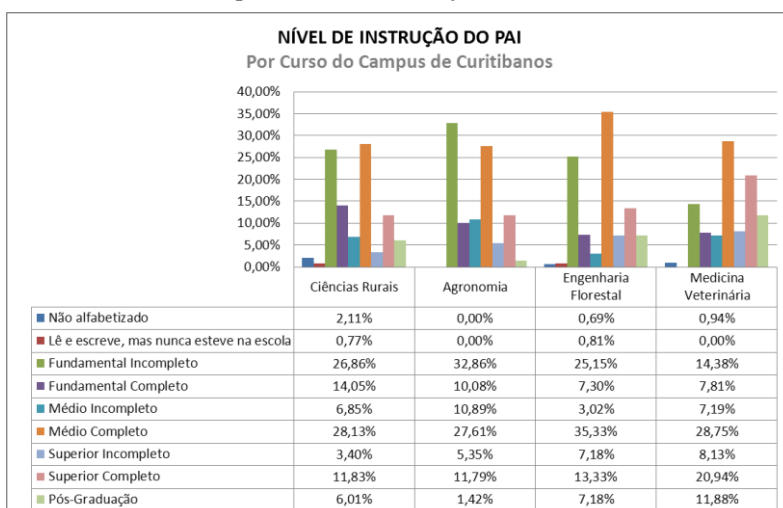
Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 29: Nível de instrução da mãe do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

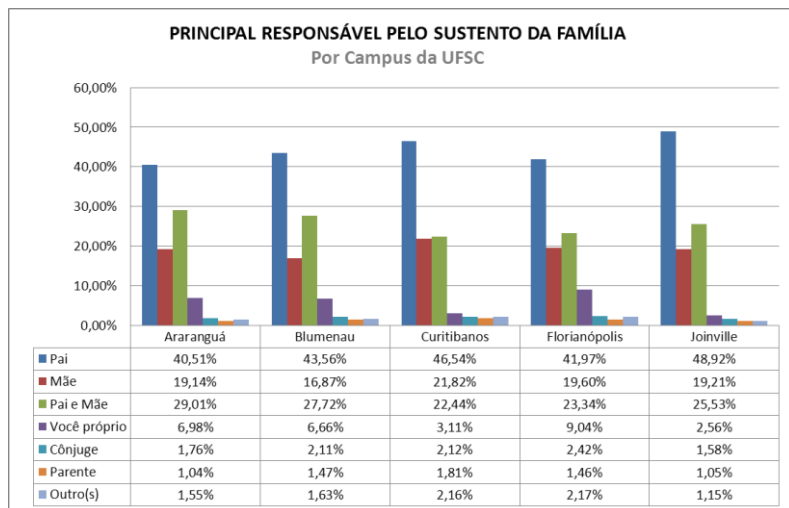
Figura 30: Nível de instrução do pai do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Apesar de em todas as situações o nível de instrução das mães ser mais elevado que dos pais, a maioria dos estudantes da UFSC⁵⁰ e, especificamente do Campus de Curitibanos, apontam como principal responsável pelo sustento da família o pai (42,48% UFSC e 46,54% em Curitibanos); seguido de pai e mãe (24,05% na UFSC e 22,44% em Curitibanos); e apenas mãe (19,98% na UFSC e 21,82% em Curitibanos).

Figura 31: Principal responsável pelo sustento da família do estudante de graduação da UFSC – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

A porcentagem de estudantes que tem como principal responsável pelo sustento da família o cônjuge é de 2,27% na UFSC e 2,12% em Curitibanos; algum parente é de 1,42% na UFSC e 1,81% em Curitibanos e; outros não especificados 1,96% na UFSC e 2,16% em Curitibanos. O diferencial está na quantidade de estudantes que são os próprios responsáveis pelo sustento da família, sendo que na UFSC a porcentagem é de 7,84% e no Campus de Curitibanos de 3,11%, sendo

⁵⁰ Apesar de não ser possível aprofundar a questão nessa dissertação, aponta-se a clara desigualdade de gênero vivenciada pelas mulheres, pois mesmo possuindo um maior nível de instrução, recebem salários mais baixos que os homens.

que essa categoria tem maior expressividade no Campus de Florianópolis (9,04%).

Se compararmos novamente os dados do Censo 2010 do IBGE se tornam também perceptíveis essas diferenciações. O município de Curitiba, no comparativo com os demais municípios com campus da UFSC, é o que possui a maior porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto e um dos municípios com menor porcentagem de pessoas com superior completo. A diferenciação não é significativa se comparado com o município de Araranguá, em ambas as situações. O que aparece como significativo refere-se aos dados da quantidade de pessoas com ensino superior completo no município de Florianópolis, que possui quase o dobro de pessoas esse nível de ensino em porcentagem, se comparado com os municípios de Blumenau e Joinville, expressivamente com maiores porcentagens em relação aos municípios de Curitiba e Araranguá (Tabela 18).

Tabela 18: Pessoas com 10 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto; e com superior completo nos municípios sede de *campi* da UFSC.

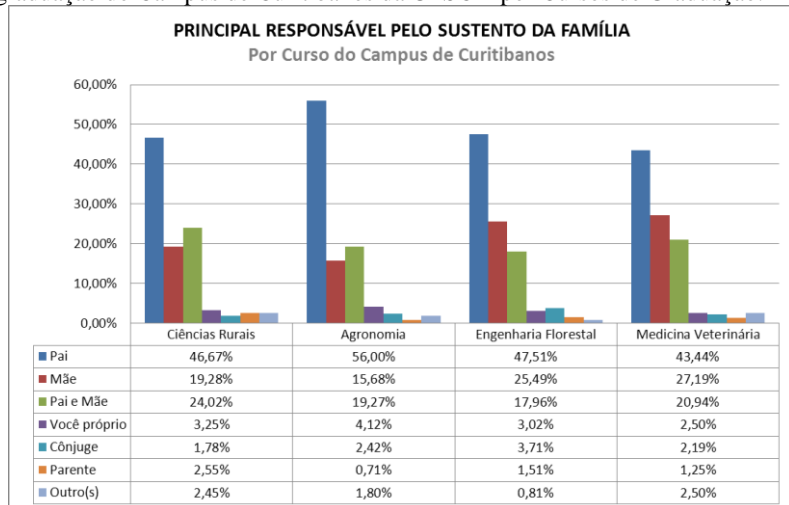
PESSOAS SEM INSTRUÇÃO E FUNDAMENTAL INCOMPLETO; E COM SUPERIOR COMPLETO - ARARANGUÁ, BLUMENAU, CURITIBANOS, FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE					
	Pessoas de 10 anos ou mais no município	Pessoas de 10 anos ou mais, sem instrução e fundamental incompleto	% de pessoas de 10 anos ou mais, sem instrução e fundamental incompleto	Pessoas de 10 anos ou mais, com superior completo	% de pessoas de 10 anos ou mais, com superior completo
Araranguá	52.530	24.993	47,57%	3.896	7,41%
Blumenau	271.115	105.428	38,88%	32.914	12,14%
Curitiba	31.783	17.411	54,90%	2.500	7,86%
Florianópolis	373.988	97.248	26,00%	90.436	24,18%
Joinville	445.974	156.161	35,01%	54.860	12,30%

Fonte: Tabela criada pela autora com base nos dados do IBGE (2016a).

Entre os cursos de graduação do Campus de Curitiba não há um grande diferencial. Há uma maior quantidade de pais responsáveis pelo sustento do grupo familiar no curso de Agronomia, com 56%, enquanto no curso de Ciências Rurais essa porcentagem é de 46,67%, na Engenharia Florestal de 47,51% e na Medicina Veterinária 43,44%. A

porcentagem de mães responsáveis pelo sustento da família são um pouco maiores nos cursos de Engenharia Florestal (25,49%) e Medicina Veterinária (27,19), enquanto nos cursos de Ciências Rurais e Agronomia esses valores são de 19,28% e 15,68% respectivamente (Figura 32).

Figura 32: Principal responsável pelo sustento da família do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Cursos de Graduação.

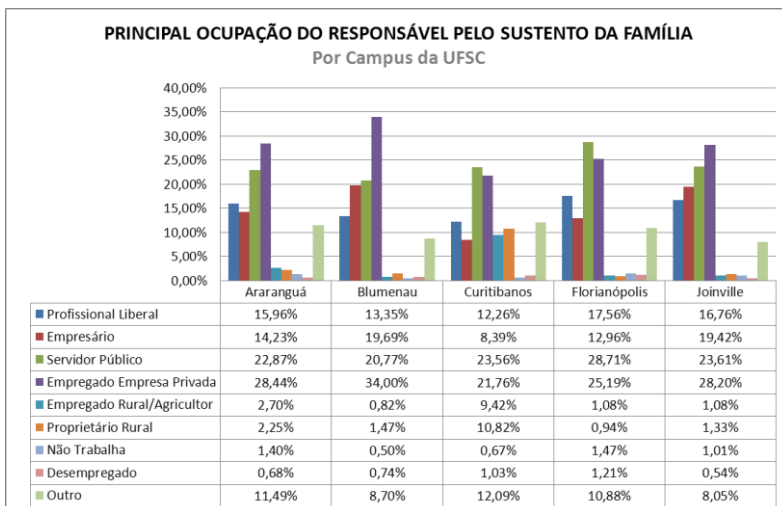


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Outro dado que demonstra um diferencial do Campus de Curitibanos em relação aos demais *campi* e à UFSC em geral refere-se à ocupação do principal responsável pelo sustento da família. Em todos os *campi* há uma maior quantidade de estudantes que fazem parte de um grupo familiar onde o principal responsável pelo sustento da família é servidor público (27,09% na UFSC e 23,56% em Curitibanos) ou empregado de empresa privada (25,90% na UFSC e 21,76% em Curitibanos). O Campus de Blumenau destaca-se pela maior quantidade de empregados de empresas privadas (34,00%). A diferenciação do Campus de Curitibanos está na quantidade reduzida de empresários (13,84% na UFSC e 8,39% em Curitibanos), a qual é mais elevada nos *campi* de Blumenau (19,69%) e Joinville (19,42%); mas, sobretudo na quantidade de empregados e proprietários rurais. Enquanto a soma dessas duas categorias nos demais quatro *campi* da UFSC (Araranguá,

Blumenau, Florianópolis e Joinville) chega a apenas 11,67%, o Campus de Curitiba possui uma porcentagem de 20,23%. A quantidade de desempregados entre os responsáveis pelo sustento da família dos estudantes é reduzida em todos os *campi*, sendo de 1,04% na UFSC como um todo e de 1,03% no Campus de Curitiba (Figura 33).

Figura 33: Principal ocupação do responsável pelo sustento da família do estudante de graduação da UFSC – por Campus.

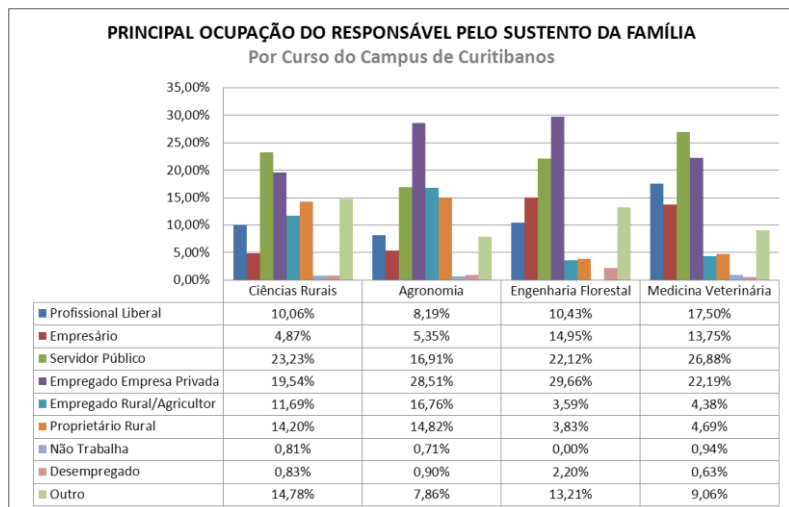


Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Entre os cursos de graduação do Campus de Curitiba há um número maior de empregados de empresas privadas nos cursos de Agronomia (28,51%) e Engenharia Florestal (29,66%) se comparado com os cursos de Ciências Rurais (19,54%) e Medicina Veterinária (22,19%). Este último possui um número mais elevado de Servidores Públicos, com uma porcentagem de 26,88%, enquanto nos cursos de Ciências Rurais, Agronomia e Engenharia Florestal as porcentagens são de 23,23%, 16,91% e 22,12% respectivamente. Quanto ao número de empresários há uma maior quantidade nos cursos de Medicina Veterinária (13,75%) e Engenharia Florestal (14,95%) se comparado com os cursos de Ciências Rurais (4,87%) e Agronomia (5,35%). Quanto aos empregados e proprietários rurais a porcentagem é mais reduzida nos cursos de Medicina Veterinária (9,07%) e Engenharia

Florestal (7,42%), ao contrário dos cursos de Agronomia (31,58%) e Ciências Rurais (25,89%) (Figura 34).

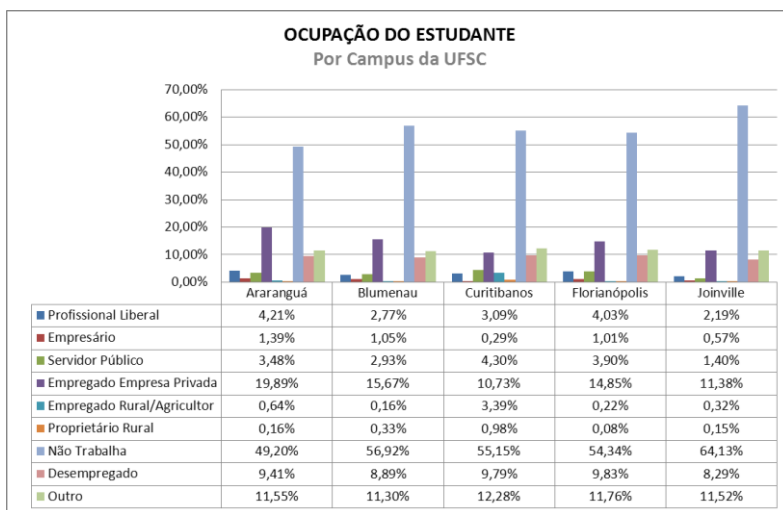
Figura 34: Principal ocupação do responsável pelo sustento da família do estudante de graduação do Campus de Curitiba da UFSC – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Já no que diz respeito à ocupação do próprio estudante a maioria não exerce nenhum tipo de atividade remunerada (54,93% na UFSC e 55,15% em Curitiba). Entre os que trabalham grande parte são empregados de empresa privada (14,97% na UFSC e 10,73% em Curitiba), seguido de profissionais liberais (3,71% na UFSC e 3,09% em Curitiba) e servidores públicos (3,57% na UFSC e 4,30% em Curitiba). Quanto à quantidade de empregados e proprietários rurais essa já é bem reduzida entre os próprios estudantes, mas mesmo assim o Campus de Curitiba se diferencia dos demais, pois enquanto os quatro demais *campi* somam uma porcentagem de 2,05% de empregados e proprietários rurais, apenas no Campus de Curitiba a porcentagem vai para 4,37%. A quantidade de desempregados é mais significativa entre os estudantes, alcançando os 9,77% na UFSC como um todo e 9,79% no Campus de Curitiba (Figura 35).

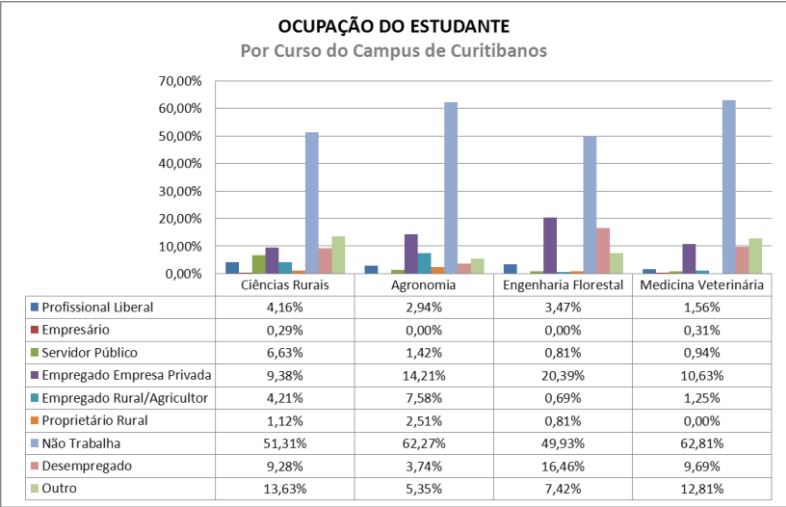
Figura 35: Ocupação do estudante de graduação da UFSC no momento em que se inscreveu no vestibular da instituição – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Entre os cursos de graduação do Campus de Curitiba segue a maioria de estudantes que não trabalham. Há uma expressividade maior de desempregados no curso de Engenharia Florestal (16,46%), seguido da Medicina Veterinária (9,69%), das Ciências Rurais (9,28%) e de forma mais reduzida na Agronomia (3,74%). Em contrapartida, é no curso de Agronomia que se concentram a maior quantidade de empregados e proprietários rurais, com uma porcentagem de 10,09%, enquanto nas Ciências Rurais a porcentagem é de 5,36%, na Engenharia Florestal de 1,50% e na Medicina Veterinária de 1,25%. Entre os empregados a maioria trabalha como empregado em empresa privada: 20,39% da Engenharia Florestal, 14,21% da Agronomia, 10,63% da Medicina Veterinária e 9,38% nas Ciências Rurais. No curso de Ciências Rurais há também uma maior quantidade de servidores públicos (6,63%) e profissionais liberais (4,16%), se comparado com os cursos de Agronomia (1,42% e 2,94%), Engenharia Florestal (0,81% e 3,47%) e Medicina Veterinária (0,94% e 1,56%) (Figura 36).

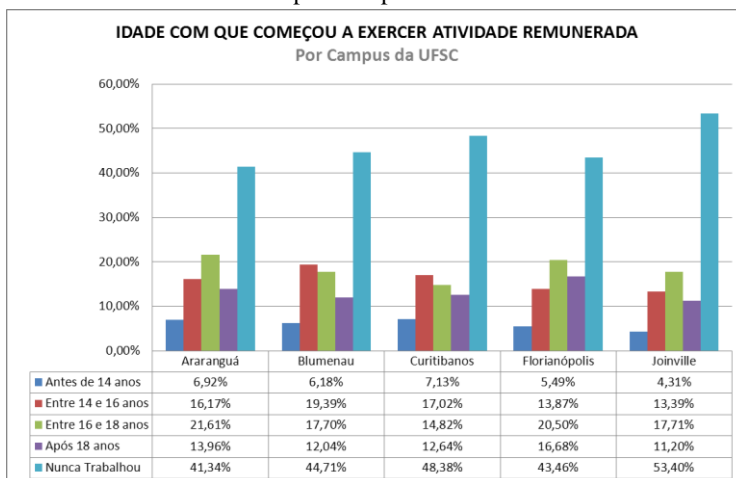
Figura 36: Ocupação do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC no momento em que se inscreveu no vestibular da instituição – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

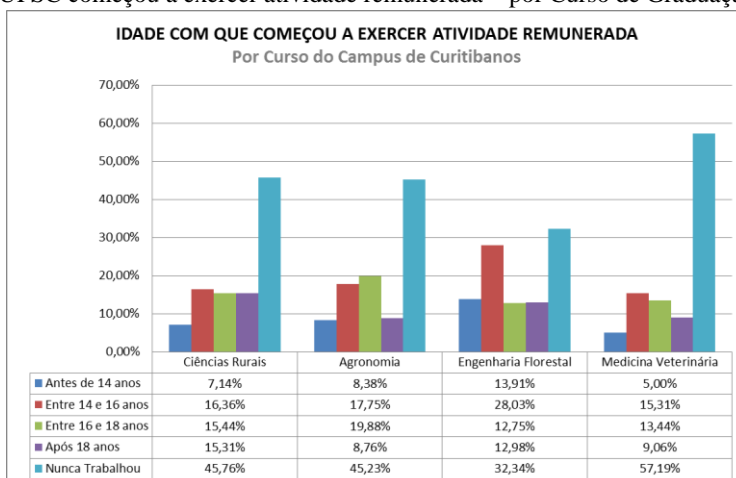
Quanto à idade que o estudante começou a trabalhar, a maioria dos estudantes do Campus de Curitibanos da UFSC e dos demais *campi* nunca trabalharam (44,07% na UFSC e 48,33% em Curitibanos), sendo que Curitibanos é o segundo campus que mais possui estudantes nessa situação, atrás apenas de Joinville (53,40%). Curitibanos é também, apesar da pouca diferença de percentual entre os *campi*, o campus com maior quantidade de estudantes que começou a exercer atividade remunerada antes dos 14 anos (5,29% na UFSC e 7,13% em Curitibanos). Apesar de não apresentar uma porcentagem significativamente diferente, esses dados reforçam a diferenciação regional do Campus de Curitibanos, assim como demonstram que a força de trabalho infantil ainda está presente em nosso estado, com maior intensidade nas áreas rurais (Figura 37).

Figura 37: Idade com que o estudante de graduação da UFSC começou a exercer atividade remunerada – por Campus



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 38: Idade com que o estudante de graduação do Campus de Curitiba da UFSC começou a exercer atividade remunerada – por Curso de Graduação.

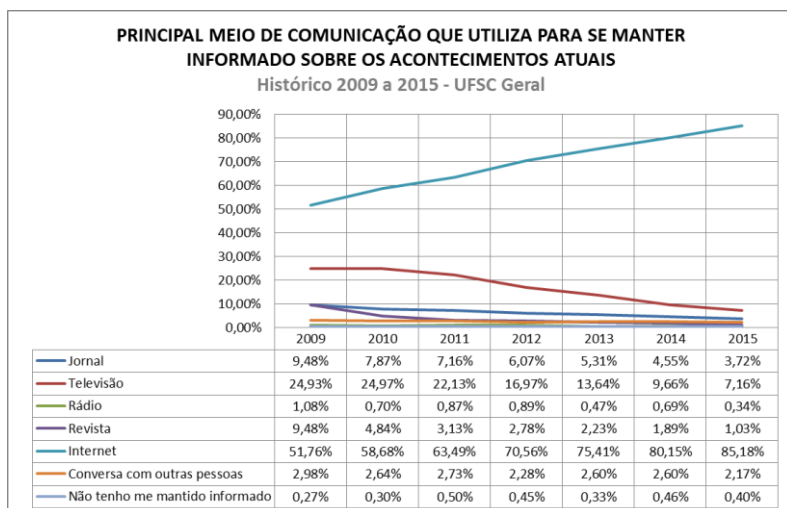


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

No Campus de Curitibanos, o curso de Medicina Veterinária apresenta a maior quantidade de estudantes que nunca trabalhou (57,19%) e o curso de Engenharia Florestal a menor quantidade (32,34%). O oposto ocorre entre os estudantes que começaram a exercer atividade remunerada antes dos 14 anos, sendo 5% na Medicina Veterinária e 13,91% na Engenharia Florestal (Figura 38).

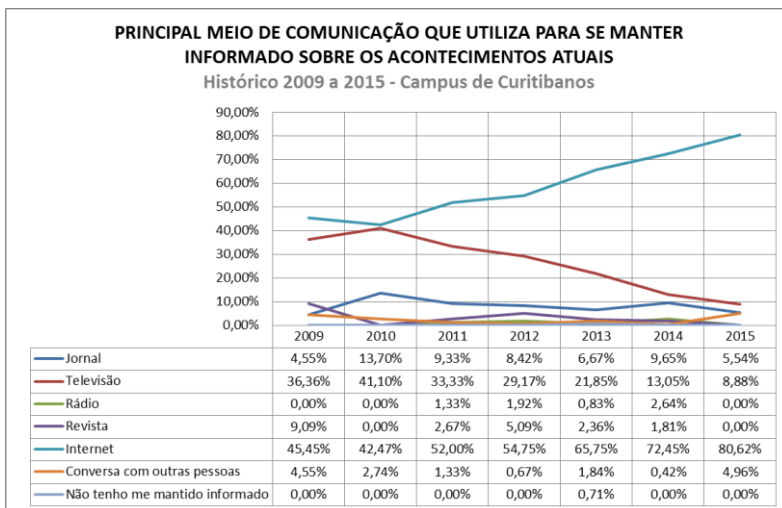
Outros dados que retratam o perfil do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC dizem respeito, por exemplo, ao principal meio de comunicação que o estudante utiliza para se manter informado. Tanto na UFSC, quanto no Campus de Curitibanos ocorreu um aumento da utilização da internet como principal meio para se manter informado no período de 2009 a 2015. Em 2015 85,18% dos estudantes da universidade utilizam-se desse meio como principal veículo de informação e 80,62% no Campus de Curitibanos, enquanto no ano de 2009 as porcentagens eram de 51,76% e 45,45% respectivamente (Figura 39; Figura 40).

Figura 39: Principal meio de comunicação que o estudante de graduação da UFSC utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 40: Principal meio de comunicação que o estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais.



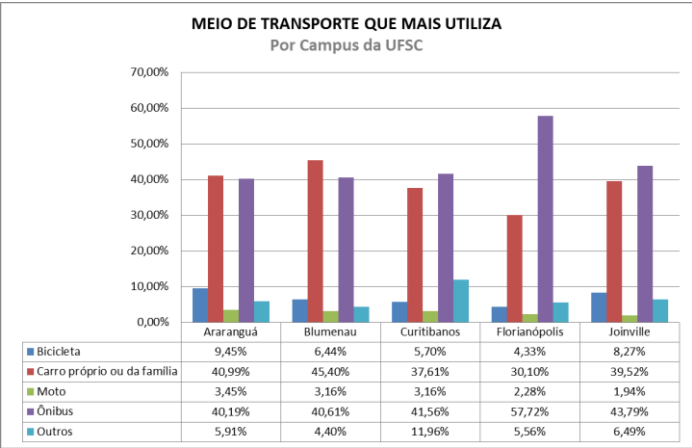
Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Ao mesmo tempo observou-se uma queda na utilização da televisão como principal meio. Enquanto na UFSC no ano de 2009 a televisão era principal fonte de informação de 24,93% dos estudantes, no ano de 2015 a porcentagem decresceu para 7,16%; sendo que no Campus de Curitibanos era de 36,36% e caiu para 8,88%. Em relação aos demais meios de comunicação (jornal, rádio, revista e conversa com outras pessoas) não ocorreram grandes alterações dentro do período de levantamento dos dados (Figura 39; Figura 40).

Em relação ao principal meio de transporte que o estudante utiliza para se locomover, há algumas diferenças de percentuais entre os *campi* da UFSC. Em todas as unidades há uma pequena quantidade de estudantes que utilizam bicicleta (5,43% na UFSC e 5,70% em Curitibanos) ou moto (2,41% na UFSC e 3,16% em Curitibanos) para se locomover. A maioria dos estudantes ou utiliza carro próprio/carro da família ou o transporte coletivo. Nesse item o destaque fica para Florianópolis, onde há uma porcentagem mais alta de estudantes que utilizam o ônibus (57,72%) e mais baixa de estudantes que utilizam o próprio carro ou o carro da família (30,10%). No Campus de Curitibanos há uma maior aproximação com os três demais *campi*,

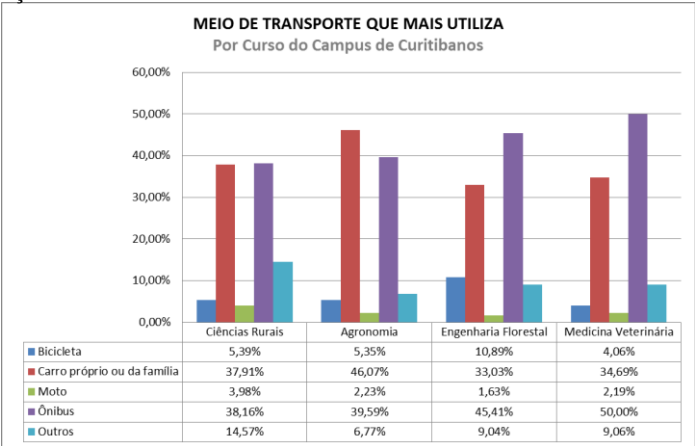
sendo que 41,56% utilizam ônibus e 37,61% carro próprio ou da família (Figura 41; Figura 42).

Figura 41: Principal meio de transporte que o estudante de graduação da UFSC utiliza para se locomover – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 42: Principal meio de transporte que o estudante de graduação do Campus de Curitiba da UFSC utiliza para se locomover – por Curso de Graduação.

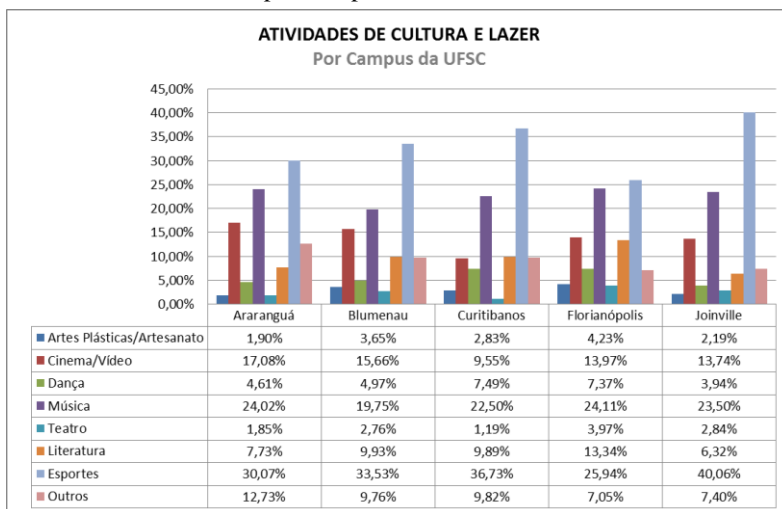


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Sobre as atividades de cultura e lazer com as quais os estudantes mais se identificam, a maioria dos estudantes escolheu a opção “esporte” (28,16% na UFSC e 36,73% em Curitibaanos), seguido da opção “música” (23,75% na UFSC e 22,50% em Curitibaanos) (Figura 43; Figura 44).

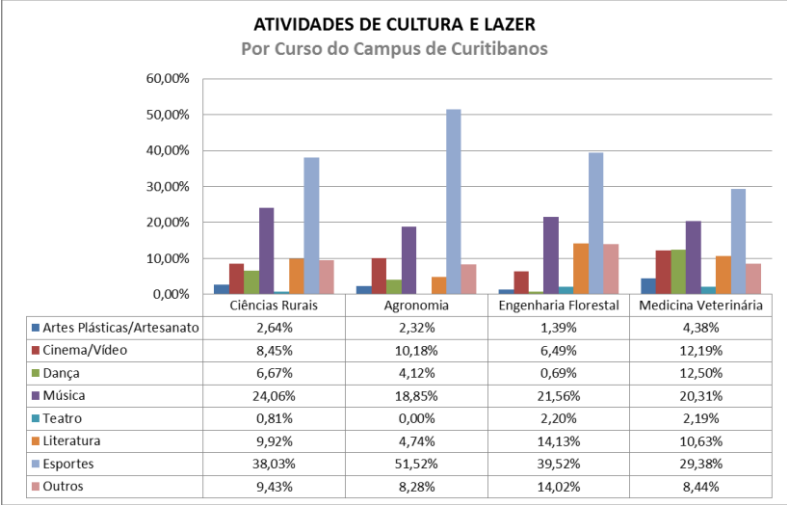
Entre os cursos de graduação do Campus de Curitibaanos há maior escolha pela opção “esporte” no curso de Agronomia (51,52% no curso e 36,73% no Campus) se comparado com os demais cursos; a opção “dança” no curso de Medicina Veterinária (12,50% no curso e 7,49% no Campus); e a opção “literatura” no curso de Engenharia Florestal (14,13% no curso e 9,89% no Campus).

Figura 43: Atividade de cultura e/ou lazer que o estudante de graduação da UFSC mais se identifica – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitibaanos com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 44: Atividade de cultura e/ou lazer que o estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC mais se identifica – por Curso de Graduação.

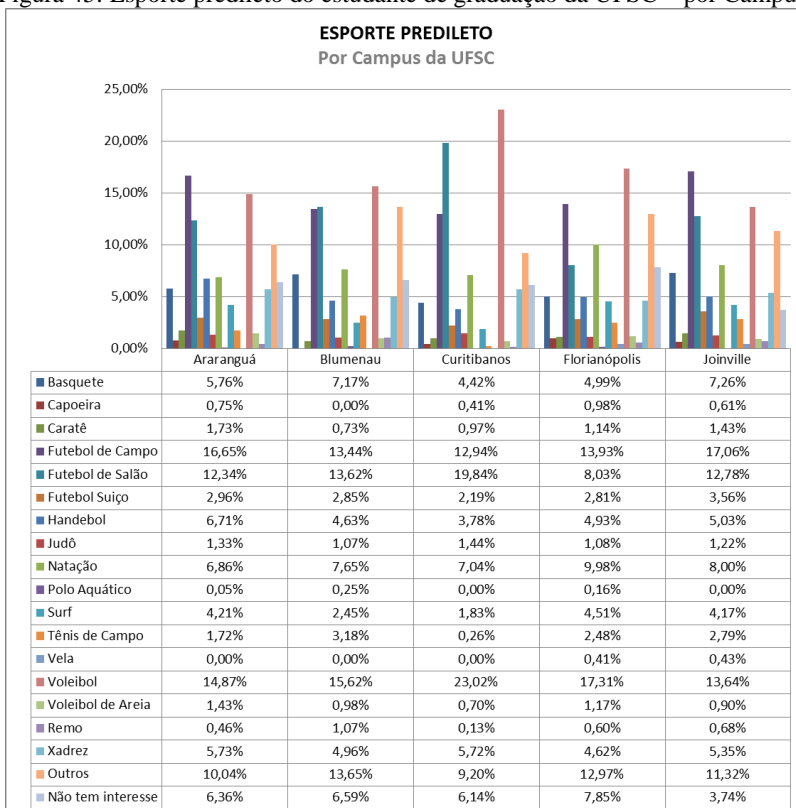


Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

E por último, nos dados em relação ao esporte predileto, há uma variedade de esportes listados pela COPERVE. No Campus de Curitibanos destaca-se a escolha pelo vôlei (16,46% na UFSC e 23,02% em Curitibanos) e a maior quantidade de estudantes que prefere o futebol de salão (9,29% na UFSC e 19,84% em Curitibanos) ao futebol de campo (14,55% na UFSC e 12,94% em Curitibanos). Esportes como polo aquático e vela nenhum estudante escolheu como favorito; e uma parcela afirmou não se interessar por nenhum esporte (7,06% na UFSC e 6,14% em Curitibanos).

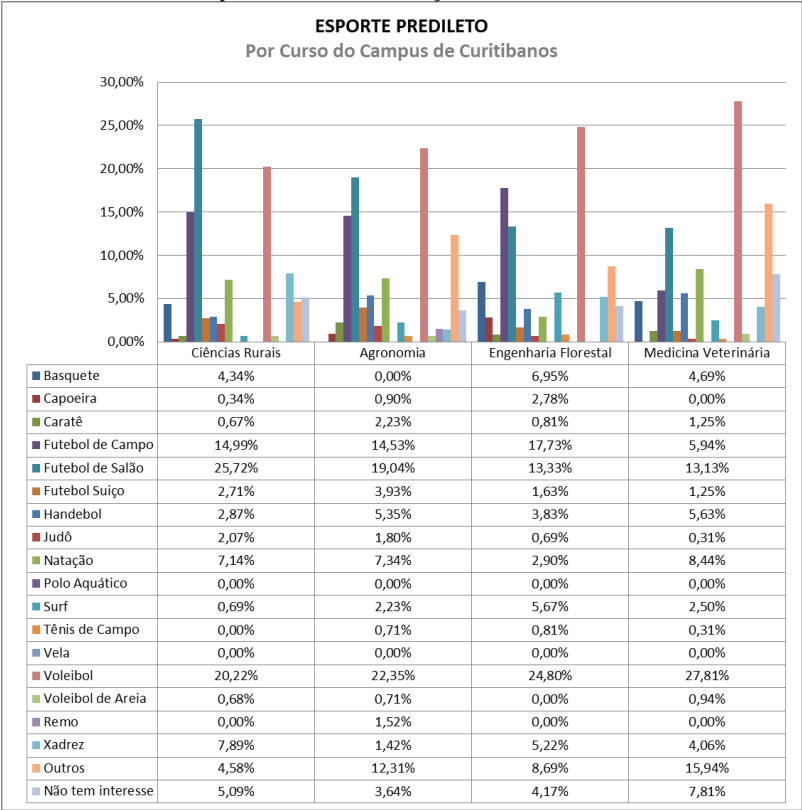
E entre os cursos de graduação do Campus de Curitibanos, a maior quantidade de estudantes que preferem futebol de salão está no curso de Ciências Rurais (19,84% no Campus e 25,72% no curso) e vôlei na Medicina Veterinária (23,02% no Campus e 27,81% no curso). Ciências Rurais também é o curso que mais optou pelo xadrez (5,72% no Campus e 7,89% no curso) e Medicina Veterinária o curso que mais afirmou não ter interesse por esportes (6,59% no Campus e 7,81% no curso).

Figura 45: Esporte predileto do estudante de graduação da UFSC – por Campus.



Fonte: Gráfico elaborado pela Assistência Estudantil do Campus de Curitiba com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Figura 46: Esporte predileto do estudante de graduação do Campus de Curitibanos da UFSC – por Curso de Graduação.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados da COPERVE (UFSC/COPERVE, 2009; 2010; 2011; 2012c; 2013b; 2014b; 2015d).

Por fim, percebe-se que a comunidade discente do Campus de Curitibanos da UFSC caracteriza-se por algumas especificidades no comparativo com os demais *campi*. Percebe-se que apesar dos altos níveis de evasão e baixa ocupação das vagas por meio do concurso vestibular, os estudantes do Campus de Curitibanos apresentam um perfil distinto, sendo que a adesão da UFSC à PPA vem diminuindo um pouco essa diferença, pois estudantes com um perfil mais próximo ao de Curitibanos estão ingressando também nas demais unidades de ensino.

Observa-se, de modo geral, que o estudante do Campus de Curitibanos é oriundo de municípios próximos da sede do Campus, sendo essa uma das principais opções pelo ingresso nessa unidade.

Outro elemento levado em conta na escolha dos estudantes pelo Campus refere-se à possibilidade de ingresso em uma universidade pública, gratuita e que melhor se adequa à situação econômica do grupo familiar, composto na maioria das vezes por quatro pessoas, com uma renda bruta de até três salários mínimos. Os estudantes em sua maioria são oriundos de escola pública e os pais e mães possuem uma baixa escolaridade, sendo empregados na maioria das vezes em empresas privadas ou no serviço público, porém, com significativa quantidade de trabalhadores rurais.

Destaca-se que há o entendimento de que a PAA se constitui em um elemento importante de acesso à educação superior de uma população que historicamente foi excluída desse processo, porém, ressalta-se que essa política ainda se faz insuficiente, tanto por não ser acompanhada de uma efetiva política de permanência estudantil, quanto pelo seu aspecto focalizador, pois a ênfase no processo seletivo – no acesso e na permanência – impede uma real universalização da educação superior pública.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação buscou apresentar e analisar o Campus de Curitibanos da UFSC enquanto parte do REUNI, inserido no processo de contrarreformas do Estado e, mais especificamente, da contrarreforma na Educação Superior brasileira. O REUNI com o discurso da expansão, disseminou a ideia de que o acesso à Educação Superior foi ampliado nas últimas décadas, porém, o que se observa é uma expansão unicamente quantitativa, que não garantiu a permanência estudantil e condições adequadas de infraestrutura e recursos humanos, com um claro “esvaziamento” da Universidade. Esses elementos são todos perceptíveis na UFSC e especificamente no Campus de Curitibanos, conforme apresentado e analisado nessa dissertação.

A expansão quantitativa do Ensino Superior brasileiro na última década realmente é visível, pois de 2003 a 2013 o país vivenciou a criação de 532 novas IES (28,61% de aumento) e mais de 3 milhões de novas matrículas (87,95% de aumento). Porém, claramente o setor privado impera, prevalecendo o tratamento da educação enquanto um serviço e não um direito. Em 2013, 88,86% das IES brasileiras eram privadas, as quais são responsáveis por 73,54% das matrículas (INEP, 2003; 2015).

A ampliação do acesso não foi acompanhada por uma política efetiva que garantisse a permanência estudantil, tanto no que diz respeito aos aspectos financeiros – sendo que o Campus de Curitibanos atualmente possui uma demanda reprimida de cerca de 70% de estudantes que requerem benefícios como a Bolsa Estudantil –, quanto nos aspectos pedagógicos e os diversos elementos que os permeiam.

Apesar do aumento no número de vagas discentes, o número de vagas docentes e de servidores técnico-administrativos não teve ampliação na mesma proporção, crescendo o número de estudante por trabalhador, precarizando e intensificando o trabalho na Educação – com contratos temporários, perdas de garantias trabalhistas, redução salarial, cumprimento de metas de produtividade, relações e atividades de trabalho pautadas em métodos organizacionais e gerenciais, competitividade com colegas por recursos para o desenvolvimento de pesquisas, venda de serviços para fundações etc. (SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2013; BOSI, 2007). Em contrapartida, ampliaram-se as contratações de professores por meio de contratos temporários e de servidores terceirizados.

Na UFSC, é perceptível também que a ampliação no número de matrículas não foi acompanhada por aumento proporcional na

infraestrutura, no número de docentes e TAEs, contribuindo com a precarização e intensificação do trabalho no âmbito educacional. Ao mesmo tempo, vivenciou-se um aumento no número de contratações terceirizadas na instituição, sendo que no Campus de Curitiba, em alguns semestres, o número de trabalhadores terceirizados e temporários era maior que o número total de trabalhadores efetivos.

Além desses elementos, essa também se caracterizou como uma expansão esvaziada, tal como ocorreu no período ditatorial, quando se promoveu certo aumento do acesso da classe trabalhadora ao Ensino Superior, porém, rompendo com a relação entre ensino, pesquisa e extensão própria da universidade. Como o nome já diz, a ampliação do acesso ocorreu no Ensino Superior e não propriamente na Educação Superior, direcionando a formação para um caráter profissionalizante, na construção de um contingente qualificado de força de trabalho ao capital, juntamente com um exército industrial de reserva, garantindo ao mesmo tempo a neutralização, o esvaziamento crítico, científico, cultural, filosófico, político e artístico da universidade (NETTO, 2011).

No Campus de Curitiba da UFSC isso é perceptível no caráter técnico destinado aos cursos. Atualmente a unidade universitária não conta com nenhum curso na área de ciências humanas, sociais, linguísticas ou artísticas. A definição de cursos específicos e constituição de uma unidade acadêmica voltada para uma única área – um centro agrário – contribuem com o esvaziamento da Educação Superior, pois não permite a construção de um conhecimento abrangente sobre diferentes aspectos da sociedade, e concentra-se na formação de uma força de trabalho qualificada, com conhecimentos voltados à necessidade do mercado e aos interesses do capital.

A ideiação de cursos voltados às áreas que possuem centralidade na economia regional – agricultura, pecuária, extrativismo e beneficiamento da madeira – se deu exatamente pelos interesses dos detentores dos meios de produção no município de Curitiba e região. Se a criação do Campus na região onde está localizado propiciou o acesso de extratos mais baixos da classe trabalhadora – com menores salários e menor grau de escolarização – conforme apontados pelo perfil do estudante de graduação, esse acesso à universidade aconteceu para que os interesses da elite local fossem atendidos, pois estes procuram força de trabalho qualificada – e consequentemente também um exército industrial de reserva – nas áreas em que tem sua fonte de extração de mais valia.

Portanto, a expansão concretizada pelo REUNI promoveu insuficiente aumento no número de matrículas e escassa contratação de

docentes e servidores técnico-administrativos, impulsionou a contratação de trabalhadores terceirizados e temporários, não garantiu a permanência dos estudantes ingressantes e a infraestrutura mínima para os cursos criados, e promoveu o esvaziamento do pensamento crítico e de produção de conhecimento da universidade.

Uma proposta de expansão e reestruturação da universidade como previa o REUNI requeria estudos e planejamentos aprofundados para sua execução, porém, o que se vivenciou foram propostas aligeiradas de adesão das universidades, muitas vezes não respeitando a participação democrática da comunidade universitária. Já nos anos iniciais vivenciaram-se situações de claro sucateamento em diversas universidades, que ampliaram seus cursos de graduação e pós-graduação sem compatível ampliação de infraestrutura e recursos humanos. Já entre as unidades criadas pelo próprio REUNI, muitas tiveram suas atividades iniciadas antes mesmo de possuir a infraestrutura básica para seu funcionamento.

Entre esses elementos destaca-se também o processo de interiorização intensificado pelo REUNI e iniciado na UFSC com a sua adesão ao programa. Entende-se que a interiorização da universidade pública no Brasil é de fundamental importância no processo de democratização da Educação Superior, porém, ressalta-se que a forma como a interiorização foi conduzida pelo REUNI não garantiu uma “expansão” que promovesse a universalidade no acesso – muitos locais ainda são atendidos pelo direito à Educação Superior pública e gratuita – a permanência estudantil, e a equidade entre as novas instituições ou unidades acadêmicas criadas pelo programa. Ao contrário, o REUNI intensificou a diversificação entre e intra instituições de ensino superior.

Entre as instituições há diversificação na identificação – universidades, faculdades, centros, institutos – que impactam diretamente na tríade ensino, pesquisa e extensão, na destinação de recursos e na produção de conhecimento. Além disso, no próprio interior das instituições criam-se diferenciações entre os trabalhadores da educação, que já divididos entre categorias – docente e de TAEs – vivenciam também classificações dentro das próprias funções, com diferenças salariais, de carga horária, condições de trabalho e reconhecimento – como a hierarquização existente entre os docentes que atuam apenas na graduação e aqueles que lecionam na pós.

A diversificação ocorreu também entre os cursos de graduação, com modalidades aligeiradas, que idealizam o ensino técnico e formação rápida para o mercado de trabalho – o que pode tornar-se falacioso, pois no Campus de Curitiba, conforme já apresentado, o curso de

Ciências Rurais não deixa explícito as atividades que o profissional exerceria, sendo um curso criado especificamente para esse Campus. Assim, os bacharelados interdisciplinares, comumente permaneceram com vagas ociosas e no decorrer dos anos tiveram seus projetos pedagógicos alterados, para adequar-se ao modelo tradicional de cursos de graduação, ou foram extintos e substituídos por cursos tradicionais.

Há também a diversificação entre os centros e unidades de ensino, com *locus* de excelência que recebem maior quantidade de recursos financeiros, físicos e humanos, enquanto outros sofrem diretamente o impacto dos cortes orçamentários. Essa diferenciação é visível entre os *campi* de Joinville e Curitibanos da UFSC, ambos criados por meio do REUNI, o primeiro com cursos voltados para a área de tecnologias e, o último, conforme já apresentado, com foco na área agrícola⁵¹.

Além de que, nesse processo de interiorização, presenciaram-se transformações internas, das quais as universidades não estavam preparadas para receber. Os *campi* sede precisaram adequar-se para o atendimento das novas unidades interiorizadas sem infraestrutura e quadro funcional. Já os novos *campi* vivenciaram e, ainda prezam, uma necessidade constante de afirmação enquanto parte da mesma instituição do campus sede, e reivindicações constantes por isonomia entre seus pares matriculados ou lotados em unidades diferentes.

Esses aspectos que resultaram de um processo de contrarreforma na Educação Superior brasileira, que apesar de não propagar um discurso claro de defesa da privatização, apresentou elementos de um serviço público – não um direito – ineficiente e ineficaz, explícito no documento publicado pelo GTI citado no início dessa dissertação (BRASIL, 2003). Esse documento afirma que as universidades públicas vivenciavam problemas no que se refere aos recursos humanos, manutenção e investimento e, as universidades privadas estavam ameaçadas pela inadimplência dos estudantes, necessitando assim de mudanças estruturais na Educação Superior brasileira.

⁵¹ No ano de 2015, o orçamento liberado ao Campus de Joinville foi de R\$ 44.587.167,40 e de Curitibanos de R\$ 15.967.852,88. Considerando o número de estudantes matriculados em cursos de graduação em cada campus no ano de 2015, Joinville teve um orçamento liberado de R\$ 29.352,97 por estudante (1.519 estudantes) e Curitibanos de R\$ 18.248,97 por estudante (875 estudantes) (UFSC/SEPLAN, 2015; 2016).

Dessa forma, a construção ideológica de ineficácia e ineficiência é retomada, disseminando propostas de privatização, que incluem pagamento de mensalidade pelos estudantes, extinção dos concursos públicos, contratação de docentes via organizações sociais, contratação de serviços temporários e terceirizados para atividades administrativas, congelamento de salários etc.; além das já implantadas fundações, que promovem a privatização “por dentro” da universidade. Esses avanços privatizantes não ocorrem apenas sobre a Educação, mas também outras políticas sociais como a Saúde, Assistência Social, Previdência, num processo de contrarreforma do Estado.

Nesse cenário abrem-se espaços para a Educação Superior privada, sobretudo de grandes grupos, que estabelecem novas fusões e aprofundam o processo de transformação do direito à educação em um serviço educacional, negociado enquanto mercadoria e ações financeiras. Exemplifica-se assim a relação apresentada no início dessa dissertação, de que os processos educacionais sofrem interferência direta dos processos sociais. Assim, o REUNI, aliado a outros programas governamentais, promoveu também processos educacionais precarizados, que trouxeram prejuízos para a universidade, para os estudantes e para os trabalhadores da educação.

Uma questão central em torno disso é a alocação da verba pública no Brasil, que destina 42,43% de seu orçamento para o pagamento de juros e amortização da dívida pública e apenas 3,91% para a educação (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2016). Portanto, impera os interesses do mercado financeiro – interno e externo – em detrimento dos interesses da população. Essa reduzida porcentagem de alocação da verba pública no financiamento da educação tem impacto direto sobre os trabalhadores da educação e sobre as condições das atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade pública brasileira.

Medidas que indicam ainda mais limitações nos investimentos em política públicas podem interferir nos salários dos trabalhadores da Educação e na destinação de recursos financeiros para as atividades acadêmicas e administrativas, assim como em aspectos básicos necessários para o funcionamento da universidade (energia elétrica, internet, transporte, materiais de limpeza, higiene e de escritório etc.). Apesar de ser uma tendência geral, as universidades e unidades criadas na última década e que já vem passando por diversas dificuldades, como as analisadas por Lisboa (2013) e já apresentadas nessa dissertação, poderão sofrer impactos ainda maiores.

Aliado a esses avanços de caráter econômico, presencia-se ainda o avanço do conservadorismo político e cultural, visível nos poderes

executivo, legislativo e judiciário, que desrespeitam os processos minimamente democráticos e excluem a laicidade do Estado. Grupos estes que também defendem dentro da política da educação a perpetuação de dominações e explorações raciais, regionais, de gênero e de orientação sexual, e que aprofundam o cerceamento da liberdade de pensamento e expressão.

Por fim, entende-se que, o Campus de Curitibanos da UFSC enquanto parte do REUNI, é um fruto da contrarreforma do Estado, materializando os ideais da atual fase do capitalismo, que defende a flexibilização e a mobilidade como forma de garantir a exploração da mais-valia e a rentabilidade no mercado financeiro. Apesar de reconhecer o Campus enquanto um dos elementos da Educação Superior pública e que, portanto, precisa ser defendido por aqueles que acreditam na educação como direito e não como serviço – motivo das mobilizações ocorridas na metade do ano de 2015 –, se faz também importante entendê-lo como resultante do processo de contrarreforma na Educação Superior, que conduziram a maneira com que o Campus foi proposto e instalado, alinhado aos interesses da elite local, assim como do capitalismo mundial.

Entremeio aos aspectos estruturais e conjunturais que permeiam a Educação Superior brasileira, essa dissertação se coloca como passos iniciais para um maior aprofundamento sobre a universidade brasileira e especificamente sobre o Campus de Curitibanos da UFSC. Cabe estar atento para as transformações que virão e os desafios delas decorrentes. Enquanto pesquisa, essa dissertação se coloca também entre os limites da atual configuração da Educação Superior, que propõem uma formação cada vez mais aligeirada, comprometendo o tempo destinado à pesquisa. Dessa forma, retoma-se a epígrafe desse trabalho, de que “[...] a realização é sempre inferior, e [...] a obra feita é sempre a sombra grotesca da obra sonhada” (Fernando Pessoa), permanecendo assim, a necessidade constante de aprofundamento teórico para a leitura da dinâmica da realidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. A 'captura' da subjetividade. In: *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp.111-126.

ANDES-SN. *Comunicado CNG nº. 46 de 11 de outubro de 2015*. Disponível em: <<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/10/10/comunicado-cng-no-46-11-de-outubro-de-2015/>>. Acesso em: 16 dez 2015a.

ANDES-SN. *Governo anuncia novo corte na Educação Federal e libera mais 5 bi para FIES*. Disponível em: <<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/07/31/governo-anuncia-novo-corte-na-educacao-federal-e-libera-mais-r-5-bi-para-o-fies/>>. Acesso em: 05 ago 2015b.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Números da dívida*. Disponível em: <<http://www.auditoriacidadada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. *A educação dos que vivem a resistência (1949/1989): um estudo com pequenos produtores sem-terra no município de Curitibanos, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BEHRING, Elaine Rossetti. *As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, 2003. Decreto da Presidência da República de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 21.10.2003.

_____, 2007. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 25.04.2007.

_____, 2010. Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 20.07.2010.

_____, 2011. Ministério da Educação. Consolidação do credenciamento dos *campi* fora de sede implantados e em processo de implementação, decorrentes dos programas de expansão das Universidades Federais. Parecer CNE/CES nº 204/2010, de 07 de outubro de 2010. Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone. Câmara de Educação Superior. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 25.07.2011.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.101, p.1503-1523, set/dez 2007.

CHAUI, Marilena. A universidade operacional. In: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v.4, n.3, p.3-8, 1999.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. Nós não tem direito: costume e direito à terra no Contestado. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). *A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p.33-71.

COMISSÃO PRÓ-INSTALAÇÃO UNIDADE UFSC. [Carta] 08 fev. 2007, Curitiba [para] BOTELHO, Lúcio José. Florianópolis. 4f. Solicita instalação de Unidade de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Curitiba.

COOPERALHO. *Etapas de produção*. Disponível em: <<http://www.cooperalho.com.br/processos.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

CUMULO - Comitê Unificado de Mobilização Universitária. *Histórico das Mobilizações na UFSC Centro de Curitibaanos*. Disponível em: <<http://curitibanos.ufsc.br/ufsc-cbs/cumulo-divulga-documento-de-reivindicacoes>>. Acesso em: 10 set 2015.

EDUARDO, Rosemari Pozzi. *A madeira em Santa Catarina: 1930 a 1974*. 1974. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

EPAGRI/CEPA. *Panorama Microrregional*. Florianópolis: EPAGRI, 2016. Disponível em: < http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210>. Acesso em: 02 fev 2016.

FASUBRA. *Retrospectiva da greve 2015*. Disponível em: <http://www.fasubra.org.br/documentos/Greve/2015/Informativo_FASUBRA-Retrospectiva_da_Greve_2015.pdf>. Acesso em: 16 dez 2015.

FERNANDES, Florestan. *Marx, Engel, Lenin: a história em processo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. Universidade e Desenvolvimento. In: IANNI, Octavio (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRAGA, Nilson César. *Vale da Morte: o Contestado visto e sentido “Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”*. Blumenau: Editora Hemisfério Sul, 2010.

_____; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, A Maior Guerra Camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileira, *XII Colóquio Internacional de Geocritica – Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX.*, vol 1, Bogotá, Colômbia, 2012.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. *Estrutura Fundiária e propriedade agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fêtiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. *Cidades*. Disponível em: <
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 28 jul. 2016a.

_____. *Portal de Mapas*. Disponível em: <
<http://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em: 18 mai. 2016b.

INEP. *Censo da educação superior 2003: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2003.

INEP. *Censo da educação superior 2013: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2015.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados. Disponível em: <
http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf>. 2005.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, n.34, p.49-64, jan-abr 2009.

LEHER, Roberto. *Organização, Estratégia Política e o Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <<http://marxismo21.org>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

_____; BARRETO, Raquel Goulart. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, p. 423-592, set/dez 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Contrarreforma da educação nas Universidades Federais: o REUNI na UFF. In: *Universidade e Sociedade*, ANDES-SN, Brasília, n. 44, p.147-157, jul 2009.

_____. Expansão e Reestruturação das Universidades Federais e Intensificação do Trabalho Docente: o Programa REUNI. *Revista Política Pública*, Número Especial, p.441-452, out 2012.

LISBOA, Carla. Reuni expande a precarização nas universidades. In: *Dossiê Nacional 03 – publicação especial do ANDES – SN*, Brasília: novembro de 2013, p. 9-17.

LUCAS, Luiz Carlos Gonçalves; LEHER, Roberto. Aonde vai a Educação Pública brasileira? *Educação e Sociedade*. Dez 2001, vol.22, n.77, p.255-266.

LUCINI, Marco Antônio. *O alho no Brasil: um pouco da história dos números do nobre roxo*. Curitiba: ANAPA, 2008.

LUKÁCS, György. O trabalho. In: *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A invasão de Curitiba: retrato de uma guerra ‘fraterna’?. In: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (org.). *A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008, p.73-89.

MARTENDAL, José Ari Celso. *Processo produtivo e trabalho-educação: a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira*. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Soja*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. *Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

_____. Portaria Normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012. Ministério da Educação. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 15.10.2012.

_____. *Sistema de Seleção Unificada: tire suas dúvidas*. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>>. Acesso em: 28 nov 2015.

_____. *Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior*. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 31 jul. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Programa Mais Médicos*. Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na Região de Lages*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Fabricia. Extensão da Universidade Federal em Curitiba. *A Semana*, Curitiba, 01 a 07 jul. 2006.

PNUD. *Ranking IDHM Municípios 2010*. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em 11 mai 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS. *Município – História*. Disponível em: <<http://www.curitibanos.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/15352>>. Acesso em 25 jan 2016.

REUNI. *Expansão*. Disponível em < <http://reuni.mec.gov.br/expansao>>. 24 fev. 2010.

ROCHA, João Augusto de Lima; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Anísio Teixeira e a Universidade Nova*. Disponível em: < <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Conceitos>>. Acesso em: 14 set. 2016.

ROESSING, Antonio Carlos; LAZZAROTTO, Joelsio José. *Criação de Empregos pelo Complexo Agroindustrial da Soja*. Londrina: EMBRAPA, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica*. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, Claudemir Osmar da. *Programa REUNI: ampliação do acesso ao ensino superior?*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, Eron. Audiência Pública pela UFSC. *Correio Lageano*, Lages, p.15, 21 jun. 2007.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI: educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. *Espacios em blanco*, Serie Indagaciones, Buenos Aires, n.23, p.119-156, jun. 2013.

SINTUFSC. *Em assembleia, trabalhadores da UFSC decidem parar a partir de segunda*. Disponível em: <<http://www.sintufsc.ufsc.br/?p=13869>>. Acesso em: 28 mai 2015.

THOMÉ, Nilson. *Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado*. Caçador: UnC, 1992.

TONET, Ivo. *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONON, Eloy. *Ecos do Contestado: rebeldia sertaneja*. Palmas: Kaygangue, 2002.

TORTATO, Kauê. *Ambientalização Universitária sob o Enfoque da Racionalidade Ambiental*: Campus Curitibanos da Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2014.

UDESC. *Centro de Ciências Agroveterinárias*. Disponível em: <<http://www.cav.udesc.br/>>. Acesso em: 13 mai. 2016a.

_____. *Portal UDESC*. Disponível em: <<http://www.udesc.br/>>. Acesso em: 17 mai. 2016b.

UFSC. *Projeto REUNI UFSC Encaminhado ao MEC*. Disponível em: <<http://reuni.paginas.ufsc.br/files/2012/01/Projeto.pdf>>. Acesso em: 20 jan 2015. 2015a.

_____. *Relatório da situação atual do Campus de Curitiba/UFSC*. Disponível em: < http://blogdagestao.ufsc.br/files/2015/05/Imagens-UFSC-Campus-Curitiba-Relat%C3%B3rio_2.05.2015.pdf>. Acesso em: 12 ago 2015b.

UFSC/AGECOM. *UFSC define Curitiba como sede de novo Campus*. Disponível em < <http://curitiba.ufsc.br/ufsc-cbs/ufsc-define-curitiba-como-sede-de-novo-campus>>. 16 mai. 2007.

_____. *Conselho aprova institucionalização dos campi*. Disponível em: < <http://noticias.ufsc.br/2015/07/conselho-aprova-institucionalizacao-dos-campi/>>. 13 jul. 2015a.

_____. *Publicado resultado consolidado da Consulta Pública HU/EBSERH*. Disponível em: < <http://consultapublicahu.ufsc.br/2015/05/08/publicado-o-resultado-consolidado-da-consulta-publica-huebserh/>>. 08 mai. 2015b.

UFSC/CAGR. *Relatório Estudantes*. UFSC: Curitiba, 2015.

UFSC/CBS. *Campus da UFSC em Curitiba também adota trote solidário*. Disponível em: <<http://curitiba.ufsc.br/ufsc-cbs/campus-da-ufsc-em-curitiba-tambem-adota-trote-solidario>>. 24 ago 2009a.

_____. *Curso de Ciências Rurais é alternativa para quem reside no meio-oeste do estado e regiões próximas*. Disponível em: <<http://curitiba.ufsc.br/ufsc-cbs/curso-de-ciencias-rurais-e-alternativa-para-quem-reside-no-meio-oeste-do-estado-e-regioes-proximas>>. 04 set 2009b.

_____. *Novos campi da UFSC são oficialmente instalados*. Disponível em: <<http://curitiba.ufsc.br/ufsc-cbs/novos-campi-da-ufsc-sao-oficialmente-instalados>>. 06 ago 2009c.

_____. *Reitor visita Curitiba e acompanha obras de implantação do Campus*. Disponível em: <<http://curitiba.ufsc.br/ufsc-cbs/reitor-visita-curitiba-e-acompanha-obras-de-implantacao-do-campus>>. 27 mai 2009d.

_____. *Reuni permite a expansão da UFSC com campi em Joinville, Curitiba e Araranguá*. Disponível em:

<<http://curitibanos.ufsc.br/ufsc-cbs/reuni-permite-a-expansao-da-ufsc-com-campi-em-joinville-curitibanos-e-ararangua>>. 05 mai 2009e.

_____. *Ministro da educação inaugura Campus da UFSC em Curitiba*. Disponível em: <<http://curitibanos.ufsc.br/ufsc-cbs/ministro-da-educacao-inaugura-campus-da-ufsc-em-curitibanos>>. 20 ago 2010a.

_____. *UFSC formaliza mais uma área para o Campus de Curitiba*. Disponível em: <<http://curitibanos.ufsc.br/ufsc-cbs/ufsc-formaliza-mais-uma-area-para-o-campus-de-curitibanos>>. 17 fev 2010b.

_____. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Agronomia: bacharelado*. Curitiba: UFSC, 2011a.

_____. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Rurais: bacharelado interdisciplinar*. Curitiba: UFSC, 2011b.

_____. *Ata da 3ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 13 de julho de 2012*. UFSC; Curitiba, 2012.

_____. *Ata da 2ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 07 de março de 2013*. UFSC; Curitiba, 2013a.

_____. *Ata da 3ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 12 de abril de 2013*. UFSC; Curitiba, 2013b.

_____. *Ata da 5ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 26 de abril de 2013*. UFSC; Curitiba, 2013c.

_____. *Ata da 6ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 10 de maio de 2013*. UFSC; Curitiba, 2013d.

_____. *Ata da 9ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 07 de junho de 2013*. UFSC; Curitiba, 2013e.

_____. *Ata da 10ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 13 de junho de 2013.* UFSC; Curitiba, 2013f.

_____. *Ata da 13ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 05 de julho de 2013.* UFSC; Curitiba, 2013g.

_____. *Ata da 14ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 12 de julho de 2013.* UFSC; Curitiba, 2013h.

_____. *Ata da 20ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 06 de setembro de 2013.* UFSC; Curitiba, 2013i.

_____. *Ata da 24ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 14 de novembro de 2013.* UFSC; Curitiba, 2013j.

_____. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Florestal: bacharelado.* Curitiba: UFSC, 2013k.

_____. *Ata da 3ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 14 de abril de 2014.* UFSC; Curitiba, 2014a.

_____. *Ata da 8ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 04 de julho de 2014.* UFSC; Curitiba, 2014b.

_____. *Ata da 12ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 19 de setembro de 2014.* UFSC; Curitiba, 2014c.

_____. *Ata da 13ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 10 de outubro de 2014.* UFSC; Curitiba, 2014d.

_____. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina Veterinária: bacharelado*. Curitiba: UFSC, 2014e.

_____. *Ata da 4ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 10 de abril de 2015*. UFSC; Curitiba, 2015a.

_____. *Ata da 9ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 17 de julho de 2015*. UFSC; Curitiba, 2015b.

_____. *Ata da 12ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 18 de setembro de 2015*. UFSC; Curitiba, 2015c.

_____. *Ata da 15ª Sessão do Conselho de Unidade do Campus de Curitiba, realizada no dia 20 de novembro de 2015*. UFSC; Curitiba, 2015d.

_____. *Relatório REUNI*. Curitiba, 2015e (Mimeo).

_____. *Sobre o Campus*. Disponível em: <<http://curitiba.ufsc.br/campus>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

UFSC/CEG. *Ata da 6ª Sessão da Câmara de Ensino e Graduação, realizada no dia 08 de junho de 2011*. UFSC; Florianópolis, 2011.

UFSC/COPERVE. *Relatório Oficial do Vestibular 2009 Suplementar*. UFSC: Florianópolis, 2009.

_____. *Relatório Oficial do Vestibular 2010*. UFSC: Florianópolis, 2010.

_____. *Relatório Oficial do Vestibular 2011*. UFSC: Florianópolis, 2011.

_____. *Edital 04/COPERVE/2012: Edital Vestibular 2013*. UFSC: Florianópolis, 2012a.

_____. *Edital 07/COPERVE/2012*: Complementa e Retifica os Editais 04 e 05/COPERVE/2012 – Edital Vestibular 2013. UFSC: Florianópolis, 2012b.

_____. *Relatório Oficial do Vestibular 2012*. UFSC: Florianópolis, 2012c.

_____. *Edital 04/COPERVE/2013*: Edital Vestibular 2014. UFSC: Florianópolis, 2013a.

_____. *Relatório Oficial do Vestibular 2013*. UFSC: Florianópolis, 2013b.

_____. *Edital 05/COPERVE/2014*: Edital Vestibular 2015. UFSC: Florianópolis, 2014a.

_____. *Relatório Oficial do Vestibular 2014*. UFSC: Florianópolis, 2014b.

_____. *Edital 03/COPERVE/2015*: Edital Vestibular 2016. UFSC: Florianópolis, 2015a.

_____. *Edital 06/COPERVE/2015*: Edital de Vagas Suplementares Vestibular 2015. UFSC: Florianópolis, 2015b.

_____. *Relação Candidato Vaga Concurso Vestibular 2016*. Disponível em: <http://vestibular2016.ufsc.br/relacao-candidatos-vaga/>. Acesso em 27 nov 2015c.

_____. *Relatório Oficial do Vestibular 2015*. UFSC: Florianópolis, 2015d.

UFSC/CUn. *Resolução Normativa n.º 017/CUn/1997, de 30 de setembro de 1997*. Aprova o regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC: Florianópolis, 1997.

_____. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 27 de novembro de 2007*. UFSC: Florianópolis, 2007a.

_____. *Resolução Normativa n.º 008/CUn/2007, de 10 de julho de 2007.* Cria o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC: Florianópolis, 2007b.

_____. *Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 18 de novembro de 2008.* UFSC; Florianópolis, 2008a.

_____. *Resolução Normativa n.º. 026/CUn/2008, de 18 de novembro de 2008.* Aprova a criação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Curitiba-SC. UFSC: Florianópolis, 2008b.

_____. *Resolução Normativa n.º. 32/CUn/2013, de 27 de agosto de 2013.* Cria o Programa Bolsa Estudantil da UFSC, em conformidade com a Portaria n.º. 389 do MEC e com Decreto n.º. 7.234, de 19 de julho de 2010. UFSC: Florianópolis, 2013a.

_____. *Resolução Normativa n.º 33/CUn/2013, de 17 de setembro de 2013.* Dispõe sobre as ações afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para o concurso vestibular de 2014. UFSC: Florianópolis, 2013b.

_____. *Resolução Normativa n.º 41/CUn/2014, de 19 de agosto de 2014.* Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para o Vestibular 2015. UFSC: Florianópolis, 2014.

_____. *Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Universitário realizada no dia 10 de julho de 2015.* UFSC; Florianópolis, 2015a.

_____. *Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 01 de dezembro de 2015.* UFSC; Florianópolis, 2015b.

_____. *Ata da Sessão ordinária do Conselho Universitário, realizada no dia 29 de maio de 2015.* UFSC: Florianópolis, 2015c.

UFSC/PRAE. *Edital n.º. 009/PRAE/2015, de 18 de março de 2016.* Processo Seletivo para o Auxílio Moradia – 2016.1. Florianópolis: UFSC, 2016.

_____. *Portaria n.º. 007/PRAE/2014 de 16 de junho de 2014.* Cria e estabelece as normas para o Programa de Auxílio Alimentação do

Campus Blumenau da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. UFSC: Florianópolis, 2014.

UFSC/SEPLAN. *Orçamentos por Unidades*: 2015. UFSC: Florianópolis, 2015.

_____. *Relatório UFSC em Números*: 1996 a 2003. UFSC: Florianópolis, 2004.

_____. *Relatório UFSC em Números*: 2003 a 2012. UFSC: Florianópolis, 2013.

_____. *Relatório UFSC em Números*: 2004 a 2013. UFSC: Florianópolis, 2014.

_____. *Relatório UFSC em Números*: 2006 a 2015. UFSC: Florianópolis, 2016.